



Dolar	3,464	3,155
Euro	3,706	3,708
Ibovespa	67,671	67,059
CDI	9,14%	9,06%
Selic	9,15%	9,08%

Relatório de **Estabilidade Financeira**

Volume 23 | N. 2 | Novembro 2024

ISSN 2176-8102

Relatório de Estabilidade Financeira

Publicação semestral do Banco Central do Brasil (BC)

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório de Estabilidade Financeira, v. 23, n. 2.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes das tabelas e dos gráficos de autoria exclusiva do BC.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <http://www.bcb.gov.br/?ATENDIMENTO>

Sumário

Prefácio, 4



Sumário Executivo, 5

Decisões do Comef sobre o Adicional Contracíclico de Capital Principal, 9

I Avaliação dos Sistemas Financeiros Nacional e Internacional, 10

1.1 Sistema Financeiro Internacional, 11

1.2 Sistema Financeiro Nacional, 16

1.2.1 Liquidez, 16

1.2.2 Crédito, 21

1.2.3 Rentabilidade, 34

1.2.4 Solvência, 38

1.2.5 Testes de estresse, 41

Boxe – Descrição dos cenários utilizados no teste de estresse macroeconômico, 42

1.3 Pesquisa de Estabilidade Financeira, 48

1.4 Sistemas do mercado financeiro, 55

II Temas Selecionados, 59

2.1 Atuação do BC para assegurar a estabilidade financeira e amenizar os efeitos das enchentes no RS, 60

Boxe – Estimativa de impacto das enchentes no RS, 64

2.2 Risco climático de transição: estimativa de impacto no SFN, 66

Boxe – Metodologia para estimar o risco climático de transição, 69

2.3 Convergência regulatória com os padrões contábeis internacionais: instrumentos financeiros e *hedge*, 72

2.4 Gestão de crises tecnológicas e cibernéticas, 74

ooo Apêndice, 79

Administração do Banco Central do Brasil, 80

Siglas, 81



Anexos, 86

Conceitos e Metodologias, 87

Trabalhos para Discussão sobre Estabilidade Financeira, 93

Prefácio

O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) é uma publicação semestral do Banco Central do Brasil (BC) que apresenta o panorama da evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira no Brasil, com foco nos principais riscos e na resiliência do Sistema Financeiro Nacional (SFN), bem como comunica a visão do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) sobre a política e as medidas para preservação da estabilidade financeira.

O BC define estabilidade financeira como a manutenção, ao longo do tempo e em qualquer cenário econômico, do regular funcionamento do sistema de intermediação financeira entre famílias, empresas e governo.

Este Relatório é constituído por dois capítulos. O Capítulo 1 – Avaliação dos Sistemas Financeiros Nacional e Internacional – apresenta um panorama do sistema financeiro internacional; do SFN, com análises dos riscos relacionados a liquidez, crédito, rentabilidade e solvência; dos testes de estresse de capital e de liquidez e seus reflexos sobre a situação de solvência das instituições; da Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF); e do funcionamento dos sistemas do mercado financeiro (SMFs)

sistemicamente importantes. O Capítulo 2 – Temas Selecionados – versa sobre assuntos relevantes, e não necessariamente recorrentes, que podem ter reflexos sobre a estabilidade financeira no Brasil.

O Anexo Estatístico relaciona os dados dos gráficos e das tabelas deste Relatório e pode ser encontrado no mesmo endereço eletrônico em que está disponível o REF, <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>.

Adicionalmente, algumas séries temporais importantes para o acompanhamento da estabilidade financeira (Índice de Basileia – IB, ativos líquidos sobre passivos de curto prazo e retorno sobre patrimônio líquido, por exemplo) estão disponíveis no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub>.

Sumário Executivo

O cenário externo permanece desafiador. O processo desinflacionário tem prosseguido em vários países. Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho. Esse cenário segue exigindo cautela por parte de países emergentes.

No âmbito doméstico, a atividade econômica e o mercado de trabalho seguem dinâmicos. A conjunção de um mercado de trabalho robusto, de política fiscal expansionista e de vigor nas concessões de crédito às famílias segue indicando um suporte ao consumo e, conseqüentemente, à demanda agregada. Observa-se continuado dinamismo no mercado de trabalho, com ganhos reais nos salários nos últimos meses.¹

O BC considera que não há risco relevante para a estabilidade financeira. O SFN permanece com capitalização e liquidez confortáveis e provisões adequadas ao nível de perdas esperadas. Além disso, os

testes de estresse de capital e de liquidez demonstram a robustez do sistema bancário.

Assim como o BC, o mercado financeiro percebe recuo do risco do mercado internacional, melhora na economia e resiliência do SFN. Riscos fiscais ganham relevância. PEF revela que os riscos internacionais perderam força, mas ainda requerem atenção. Citações aos riscos de inadimplência e atividade domésticas recuaram, em consonância com o desempenho econômico recente. Os riscos fiscais foram os mais citados pelas instituições financeiras (IFs), reflexo de preocupações com a trajetória da dívida pública e com os impactos da política fiscal sobre os preços de ativos e a política monetária. A confiança na estabilidade do SFN segue elevada, próxima à máxima histórica.

O financiamento à economia real voltou a acelerar em linha com o crescimento da atividade econômica acima do esperado. A aceleração do crédito às pessoas físicas (PFs) foi mais acentuada nas carteiras de financiamento de veículos e de crédito

não consignado.² A retomada do crédito bancário às pessoas jurídicas (PJs) foi puxada pelas grandes empresas, ainda que de forma moderada se comparada ao financiamento via mercado de capitais.

Fundos de investimento de crédito privado que financiam dívidas corporativas apresentam captações relevantes em cenário de *spreads* reduzidos, mas o aumento da liquidez mitiga o risco. Esses fundos são importantes detentores da dívida corporativa doméstica, e suas captações são correlacionadas com as rentabilidades. A alta demanda por títulos de dívida privada tem provocado a compressão dos *spreads*. Eventuais aumentos de *spreads* podem afetar a rentabilidade e, conseqüentemente, a atratividade desses fundos, o que poderia dificultar novas emissões de títulos corporativos, reduzindo o acesso a uma importante fonte de financiamento para as empresas. Porém, aumentos tanto da profundidade do mercado de crédito privado quanto das aplicações desses fundos em títulos públicos federais (TPFs) e operações compromissadas reduzem o risco de liquidez.

1 Ata do Comitê de Política Monetária (Copom), publicada em 24 de setembro de 2024, disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>.

2 Refere-se à submodalidade “crédito pessoal sem consignação em folha de pagamento” do SCR.



Sumário



Sumário Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos



Sumário

Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

A despeito dos sinais econômicos favoráveis, a capacidade de pagamento das famílias e das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) segue desafiadora. O mercado de trabalho tem surpreendido positivamente em relação a nível de ocupação, taxa de desocupação e renda. Não obstante, o endividamento e o comprometimento de renda das famílias persistem elevados. No caso das MPMEs, apesar do dinamismo recente do comércio, dos serviços e da indústria, há crescente volume de requerimentos de recuperação judicial e percepção de alavancagem elevada. Além disso, o novo ciclo de aumento da taxa básica de juros pode elevar a pressão sobre a capacidade de pagamento de empresas e famílias.

As IFs elevaram levemente o apetite a risco. Para as famílias, além da reaceleração em quase todas as modalidades de crédito, houve alguma flexibilização nos critérios de contratação, especialmente em financiamento de veículos. Para as empresas, o ritmo de crescimento do crédito aumentou, mas os critérios de contratação não se alteraram de forma significativa. Os riscos relacionados à situação financeira de famílias e empresas continuam demandando a preservação da qualidade das concessões.

A materialização de risco de crédito deve seguir estável para famílias e MPMEs, e com potencial de redução para grandes empresas. No que tange às PFs, a expectativa de estabilizar-se deve-se a efeitos

compensatórios. Por um lado, melhora no *mix* de produtos e atividade econômica aquecida; por outro, elevado comprometimento de renda e leve piora nos critérios de contratação. No caso das MPMEs, não se observaram alterações relevantes na qualidade das operações contratadas, ainda que tenha ocorrido alguma descompressão na margem. Baixas para prejuízo, conjugadas com o aumento da carteira, explicam o recuo percentual de ativos problemáticos (APs) das empresas de maior porte. Considerando as empresas de capital aberto, a alavancagem tem se mantido estável desde o início de 2022, abaixo do início da pandemia de covid-19.

O SFN continua bem provisionado para perdas estimadas com crédito. Em todos os segmentos, a provisão acompanhou a dinâmica das perdas esperadas e permanece superior à estimativa de perdas na maioria das instituições.

A rentabilidade do SFN segue melhorando gradualmente. A recuperação da rentabilidade iniciou-se na segunda metade de 2023 e continuou no primeiro semestre de 2024. Como sugerido no REF anterior, a materialização de risco de crédito perdeu força e reduziu a pressão sobre as despesas com provisões. Além disso, o resultado de juros com operações de crédito segue em elevação, e as receitas de serviços reaceleraram. A perspectiva para os próximos períodos é a rentabilidade continuar em melhora gradual,

suportada por despesas com provisões relativamente estáveis, despesas operacionais sob controle e crescimento das receitas, principalmente de serviço.

O sistema bancário mantém solidez para absorver as alterações regulatórias e sustentar o regular funcionamento da economia. Apesar da leve retração no primeiro semestre de 2024, a capitalização permanece confortavelmente acima dos mínimos regulamentares. O sistema (i) manteve a tendência de expansão e de melhoria da qualidade do capital regulamentar, mediante retenção de lucros; (ii) é capaz de absorver os aprimoramentos na regulação prudencial que começaram a produzir efeitos em 2023. O impacto mais significativo decorre dos novos procedimentos para cálculo do risco operacional, para o qual o requerimento de capital deverá aumentar significativamente entre 2025 e 2028; (iii) e tem margem de capital suficiente para continuar expandindo a oferta de crédito.

Os resultados de diversas análises de risco e dos testes de estresse de capital e de liquidez continuam demonstrando a resiliência do sistema bancário em todos os cenários adversos simulados. Embora alguns bancos terminem o exercício com capital abaixo do mínimo regulamentar, os resultados dos testes de estresse de capital permanecem indicando que não haveria desenquadramentos relevantes. As análises de sensibilidade também indicam boa resistência aos



Sumário

Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

fatores de risco simulados isoladamente. Os ativos líquidos seriam suficientes para absorver potenciais perdas, inclusive em cenários estressados, e cumprir a regulamentação vigente. A ampla maioria das IFs permanece com liquidez adequada para o regular funcionamento do sistema de intermediação e a manutenção da estabilidade financeira.

Os Sistemas do Mercado Financeiro³ contribuíram para o funcionamento seguro e eficiente dos mercados. O sistema financeiro manteve liquidez intradia suficiente para garantir a fluidez das transações no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). O Pix segue aumentando sua relevância no SFN e no SPB e já representa cerca de 24% do total de pagamentos de varejo. As liquidações do mercado interbancário deram-se sem nenhuma ocorrência significativa. As exposições de crédito e de liquidez foram adequadamente gerenciadas pela Contraparte Central (CCP) em todos os dias do período.

O CMN e o BC adotaram medidas que contiveram os efeitos decorrentes das enchentes no Rio Grande do Sul (RS). O impacto para o SFN foi menor do que originalmente esperado. As iniciativas resguardaram a prestação de serviços pelo SFN

e evitaram ônus desnecessários a cidadãos e empresas. As diretrizes das medidas visaram preservar a estabilidade financeira e proteger o consumidor. Não se percebem alterações sistemicamente relevantes nas captações, na liquidez ou no risco de crédito das Entidades Supervisionadas (ESs) que atuam no RS. Especificamente em relação ao setor agropecuário, as perdas com pagamentos de coberturas pelo Proagro foram significativamente inferiores às perdas provocadas pelas secas de 2022 e 2023. O BC segue monitorando a intermediação financeira na região, com menos ênfase, em razão da percepção de redução dos riscos.

Simulação de implementação de taxa de carbono para fazer face ao risco climático indica impacto limitado no SFN. O impacto no capital das IFs seria limitado em razão da exposição moderada aos setores mais afetados pela taxa de carbono. As perdas para as IFs concentrar-se-iam, principalmente, decorrentes do aumento dos ativos problemáticos nos setores de indústrias de transformação, construção e transporte. Agricultura e pecuária e transportes são os setores que mais reduziram o valor adicionado quando comparado ao cenário sem imposição da taxa de carbono. No setor agropecuário, apesar da elevada exposição,

a proporção de ativos problemáticos é baixa, o que explica o menor impacto quando comparado aos demais setores.

Pesquisa do BC indica que as novas regras para contabilizar instrumentos financeiros obrigarão muitas entidades a elevarem suas provisões para perda. Novos conceitos e critérios contábeis para mensurar, registrar e divulgar instrumentos financeiros entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2025. A constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sofrerá alterações relevantes na forma de cálculo e no escopo de instrumentos a ela sujeitos. Com o fim de avaliar o impacto das novas regras, o BC pesquisou entidades responsáveis por cerca de 84% das exposições de crédito do SFN. As entidades pesquisadas estimam aumento agregado de R\$37,8 bilhões nas provisões. Esse montante representa 10,7% das provisões atuais, mas será contabilizado em contrapartida de capital e não impactará o resultado das IFs. Apesar do impacto no início da transição, as novas regras deixarão o SFN mais robusto para enfrentar futuras materializações de risco de crédito.

3 Os Sistemas de Mercado Financeiro referem-se ao conjunto de regras, procedimentos e estrutura operacional voltados a permitir o exercício das atividades de liquidação, de depósito centralizado, de registro de Ativos Financeiros ou a combinação dessas atividades. Os sistemas e suas funções estão disponíveis em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/infraestruturamercado>.



Sumário

Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

Avaliação do BC com oito instituições sistematicamente relevantes constatou elevada maturidade na gestão de crises tecnológicas e cibernéticas, mas também pontos de atenção relevantes para estabilidade financeira.

Entre os desafios identificados, destacam-se a realização de exercícios cibernéticos para capacitar as instituições a responderem de forma coordenada em caso de crises sistêmicas, a manutenção do treinamento do corpo funcional para lidar com crises e a necessidade de aprimorar o tratamento de incidentes relevantes ocorridos em provedores terceirizados. Em linha com essas preocupações, o BC pretende desenvolver uma série de ações nos próximos anos com foco em aprimorar a resiliência operacional do setor financeiro, com destaque para ações de conscientização e execução de exercícios cibernéticos integrados.

Decisões do Comef sobre o Adicional Contracíclico de Capital Principal

Nas 57ª e 58ª reuniões ordinárias, de 28 e 29 de maio, e de 27 e 28 de agosto de 2024, respectivamente, o Comef decidiu manter o Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil (ACCP_{Brasil}) em 0% (zero por cento).⁴

O Comitê considera que o SFN está preparado para enfrentar a materialização de risco de crédito. Essa materialização continua ocorrendo nas operações com micro, pequenas e médias empresas; por outro lado, mantém a tendência de redução nas linhas de maior risco concedidas a pessoas físicas. O Comef julga que as provisões para perdas de crédito e os níveis de liquidez e de capital dos bancos mantêm-se adequados. Diante da reduzida exposição cambial e da pequena dependência de *funding* externo, a exposição do SFN a flutuações financeiras originadas no exterior é baixa.

O Comef notou que o mercado de crédito continua acelerando moderadamente desde o primeiro semestre, em linha com a atividade econômica, que tem apresentado crescimento acima do esperado. A

importância do crédito obtido via mercado de capitais é substancial e continua crescendo. Diante dos riscos relacionados à atividade econômica e ao endividamento das famílias e das empresas, é importante que os intermediários financeiros preservem a qualidade das concessões.

A política macroprudencial mantém-se neutra, consistente com períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros. O Comef recomenda que as ES persistam com a política de gestão de capital prudente em virtude das incertezas econômicas.

O Comef acompanha as condições financeiras internacionais, com atenção particular para as consequências da trajetória da política monetária das economias avançadas, dos movimentos de reprecificação de ativos financeiros globais, da dinâmica do mercado imobiliário da China e dos eventos geopolíticos globais. O Comitê segue preparado para atuar, de forma a minimizar eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais.

Assim, considerando as condições financeiras, os preços dos ativos e as expectativas quanto ao comportamento do mercado de crédito, nas 57ª e 58ª reuniões ordinárias, o Comef considerou apropriado manter o ACCP_{Brasil} em 0% (zero por cento). Aumentos do ACCP_{Brasil} entram em vigor somente um ano após as deliberações do Comef. Essas decisões foram tomadas pelo Comef no exercício de suas atribuições previstas no Regulamento anexo à Resolução BCB 173, de 9 de dezembro de 2021, e seguiram os princípios e os objetivos descritos no Comunicado 30.371, de 30 de janeiro de 2017.

⁴ Comunicado 41.683, de 29 de maio de 2024, disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Comunicado&numero=41683>, e Comunicado 42.044, de 28 de agosto de 2024, disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Comunicado&numero=42044>.



Sumário



Sumário Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

I

Avaliação dos Sistemas Financeiros Nacional e Internacional

Dólar 3,464 3,1556

Euro 3,7064 3,7085

Ibovespa 67,671 67,659

CDI 9,14% 9,06%

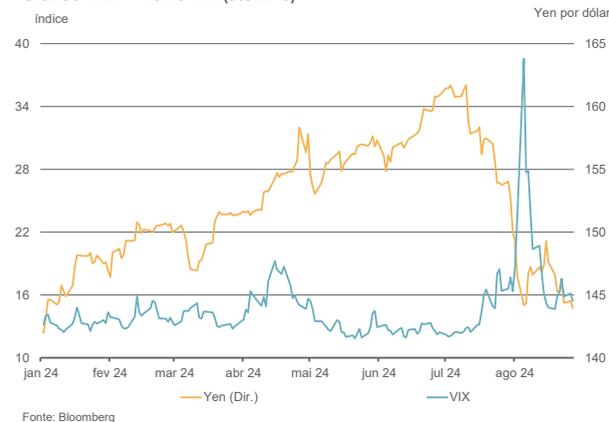
1.1 Sistema Financeiro Internacional

O sistema financeiro internacional segue demonstrando resiliência, embora persistam sinais de vulnerabilidades localizadas. Nos últimos anos, os sistemas financeiros internacionais enfrentaram uma série de impactos cumulativos, absorveram dinâmicas adversas do setor real, episódios de estresse no setor financeiro e incertezas ou surpresas sobre a condução de políticas econômicas. Como resultado, taxas de juros, preços dos ativos e condições financeiras refletiram flutuações significativas, mas as autoridades têm agido de modo eficaz para preservar a credibilidade e evitar contágios. Assim, a solidez do sistema financeiro internacional não foi afetada. Os preços dos ativos permanecem elevados em comparação com padrões históricos. O impulso de crédito segue contido, em linha com a atividade moderada. A liquidez segue suficiente para as necessidades de captação, embora a taxas elevadas. As condições financeiras globais tornaram-se mais acomodáticas desde o último REF.

Entre o final de julho e o início de agosto, os mercados financeiros internacionais sofreram um choque agudo de volatilidade. Mudanças nas expectativas sobre a política monetária em economias relevantes levaram a um desmonte de posições muito concentradas e a surtos de volatilidade (Gráfico 1.1.1). Contudo, os mercados se mantiveram funcionais, os preços dos ativos se ajustaram sem maiores contágios

e impactos no sistema financeiro, e sem necessidades de assistência de liquidez, diferentemente de episódios anteriores. O evento relembra que uma correção de desequilíbrios e vulnerabilidades pode ser intensa e aguda.

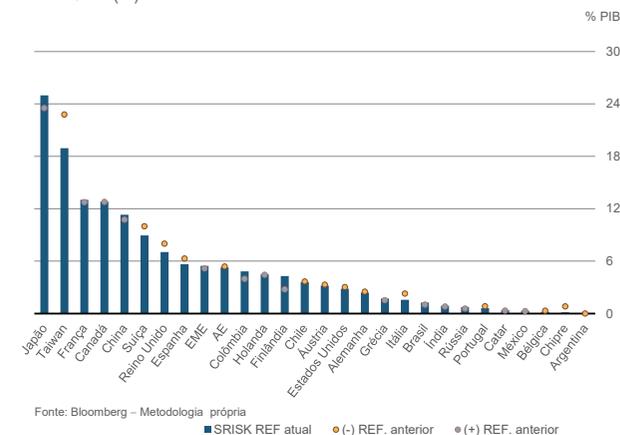
Gráfico 1.1.1 – Yen e VIX (até 27/8)



Desde o último REF, o comportamento do risco sistêmico (SRisk)⁵ foi heterogêneo entre os países analisados. O SRisk aumentou na maioria das economias emergentes (EMEs) analisadas, influenciado, principalmente, pelo aumento do passivo das instituições

financeiras. Por outro lado, o SRisk declinou na maioria das economias avançadas (AEs) analisadas, devido sobretudo ao aumento do valor de mercado das instituições financeiras. Destacam-se, na direção oposta dos avançados: Japão e Finlândia. O SRisk está estimado em 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB) das AEs e em 5,5% do PIB das EMEs (Gráfico 1.1.2).

Gráfico 1.1.2 – Systemic Risk Analysis (SRisk)
SRisk/PIB (%)



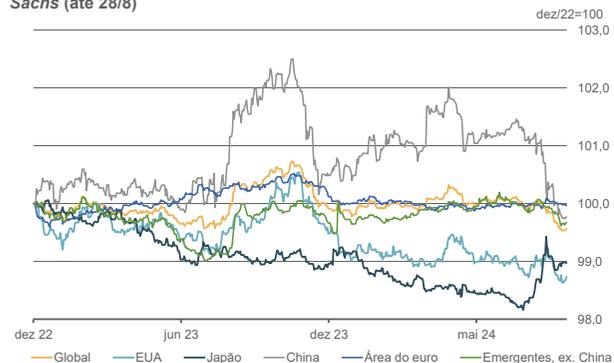
A rentabilidade da maioria dos *Global Systemically Important Banks (GSIBs)* continua em declínio, refletindo a queda na receita com juros e o aumento das provisões, especialmente os GSIBs chineses. Porém, em alguns outros GSIBs, a redução foi compensada parcialmente por outras fontes de receita.

⁵ Indicador de risco sistêmico que mede a necessidade de capital das IFs em um evento de estresse global. Conceito apresentado no REF de abril de 2021.

As condições financeiras nas principais economias melhoraram desde o último REF, embora com elevada volatilidade e heterogeneidade entre as economias.

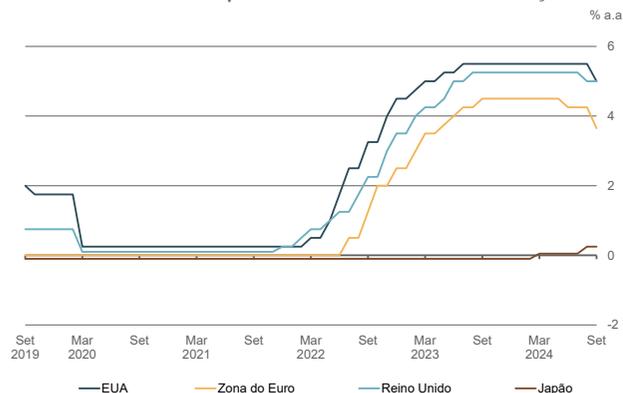
Entretanto, apertaram no Japão e se afrouxaram rapidamente na China (Gráfico 1.1.3). Considerando a gradual desinflação e o reequilíbrio progressivo da atividade global, a maioria dos bancos centrais das principais economias começaram a diminuir a instância restritiva da política monetária. Os bancos centrais seguem comprometidos com a convergência sustentável das taxas de inflação ao redor das respectivas metas, mantendo as taxas de juros em patamares historicamente elevados (Gráfico 1.1.4). Permanece relevante a incerteza sobre a trajetória de política monetária das economias avançadas, sobre o crescimento na China e sobre os impactos dos eventos geopolíticos globais. O grau de apetite a riscos para os países emergentes aumentou desde o último REF, embora tenha permanecido volátil no último mês (Gráfico 1.1.5).

Gráfico 1.1.3 – Índices de condições financeiras da Goldman Sachs (até 28/8)



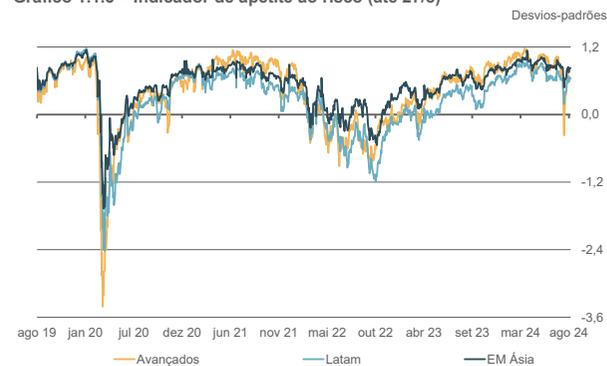
Fonte: Bloomberg. Elaborado por Derin

Gráfico 1.1.4 – Taxas de política monetária em economias avançadas



Fonte: Bloomberg – Até 18 de setembro

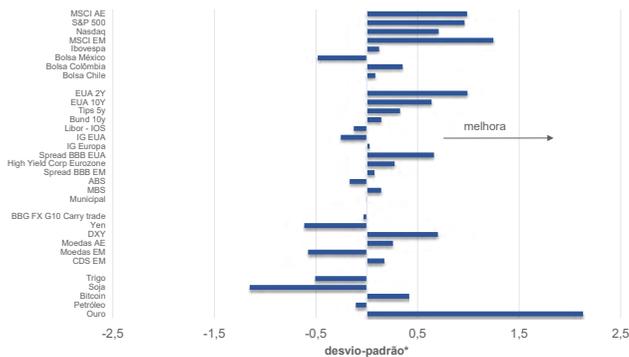
Gráfico 1.1.5 – Indicador de apetite ao risco (até 27/8)



Avançados: EUA, Área do Euro, Japão
 Latam: Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru
 EM Ásia: China, Coreia, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia
 Fonte: Bloomberg, Reuters e Fed St Louis – Metodologia própria

Consistente com a queda nas taxas de juros de longo prazo, os demais ativos financeiros, em geral, tiveram desempenho positivo desde o último REF (Gráfico 1.1.6). A maioria dos índices de ações se valorizou, assim como o índice de moedas DXY e o ouro. Em sentido inverso, houve perda de valor das *commodities* agrícolas e das moedas de emergentes, além da apreciação do Yen, que reverteu a depreciação ocorrida até julho.

Gráfico 1.1.6 – Desempenho dos ativos (do último REF até 27/8)



* normalizada para o número de dias na janela de análise
Fonte: Bloomberg, Refinitiv, Fed. St Louis

As taxas de juros de longo prazo nos EUA diminuíram ao longo do ano (Gráfico 1.1.7), à medida que se reduziu a incerteza prospectiva sobre seu ciclo monetário. A inclinação da curva de juros normalizou-se no final de agosto.⁶ A volatilidade dos juros também caiu desde o último REF, mas segue em níveis elevados. Contribui para a volatilidade as incertezas sobre a velocidade de convergência da inflação para a meta, sobre o reequilíbrio do mercado de trabalho, sobre a trajetória da política monetária e sobre a precificação de ativos de risco. As condições de crédito permanecem restritivas, com contração do crédito em alguns segmentos, especialmente os mais sensíveis às

taxas de juros. Algumas modalidades de crédito apresentam aumento da inadimplência, apesar dos níveis ainda serem baixos em termos históricos.

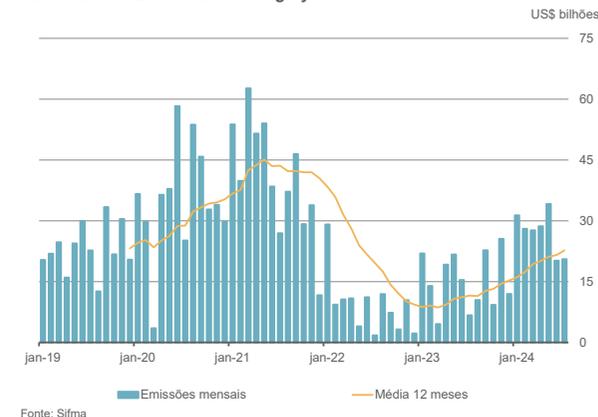
Gráfico 1.1.7 – EUA: juros de longo prazo (até 28/8)



Fonte: Bloomberg

Após ajuste em 2023, o volume de emissões de títulos de crédito de maior risco nos EUA vem se recuperando ao longo de 2024, com a média móvel de doze meses retornando aos níveis de meados de 2022 (Gráfico 1.1.8). Por sua vez, o volume de emissões de *mortgage-backed security* (MBS) segue sem recuperação, ainda nos níveis reduzidos observados desde meados de 2023.

Gráfico 1.1.8 – EUA: emissões *high-yield*

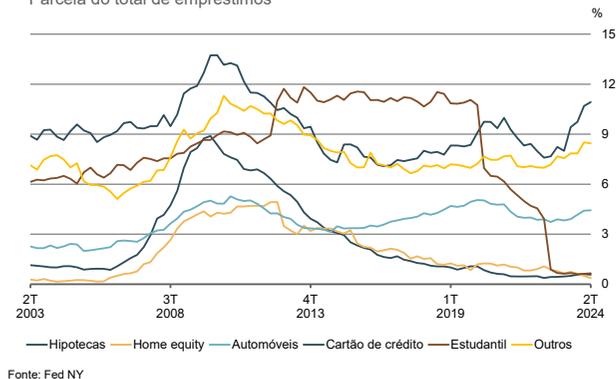


Fonte: Sifma

Nos EUA, as condições financeiras das famílias são confortáveis no agregado, com níveis de endividamento e de serviço de dívidas bem inferiores aos prevalentes na crise financeira de 2008 e sem alterações relevantes em relação ao período pré-pandemia. A taxa de poupança das famílias tem caído, assim como sua disponibilidade de liquidez. O nível de atrasos ainda é baixo, mas tem se elevado, especialmente nas operações de cartão de crédito e de crédito de automóveis (Gráfico 1.1.9). A pressão é desproporcionalmente maior sobre as faixas de renda inferior, o que pode ensejar vulnerabilidades localizadas.

6 A inclinação entre os vértices de 2 e 10 anos permaneceu invertida entre julho de 2022 e agosto de 2024.

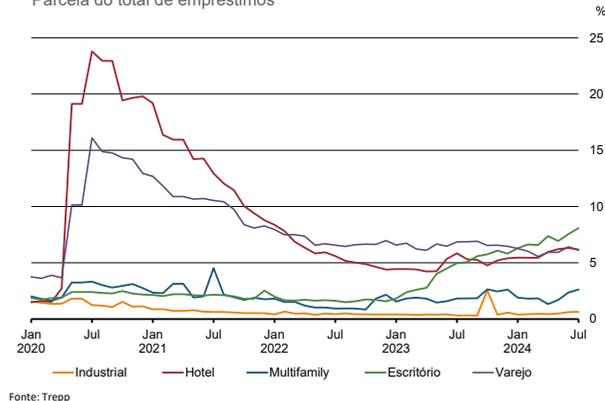
Gráfico 1.1.9 – EUA: crédito às famílias, atrasos acima de 90 dias
Parcela do total de empréstimos



O crédito imobiliário comercial concentra as fragilidades do crédito corporativo.

Mudanças estruturais no setor desde o início da pandemia resultaram em menor demanda, menor nível de ocupação em alguns segmentos e na queda de preços desses ativos, que usualmente são oferecidos como colateral nestas linhas de crédito. Ainda não há materialização relevante de riscos, mas o nível de atrasos mostra elevação moderada na margem (Gráfico 1.1.10), o que aumenta a probabilidade de uma correção de preços mais duradoura, impactando, conseqüentemente, ainda mais investidores e intermediários.

Gráfico 1.1.10 – EUA – Atrasos acima de 30 dias em comercial mortgage backed securities
Parcela do total de empréstimos

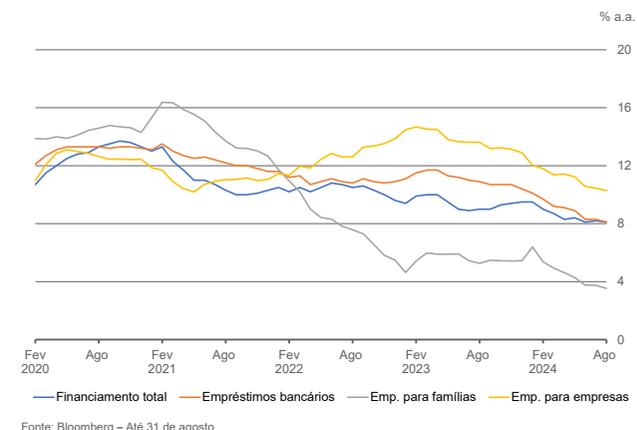


Na China, o crédito bancário continua em expansão, porém em desaceleração, e o custo do crédito se reduziu.

A desaceleração do crédito está associada à redução da confiança e à desaceleração do consumo e do investimento, o que implica menor demanda por crédito, principalmente por parte das famílias. Nesse contexto, a expansão do crédito tem sido sustentada por meio de empréstimos bancários para entes de governo e para empresas não financeiras em setores estratégicos e por emissão de títulos públicos (Gráfico 1.1.11). A participação de instrumentos de *shadow banking* no crédito total tem diminuído, reduzindo vulnerabilidades sistêmicas no sistema financeiro. O crédito também se tornou mais inclusivo, com o aumento relativo dos empréstimos de menor valor,

direcionado para as pequenas e médias empresas. O custo do crédito se reduziu. As taxas de juros declinaram ao longo deste ano, tanto no mercado interbancário, quanto as incidentes ao longo da curva de títulos públicos, com reflexo sobre as taxas de juros cobradas em empréstimos bancários para empresas e famílias.

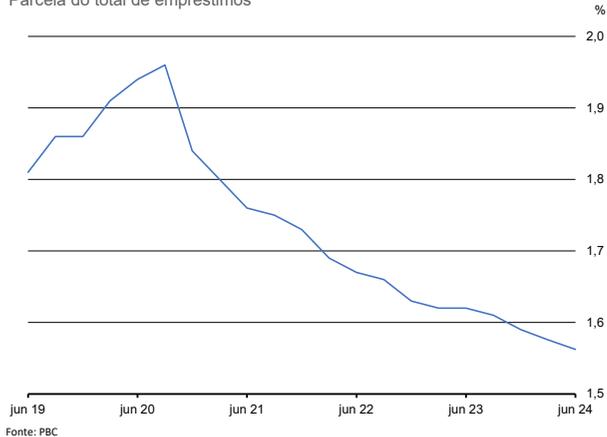
Gráfico 1.1.11 – Financiamento à economia real na China



A inadimplência no sistema financeiro chinês segue controlada, porém a rentabilidade está reduzida.

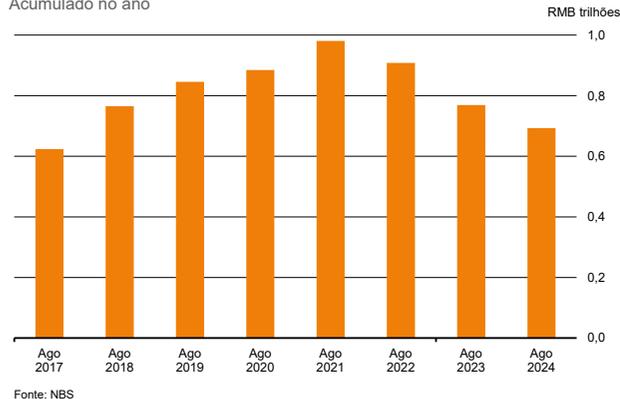
A proporção de empréstimos inadimplentes atingiu no fim do segundo trimestre seu menor nível em dez anos (Gráfico 1.1.12). Os indicadores de retorno sobre o total de ativos e a margem líquida de taxa de juros média do sistema bancário situaram-se em seus menores níveis desde 2011.

Gráfico 1.1.12 – China: empréstimos inadimplentes
Parcela do total de empréstimos



O setor de incorporação imobiliária na China prossegue como principal fragilidade da economia. Os investimentos no setor aprofundaram as quedas neste início de ano (Gráfico 1.1.13), com reduções na área de construção iniciada, em andamento e em vendas, resultando em um acúmulo de unidades terminadas, mas não vendidas. Os preços de residências novas continuam em queda em todas as faixas de porte e de cidade. Um ajuste de preços mais consistente com redução na demanda poderia contribuir para um reequilíbrio ordenado e mais célere no setor.

Gráfico 1.1.13 – China: investimento em incorporação imobiliária
Acumulado no ano



Desde o último REF, a maioria das jurisdições manteve os buffers de capital contracíclicos para fortalecer a resiliência dos bancos, diante de um cenário que continua apresentando acúmulo de riscos financeiros globais e incertezas econômicas domésticas, com poucas exceções (Gráfico 1.1.14).

O cenário global prospectivo ainda apresenta fatores de riscos que podem levar à materialização de cenários extremos de reprecificação de ativos financeiros globais, não obstante a tendência de

melhora nas condições financeiras. Destacam-se, dentre esses fatores: as incertezas acerca da dinâmica prospectiva das principais variáveis macroeconômicas e da suficiência de políticas; os níveis de equilíbrio das taxas de juros no longo prazo e das pressões decorrentes do diferencial de juros sobre as moedas; as expectativas sobre a precificação de ativos e a sustentabilidade do endividamento corporativo e soberano; o acúmulo de vulnerabilidades tanto em bancos quanto em IFs não bancárias, bem como o aumento do nexos entre ambos; e o aumento da concentração em certos ativos ou certas classes de ativos. Turbulências ou rupturas por diversas causas, como econômicas, geopolíticas e climáticas, podem impactar adversamente os custos de capital, a capacidade de financiamento e a solvência de agentes mais frágeis. Em geral, as economias emergentes mostraram resiliência diante do cenário externo adverso, ainda que fatores de risco permaneçam. Em que pese as melhoras, empresas e famílias tendem a encontrar condições historicamente desfavoráveis para serviço e rolagem de dívidas nos próximos meses. Nesse contexto, a gestão eficiente de riscos, capital e custos de captação segue bem mais importante e desigualmente mais desafiadora para alguns intermediários menores ou especializados em segmentos mais impactados.



Sumário



Sumário Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo

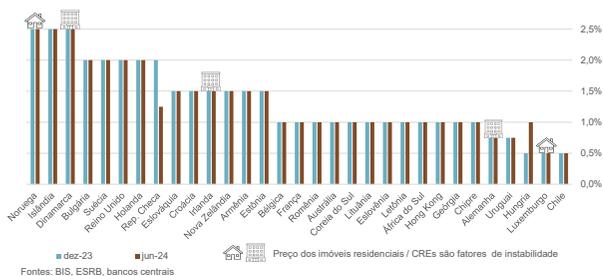


Apêndice



Anexos

Gráfico 1.1.14 – Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCP)



O BC segue atento à evolução do cenário internacional e avalia que a exposição do SFN ao risco da taxa de câmbio é baixa, e a dependência de captação externa é pequena. O BC segue preparado para atuar de forma a minimizar eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais e segue entendendo que políticas macroeconômicas que aumentem a previsibilidade fiscal e reduzam os prêmios de risco e a volatilidade dos ativos contribuem para a estabilidade financeira e, conseqüentemente, melhoram a capacidade de pagamento dos agentes.

1.2 Sistema Financeiro Nacional⁷

1.2.1 Liquidez

O sistema bancário mantém ativos líquidos suficientes para absorver potenciais perdas e prevenir crises sistêmicas, inclusive em cenários estressados. Frente à leve aceleração das concessões de crédito, as IFs mantiveram o ritmo de crescimento das captações, apoiadas nos depósitos a prazo. Em consequência desse cenário, o colchão de ativos líquidos do sistema não apresentou variações relevantes, com a ampla maioria das IFs apresentando níveis confortáveis de liquidez. A estrutura de capital e as captações com prazos mais longos, por sua vez, mantiveram-se adequados, sem amplos descompassos entre faixas de vencimento de ativos e passivos, o que demonstra a resiliência estrutural do sistema bancário.

Captações domésticas e externas

As captações seguem a tendência de crescimento observada nos últimos semestres. O semestre foi caracterizado pelo bom desempenho dos depósitos

a prazo e pela redução no ritmo de crescimento dos instrumentos com isenção tributária. O período foi marcado pela manutenção do comportamento de proximidade de taxas praticadas pelos diversos segmentos. Já o *funding* vindo do mercado externo manteve-se suficiente para atender à demanda por esse tipo de financiamento às exportações.

Captações seguem crescendo apoiadas na evolução dos depósitos a prazo, com diminuição no ritmo de crescimento dos instrumentos com isenção tributária e leve melhora da poupança. Em termos absolutos, destaca-se o crescimento da carteira de depósitos a prazo (R\$202,5 bi ou 9%). Apesar do crescimento de 22% das captações externas, a maior parte do aumento é atribuível à desvalorização de 15% do real no semestre. Conforme previsto na edição passada do REF, houve redução no ritmo de crescimento das carteiras de Letra de Crédito Imobiliário (LCI) (3% no semestre atual, contra 20% no anterior) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) (2% no atual, 9% no anterior). Embora esses instrumentos sejam atrativos para os clientes devido à rentabilidade e isenção tributária, e representem custos de

⁷ As seções *Liquidez* e *Rentabilidade* e a subseção *Teste de estresse de liquidez* analisam o sistema bancário, ou seja, conglomerados constituídos ao menos por bancos comerciais, bancos múltiplos, caixas econômicas, bancos de câmbio ou bancos de investimento. A subseção *Testes de estresse macroeconômico* inclui os bancos de desenvolvimento, além dos anteriores. As seções *Crédito* e *Solvência* analisam todos os segmentos do SFN, incluídos os conglomerados não bancários. Finalmente, as seções *Liquidez* e *Crédito* e a subseção *Teste de estresse de liquidez* restringem suas análises ao conglomerado financeiro, as seções *Rentabilidade*, *Solvência* e a subseção *Teste de estresse macroeconômico* utilizam informações do conglomerado prudencial em suas análises.

captação menores para os bancos, sofreram o impacto da entrada em vigor da Resolução CMN 5.119, de 1º de fevereiro de 2024, que promoveu ajustes nos lastros elegíveis e nos prazos de vencimento da LCA, da LCI e da Letra Imobiliária Garantida (LIG). A poupança registrou leve crescimento de 3% no semestre, aproximadamente igual ao do rendimento médio do estoque no período, e segue como ponto de atenção para o *funding* do crédito imobiliário (Gráfico 1.2.1.1).

Gráfico 1.2.1.1 – Perfil de captação por instrumento
Sistema bancário

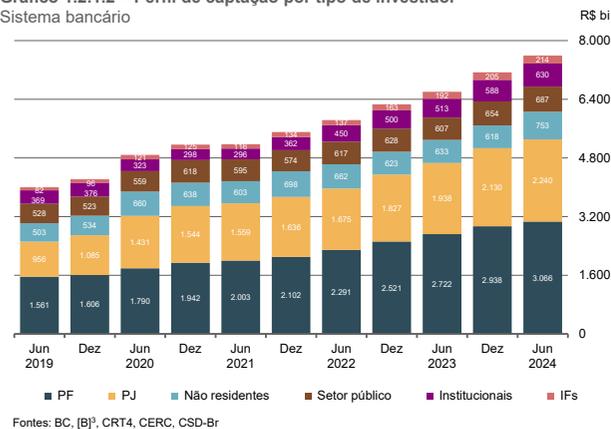


Fontes: BC, [B]³, CRT4, CERC, CSD-Br

Depósitos a prazo: certificados de depósito bancário, recibos de depósitos bancários, depósitos a prazo com garantia especial. Dívida subordinada: certificados de depósito bancário com cláusula de subordinação, letras financeiras com cláusula de subordinação e instrumentos elegíveis à composição de capital. Outros instrumentos: CDE, letras de câmbio, letras hipotecárias, operações de box, letras imobiliárias garantidas, depósitos interfinanceiros e compromissadas com títulos privados.

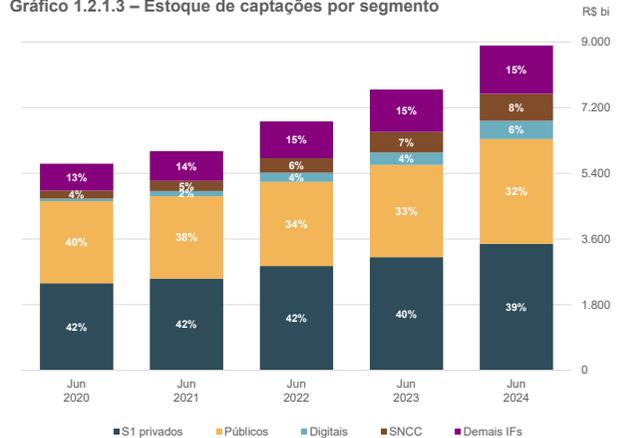
Persiste tendência de redução de concentração do SFN. Os bancos do segmento S1, tanto privados quanto públicos, reduziram sua participação no comparativo anual. Em contrapartida, a participação das IFs digitais aumentou no período, impulsionada pela expansão e pelo alcance dos canais digitais, bem como pelo maior uso de plataformas de distribuição. Enquanto isso, a captação por tipo de investidor permaneceu praticamente estável no período (Gráficos 1.2.1.2 e 1.2.1.3).

Gráfico 1.2.1.2 – Perfil de captação por tipo de investidor
Sistema bancário



Fontes: BC, [B]³, CRT4, CERC, CSD-Br

Gráfico 1.2.1.3 – Estoque de captações por segmento

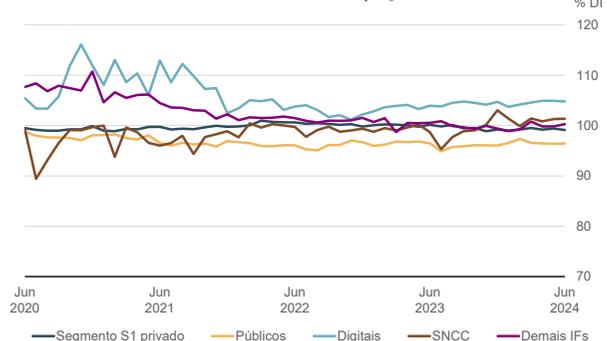


As taxas de captação⁸ praticadas pelos diversos segmentos permaneceram estáveis e próximas. Os *spreads* das taxas de captação em relação à taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) apresentaram estabilidade para todos os segmentos no semestre, exceto para o segmento cooperativo que teve uma leve redução. Apesar da estabilidade nas taxas de captação de forma agregada, houve aumento de taxas nas LCIs

8 Os Gráficos 1.2.1.4 e 1.2.1.5 são gerados considerando a última posição cadastral de cada IF, o que torna possível que as taxas de um mesmo segmento e para uma mesma data variem em versões deste Relatório geradas em momentos distintos (uma IF pode ter sido reclassificada de um segmento para outro, ou pode ter sido adquirida ou incorporada por outra IF de segmento distinto, por exemplo).

e principalmente LCAs em função do aumento de prazo imposto pela resolução CMN 5.119 (Gráficos 1.2.1.4 a 1.2.1.6).

Gráfico 1.2.1.4 – Taxas médias mensais de captação



(*) Taxa média ponderada dos seguintes instrumentos: certificados de depósito bancário, recibos de depósitos bancários, depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), depósitos interfinanceiros, letras de crédito do agronegócio, letras de crédito imobiliário, letras financeiras (incluindo as com cláusula de subordinação), letras imobiliárias garantidas. Foram excluídas do cálculo taxas abaixo do 1º percentil e acima do 99º percentil.

Gráfico 1.2.1.5 – Diferença das taxas médias mensais de captação em relação ao segmento S1 privado

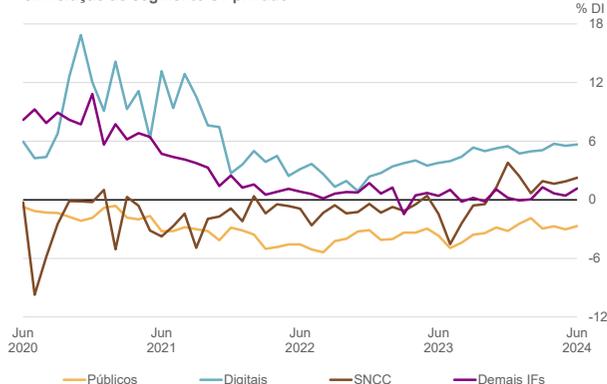


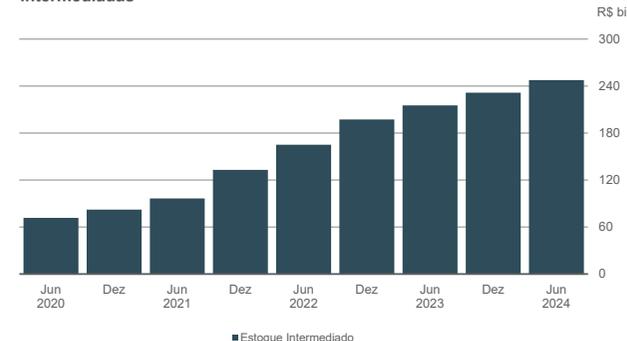
Gráfico 1.2.1.6 – LCA e LCI – Taxas médias e emissões



As captações por meio de plataformas de investimento mantiveram tendência de alta, e seguem como importante canal de distribuição para instituições de menor porte. Esse tipo de operação continua sendo a principal fonte de *funding* para um conjunto de instituições de menor porte e ajuda a explicar o aumento de competição e a redução nas taxas praticadas pelos segmentos não S1 nos últimos semestres. Em dezembro de 2023, foi publicada a Resolução CMN 5.114, com o objetivo de desincentivar o uso

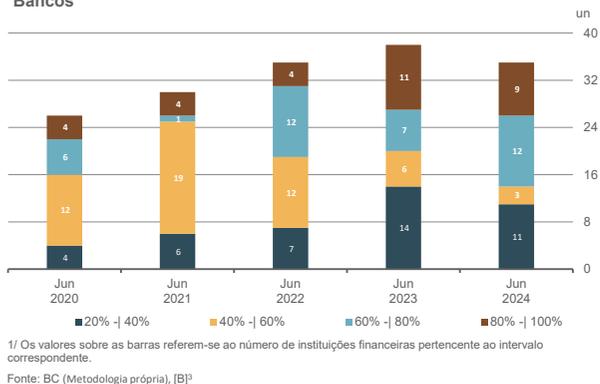
da garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) como principal atrativo para a captação de recursos pelas IFs. Considerando o grupo de instituições com mais de 70% das captações cobertas pelo FGC⁹ em novembro de 2023, verifica-se que 72% dessas entidades apresentaram uma redução nessa relação, diminuindo a dependência às captações cobertas pelo fundo garantidor. Embora as plataformas de investimento ampliem a capacidade de captação das IFs, elas também aumentam a pressão nas taxas ao ampliar a competição entre IFs e outras opções de investimento (Gráficos 1.2.1.7 e 1.2.1.8).

Gráfico 1.2.1.7 – Evolução do estoque de captações intermediadas



⁹ A definição de captação coberta pelo FGC é dada pela razão entre o Valor de Referência (VR) e Captações de Referência que constam na Resolução CMN 4.222, de 23 de maio de 2013, com redações dadas pelas Resoluções CMN 4.785, de 23 de março de 2020, e 5.114, de 21 de dezembro de 2023 (essa disciplinada pela Instrução Normativa 116 de 23 de junho de 2024), respectivamente.

Gráfico 1.2.1.8 – Captações Intermediadas – Quantidade de IFs por dependência do emissor sobre as captações totais – Bancos



de crédito às famílias e às empresas. Diante desse cenário, as IFs seguiram com o ritmo de crescimento de captações, mantendo seus níveis de colchão de liquidez. As IFs do segmento S1 permanecem com indicadores regulamentares sólidos, com ampla margem disponível para potencial cenário de crédito mais benigno (Gráfico 1.2.1.9). Em uma outra abordagem¹⁰ que engloba todo conjunto de IFs individuais – considerando efeitos de cenários de estresse de mercado e corrida bancária – observa-se a resiliência da liquidez do sistema bancário como um todo. Embora tenha ocorrido uma redução nos níveis de liquidez das IFs pertencentes ao quartil mais elevado da distribuição, essa redução é decorrente de um retorno do crescimento do crédito (Gráfico 1.2.1.10).

Gráfico 1.2.1.9 – Liquidity Coverage Ratio (LCR)^{1/} e Loan-to-Deposit Ratio (LTD)^{2/}

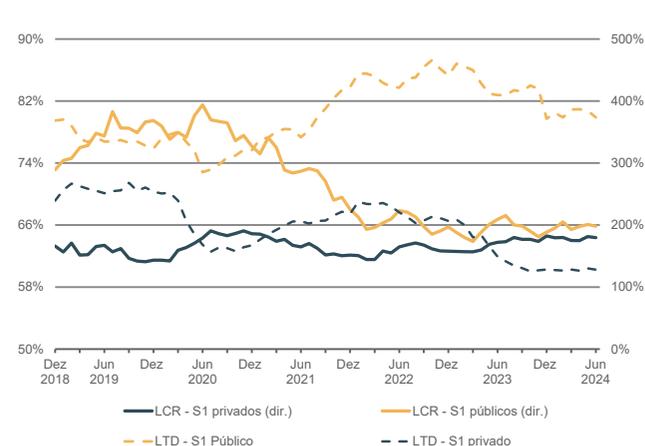
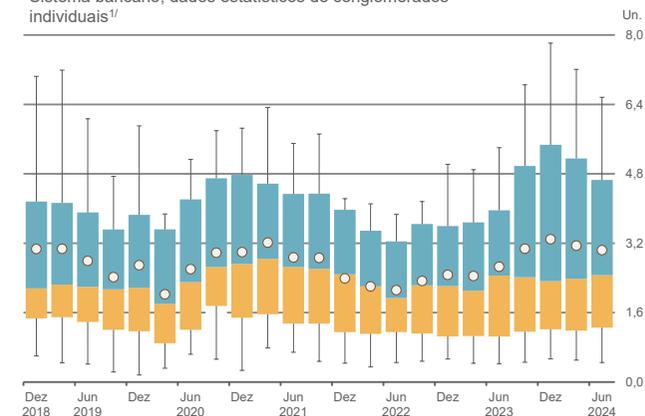


Gráfico 1.2.1.10 – Índice de Liquidez Sistema bancário, dados estatísticos de conglomerados individuais^{1/}



1/ O IL de cada IF está limitado ao valor correspondente ao percentil 80% de cada mês. Os valores dos limites e barras são referentes aos percentis 10%, 25%, 50%, 75% e 90% respectivamente. A média está representada pelos círculos.

Liquidez de curto prazo

A liquidez do sistema bancário permanece confortável para manutenção do regular funcionamento do sistema de intermediação e da estabilidade financeira. Após período moderado de crescimento do crédito, com consequente alta liquidez do sistema bancário, as IFs aceleraram o ritmo de concessões

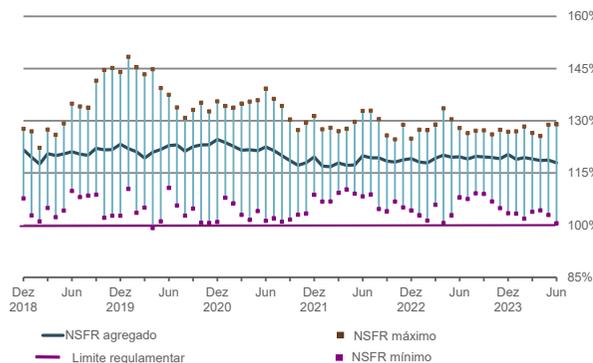
10 Essa abordagem considera um cenário de perda de valor dos ativos por evento de risco de mercado, corrida bancária e saída dos principais depositantes no cálculo de um único indicador. Denomina-se Índice de Liquidez (IL), métrica que abrange todo o SFN e mensura se os bancos possuem ativos líquidos suficientes para cobrir suas necessidades de caixa de curto prazo (trinta dias subsequentes) em cenário de estresse hipotético, definido e calibrado pelo BC. Essas saídas de recursos advêm da possibilidade de resgates de captações vincendas ou com liquidez imediata, exposições a risco de mercado, como chamadas de margens e pagamentos de ajustes de derivativos e, ainda, outros fluxos contratuais programados. Para maior aprofundamento da métrica, consultar o anexo Conceitos e Metodologias.

Liquidez Estrutural

A estrutura de captações mantém-se compatível com o financiamento dos ativos de longo prazo, demonstrando que não há descasamento entre o prazo de vencimento de ativos e passivos. A liquidez estrutural no sistema bancário refere-se à capacidade das IFs de manterem um equilíbrio sustentável entre seus ativos e passivos ao longo do tempo, evitando dependência excessiva de fontes de financiamento de curto prazo. O *Net Stable Funding Ratio* (NSFR)¹¹ é uma métrica regulatória que visa mitigar esses riscos. O cumprimento regulamentar do NSFR pelas IFs do segmento S1 demonstra uma gestão prudente da liquidez bancária (Gráfico 1.2.1.11). Um cálculo simplificado do NSFR, aplicado sobre todos os conglomerados individualmente, por meio do Índice de Liquidez Estrutural (ILE),¹² revela não ter ocorrido variação relevante na capacidade das IFs em financiar suas atividades (Gráfico 1.2.1.12). Apesar da piora nas faixas mais baixas da distribuição do ILE (percentil

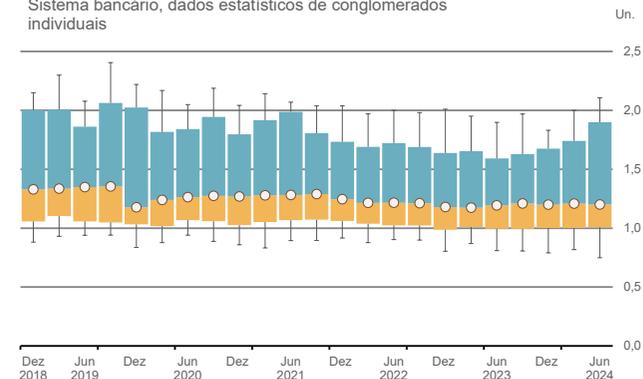
10%), a ampla maioria das instituições mantém níveis adequados de recursos em seus balanços para financiar uma potencial retomada do crédito.

Gráfico 1.2.1.11 – Dispersão do NSFR
Máximo, mínimo e agregado^{1/}



^{1/} Dados de NSFR e ILE agregados das IFs classificadas no Segmento S1 (atualmente: 6 IFs).

Gráfico 1.2.1.12 – Índice de Liquidez Estrutural^{1/}
Sistema bancário, dados estatísticos de conglomerados individuais



^{1/} O ILE de cada IF está limitado ao valor correspondente ao percentil 80% de cada mês. Os valores nas barras são referentes aos percentis 10%, 25%, 50%, 75% e 90% respectivamente. A média está representada pelos círculos.

11 Foi introduzido no Brasil pela Resolução CMN 4.616, de 30 de novembro de 2017, com metodologia dada pela Circular 3.869, de 19 de dezembro de 2017, tendo iniciado seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2018. É um índice que corresponde à razão entre o montante de Recursos Estáveis Disponíveis (*Available Stable Funding* – ASF) e o montante de Recursos Estáveis Necessários (*Required Stable Funding* – RSF). O numerador é composto pelo capital regulamentar e por captações consideradas estáveis, enquanto o denominador é composto majoritariamente por operações de crédito. As IFs enquadradas no segmento S1 necessitam cumprir o requerimento mínimo regulamentar de 100% nos termos do art. 2º da Resolução 4.553, de 30 de janeiro de 2017.

12 O ILE possui como objetivo mensurar se os bancos possuem fontes suficientes de recursos estáveis (numerador) para financiar seus ativos de longo prazo (denominador). Assim, instituições com índice igual ou superior a 1 apresentam menor descasamento de prazos entre ativos e passivos, estando menos sujeitas a problemas futuros de liquidez. Para detalhes da definição da métrica, ver anexo Conceitos e Metodologias.

1.2.2 Crédito^{13,14}

Introdução

O financiamento à economia real voltou a acelerar em linha com a atividade econômica, que tem apresentado crescimento acima do esperado.

No crédito bancário às PFs, a aceleração ocorreu de forma mais acentuada nas carteiras de financiamento de veículos e de crédito não consignado, e, no caso das PJs, a retomada foi puxada em especial pelas grandes empresas, que também se beneficiaram do elevado crescimento do mercado de capitais, o qual continuou ganhando representatividade como fonte relevante de financiamento.

A despeito dos sinais econômicos favoráveis, a capacidade de pagamento das empresas e famílias segue desafiadora. O mercado de trabalho apresenta elevado dinamismo recente, com nível de ocupação, taxa de desocupação e renda com evolução favorável. Mesmo nesse ambiente, os níveis de comprometimento de renda das famílias ainda se encontram historicamente elevados. No caso das empresas, o dinamismo recente do comércio, dos serviços e

da indústria mostra que, em termos de atividade, as companhias também se beneficiam do ciclo de crescimento, porém enfrentam desafios em termos financeiros, como a desvalorização cambial ocorrida no semestre, que impactou os balanços financeiros de algumas empresas de grande porte, e o novo ciclo de alta de juros, que tende a impactar os balanços pelo aumento do serviço da dívida.

O apetite a risco das IFs elevou-se levemente no semestre. Para as famílias, além da reaceleração quase generalizada em todas as modalidades, houve alguma flexibilização nos critérios de contratação, especialmente em financiamento de veículos. Para as empresas, o ritmo de crescimento do crédito aumentou, mas os critérios de contratação não se alteraram de forma significativa. Diante dos riscos relacionados à atividade econômica e ao comprometimento de renda das famílias e endividamento destas e das empresas de menor porte, o ambiente continua demandando a preservação da qualidade das concessões.

A materialização de risco tende a ficar estável nos próximos meses no crédito às famílias. Para elas, o efeito de crescimento da carteira levou a uma pequena

redução do percentual dos ativos problemáticos em todas as modalidades, com exceção do crédito rural. A expectativa atual é de manutenção da materialização, tendo em vista o equilíbrio entre os fatores positivos (como melhora no *mix* de produtos e atividade econômica aquecida) e negativos (níveis ainda elevados de Comprometimento de Renda – CR e leve piora nos critérios de contratação) que podem afetar a carteira. Para as MPMEs, o nível de materialização de risco deve permanecer relativamente estável, sem sinais de reversão para o curto prazo, dada a manutenção dos critérios de contratação recentes. As empresas de grande porte mantiveram a tendência de redução da materialização de riscos, e a expectativa é de que esse movimento continue, pois as baixas a prejuízo tendem a superar as novas entradas em AP. Ressalte-se que os agentes financeiros reduziram novamente a importância de riscos de inadimplência e atividade, em consonância com o desempenho da economia.¹⁵

As provisões mantiveram-se acima das estimativas de perdas esperadas para a carteira de crédito. O estoque de provisões está condizente com a expectativa de materialização de risco, permanecendo em níveis adequados para suportar as perdas esperadas,

13 Ao longo desta seção, quando falarmos do crédito bancário ou da carteira ativa, referimo-nos à carteira de crédito bancária doméstica.

14 Em relação ao crédito bancário, os números apresentados nesta seção podem diferir daqueles existentes nas séries temporais do BC, pois a fonte aqui utilizada é o saldo de carteira ativa dos clientes identificados no SCR.

15 Ver item 1.3 – Pesquisa de Estabilidade Financeira.



Sumário



Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

estimadas pelo BC com base em modelos proprietários de PD e de *Loss Given Default* (LGD), aplicados aos dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR).

Crédito amplo e sua tendência de longo prazo

A relação do crédito amplo sobre o PIB aumentou a distância em relação à sua tendência de longo prazo devido à reaceleração do mercado de crédito. O hiato de crédito amplo¹⁶ seguiu em expansão no primeiro semestre do ano, com o mercado de capitais sendo o principal responsável por esse crescimento (Gráfico 1.2.2.1). Espera-se que essa fonte de recursos continue sendo a principal responsável pelo movimento de alta no hiato, dada a perspectiva de continuidade do desenvolvimento desse mercado na economia. Ressalta-se ainda que, historicamente, há relevante participação do SFN no mercado de capitais, fato que não se alterou com o crescimento recente de tal mercado (Gráfico 1.2.2.2).¹⁷

Gráfico 1.2.2.1 – Hiato de crédito amplo/PIB – Com retirada da variação cambial
Área hachurada: previsão

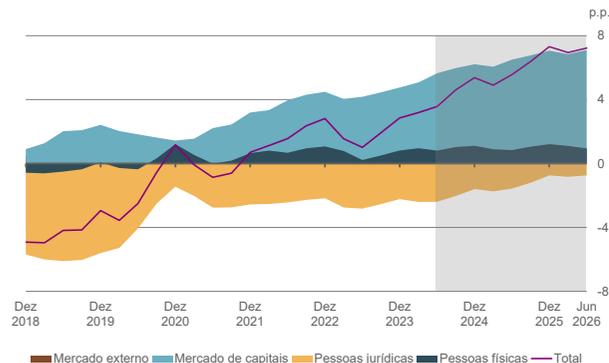
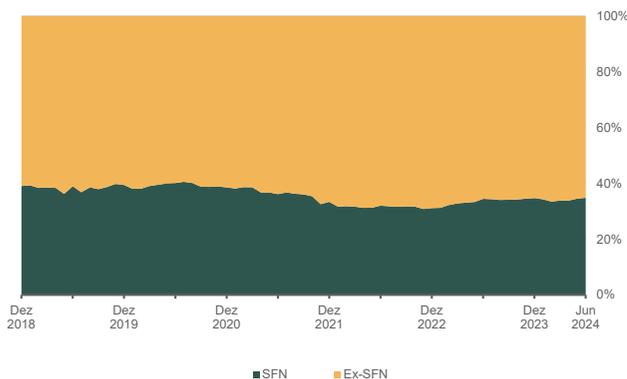


Gráfico 1.2.2.2 – Mercado de capitais
Participações



16 O hiato de crédito amplo/PIB considera somente créditos ao setor privado não financeiro.

17 As exposições classificadas como “SFN” foram aquelas identificadas como (i) diretamente detidas por IFs, (ii) por fundos consolidados prudencialmente ou (iii) exposições indiretas que as IFs têm a fundos não consolidados prudencialmente.

A projeção de crescimento do hiato de crédito amplo/PIB demanda atenção, em um ciclo¹⁸ onde o crédito voltou a acelerar, em linha com a atividade econômica. Além disso, outros fatores também devem ser considerados na análise do ciclo de crescimento do crédito: ainda que o hiato de crédito amplo/PIB seja o indicador de referência proposto pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (*Basel Committee on Banking Supervision – BCBS*) para apoiar as decisões do ACCP,¹⁹ o próprio BCBS não advoga o uso mecânico desse indicador, pois, apesar de haver evidência empírica de seu poder preditivo, a métrica apresenta limitações, que são particularmente

18 Os próprios agentes de mercado têm opiniões diversas sobre em qual momento do ciclo de crédito se está atualmente (ver item 1.3 – Pesquisa de Estabilidade Financeira: apesar de muitas respostas considerarem o hiato de crédito/PIB elevado, as maiores citações o consideram atualmente estável ou em tendência de queda; além disso, há um volume considerável de respondentes que consideram o hiato como “baixo com tendência de queda”).

19 O hiato de crédito amplo/PIB poderia sinalizar crescimento excessivo do crédito, o que, por sua vez, poderia resultar em correções repentinas com efeitos prejudiciais à estabilidade financeira. Drehmann, M., Borio, C., & Tsatsaronis, K. (2011). Anchoring countercyclical capital buffers: the role of credit aggregates, BIS Working Papers 355. Drehmann, M., and Juselius, M. (2013). Evaluating early warning indicators of banking crises: Satisfying policy requirements, BIS Working Papers 421. BCBS (2010). Guidance for national authorities operating the countercyclical capital buffer. Contudo, como já ressaltado no REF de abril de 2016 (boxe “Adicional Contracíclico de Capital Principal”), o ACCPBrasil não é definido com base em um único indicador ou mesmo um conjunto de indicadores preestabelecidos.

importantes em economias emergentes. Há casos documentados, especialmente nessas economias, em que saltos decorrentes de fatores econômicos ou revisões estatísticas impactaram a razão crédito/PIB por longos períodos (cerca de 10 anos), de acordo com simulações realizadas por pesquisadores citados pelo BIS.²⁰ Os autores desse estudo advertem que a influência desses eventos na função de sinalização do hiato de crédito deve ser entendida antes que a série seja usada no contexto do *buffer* de capital contracíclico. Nesse sentido, ressalta-se que o recente desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil após mudanças legais e regulamentares é um evento que potencializou o crescimento do hiato, seja pela ampliação e consolidação no mercado de instrumentos como as debêntures (em especial, as incentivadas), seja pela possibilidade de captura de novas informações para as Cédulas de Produto Rural (CPRs),²¹ por exemplo. Por isso, apesar dos níveis atuais e

prospectivos do hiato em valores que demandam atenção e do inegável crescimento do crédito, os contrapontos anteriores relativos ao mercado de capitais e seus impactos no cálculo do hiato devem ser levados em conta ao se avaliar o ciclo de crédito atual.

Crédito às pessoas jurídicas

A capacidade de pagamento seguiu desafiadora para as MPMEs no primeiro semestre e, para as grandes empresas, foi afetada por indicadores com sinais opostos.

Para as empresas de capital aberto, o dinamismo maior do que o esperado dos indicadores de atividade econômica e de setores como comércio e serviços influenciou positivamente no aumento das receitas e do *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Ebitda), fazendo com que, apesar de haver queda na margem, a rentabilidade esteja melhor do que há um ano (Gráfico 1.2.2.3). No entanto, a desvalorização cambial e o aumento no endividamento trouxeram maiores impactos aos resultados financeiros de algumas empresas, em especial no segundo trimestre, o que levou a uma queda no índice de cobertura de juros e a aumento na relação Dívida Líquida/Ebitda, com os níveis atuais desses indicadores piores àqueles verificados em junho de 2023. Esse cenário ainda tem levado a um crescimento no volume de requerimentos de recuperação judicial para grandes empresas, mas em ritmo menor e mais afastado do pior ano recente (Gráfico

1.2.2.4). Contudo, são sintomas de uma situação ainda desafiadora para a capacidade de pagamento das MPMEs tanto o volume crescente de requerimentos de recuperação judicial em 2024 (Gráfico 1.2.2.5) – ainda que percentualmente baixo em relação ao total de empresas ativas, mas no pior ano da série histórica – quanto o nível atual de materialização de riscos. No geral, a percepção de que o grau de alavancagem das empresas está elevado continua predominante por parte das instituições do SFN, apesar de a alavancagem das grandes empresas não ter aumentado de maneira proeminente em 2024 e estar em níveis menores do que os pré-pandemia (Gráfico 1.2.2.3 – linha “Dívida Líquida/Ebitda”).²² A melhoria desse quadro dependerá da conjunção dos fatores relacionados a uma atividade econômica mais dinâmica *vis-à-vis* possíveis impactos financeiros adversos – como o novo ciclo de alta de juros, o qual pressionará a capacidade de pagamento das empresas – e, pelo fato de esse cenário ter impactos heterogêneos entre as empresas de diferentes portes e setores de atuação, não há clara tendência definida para a capacidade de pagamento das empresas como um todo.

20 Drehmann, M., and Tsatsaronis, K. (2014). The credit-to-GDP gap and countercyclical capital buffers: questions and answers, BIS Quarterly Review.

21 A Resolução CMN 4.927 de 2021 estabeleceu um *phase-in* de registro para as Cédulas de Produto Rural (CPR) que só foi finalizado em 2023. Antes de 2021, o cálculo aqui feito capturava somente as CPRs detidas por instituições financeiras; mesmo após essa data, a captura só ocorria para as CPRs abrangidas pela necessidade de registro. Desse modo, ao incorporarmos as CPRs no cálculo do hiato, temos tanto a captura do crescimento do produto quanto do crescimento do seu registro e disponibilidade de dados, o que leva a uma quebra da série considerada.

22 Ver item 1.3 – Pesquisa de Estabilidade Financeira.

Gráfico 1.2.2.3 Indicadores econômico-financeiros (medianas)
Empresas de capital aberto

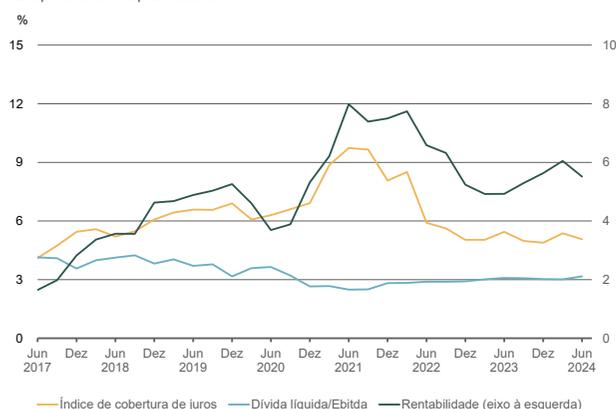
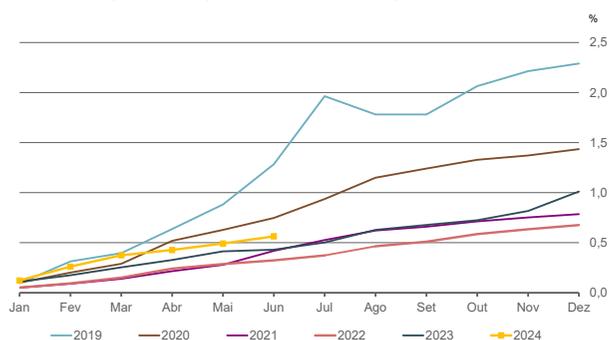
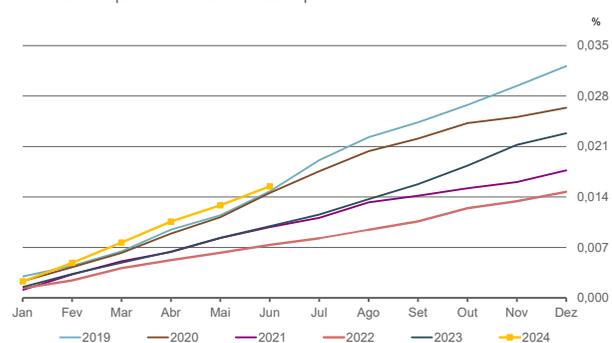


Gráfico 1.2.2.4 – Empresas em recuperação judicial
Grandes empresas - Requerimentos acumulados por ano^{1/}



^{1/} Relação entre o total de requerimentos por ano (Fonte: Serasa Experian) e o total de empresas ativas na economia (com algum fluxo de recebimento de TED, boleto, PIX, cartões ou exportações nos últimos três meses, conforme metodologia utilizada na seção 2.2 Teste de Estresse - Covid, REF Outubro/2020, disponível em <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202010/RELESTAB202010-refPub.pdf>).

Gráfico 1.2.2.5 – Empresas em recuperação judicial
MPME - Requerimentos acumulados por ano^{1/}



^{1/} Relação entre o total de requerimentos por ano (Fonte: Serasa Experian) e o total de empresas ativas na economia (com algum fluxo de recebimento de TED, boleto, PIX, cartões ou exportações nos últimos três meses, conforme metodologia utilizada na seção 2.2 Teste de Estresse - Covid, REF Outubro/2020, disponível em <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202010/RELESTAB202010-refPub.pdf>).

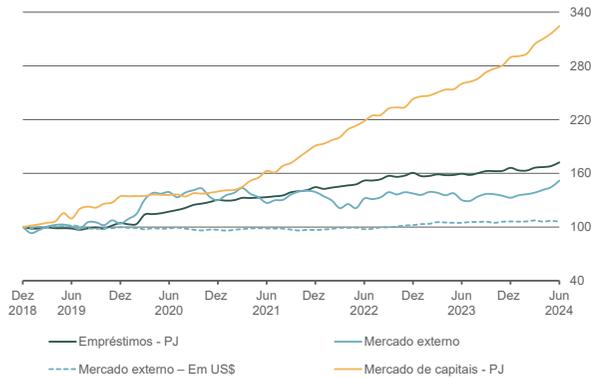
O mercado doméstico de dívida corporativa continuou ganhando representatividade como fonte relevante de financiamento no crédito amplo, principalmente para as grandes empresas. As debêntures seguiram como o instrumento mais representativo do mercado de capitais, sendo seu volume impulsionado por elevadas captações por parte de fundos de renda fixa e por muitas empresas se aproveitarem da alta liquidez para realizar gestão ordinária, investimento em infraestrutura ou pagamentos de dívidas.²³ Os estoques de Certificados de Recebíveis

Imobiliários (CRIs), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) continuaram crescendo a taxas superiores às observadas no mesmo período do ano anterior – para os dois primeiros, as alterações promovidas nas regras para emissão²⁴ pouco afetaram o dinamismo dos instrumentos. O estoque de Notas Comerciais/Promissórias, que vinha desacelerando em 2023, retomou seu crescimento, especialmente no segundo trimestre. De modo geral, o mercado de capitais deve continuar apresentando elevadas taxas de crescimento diante da ampliação da liquidez no mercado combinada com o maior dinamismo da economia, a despeito de uma taxa básica de juros mais alta. Já as captações externas realizadas pelas empresas, por sua vez, mantiveram-se estáveis, em dólares, mas sofreram impacto em reais devido à desvalorização cambial no semestre (Gráfico 1.2.2.6).

23 Boletim de Mercado de Capitais (Fonte: Anbima).

24 Resolução CMN 5.118, de 2024.

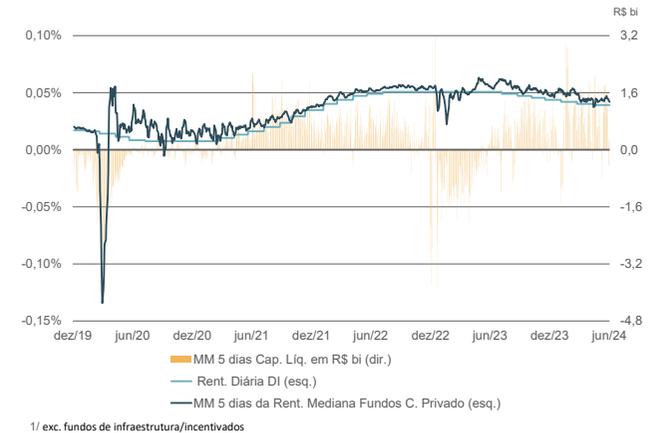
Gráfico 1.2.2.6 – Crédito Amplo PJ
Base dez/2018 = 100



Fundos de crédito privado que financiam dívidas corporativas apresentam captações relevantes em cenário de *spreads* reduzidos. Os fundos de investimento, mais especificamente os fundos de crédito privado,²⁵ são importantes detentores da dívida corporativa doméstica. Passados os efeitos do caso Americanas, a partir de meados de 2023, os *spreads*

dos títulos se reduziram, elevando a rentabilidade e impulsionando as captações dos fundos de crédito privado (Gráfico 1.2.2.7). As captações desses fundos são correlacionadas com as rentabilidades, que, por sua vez, são dependentes dos *spreads* dos títulos em suas carteiras. Na pandemia e no caso Americanas, houve elevação significativa e abrupta dos *spreads* dos títulos, reduzindo as rentabilidades dos fundos, dando origem a ondas de resgates, que foram atendidas com a venda dos títulos de suas carteiras. Eventos dessa natureza, além de gerarem perdas para os detentores desses papéis, tendem a dificultar a realização de novas emissões de títulos corporativos, obstruindo o acesso a uma importante fonte de financiamento para as empresas. Com o aprendizado das crises, instrumentos foram desenvolvidos e aperfeiçoados pelo BC, contribuindo para o aumento na profundidade do mercado de títulos privados.²⁶ Além disso, com o maior volume de captações desses fundos, tem havido maior aplicação de recursos em Títulos Públicos Federais (TPFs) e operações compromissadas, o que reduz seu risco de liquidez.

Gráfico 1.2.2.7 - Rentabilidade e captação
Fundos de crédito privado^{1/}



O crédito bancário²⁷ para as PJs voltou a acelerar, em especial para as grandes empresas. O primeiro semestre de 2024 foi marcado por um aumento do ritmo de crescimento do crédito bancário às empresas, de forma mais significativa no segundo trimestre (Gráfico 1.2.2.8). A aceleração foi mais pronunciada para as grandes empresas, cuja taxa de crescimento

25 São considerados fundos de crédito privado os fundos de investimento financeiro de renda fixa regidos pela Resolução CVM 175, de 22 de dezembro de 2022, que tenham a expressão “crédito privado” no nome e que possuam mais de 50% da carteira composta por títulos de crédito privado. O Suplemento B da mesma Resolução CVM descreve os títulos de crédito privado como debêntures, notas promissórias, *commercial paper*, *export note*, Cédulas de Crédito Bancário (CCB), CPR, WA, NCA, CDA e CDCA.

26 Na pandemia, o CMN e o BC implementaram medidas visando aumentar a liquidez e a normalização dos mercados, incluindo os de crédito privado. Mais detalhes em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202004/RELESTAB202004-secas2_2.pdf. Com o aumento de títulos emitidos por entidades privadas, o BC passou a oferecer também linhas de crédito específicas para a liquidez de instituições, chamadas de Linhas Financeiras de Liquidez (LFL). Mais detalhes em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/linhasfinanceirasdeliquidez>.

27 Não são aqui consideradas as antecipações de recebíveis de credenciadoras e instituições afins junto a IFs.

anual superou as do último trimestre de 2022, destacando-se as operações de comércio exterior e financiamentos de infraestrutura e projetos. Nos segmentos de micro e pequenas empresas, as contratações continuaram bastante influenciadas pelos programas emergenciais de crédito,²⁸ mas, ao passo em que as primeiras tiveram taxas de crescimento com alta marginal, as segundas avançaram de forma mais clara no semestre. As empresas médias tiveram taxas de crescimento com leve aumento no semestre, em níveis inferiores aos de um ano atrás, com destaque para as modalidades de investimento e financiamentos de infraestrutura e projetos. Em termos de segmentos de IFs, a carteira ativa dos bancos privados do S1 voltou a crescer em terreno positivo, ainda em nível baixo, ao passo que os bancos públicos expandiram suas taxas de crescimento positivas; ambos os movimentos são relevantes para o crédito às PJs, pois tais segmentos têm participação conjunta superior a 70% do crédito bancário às empresas (Gráfico 1.2.2.9). Já

as entidades digitais e as cooperativas de crédito se mantiveram como os segmentos com maior expansão na carteira.²⁹ No geral, as próprias IFs apontaram que as condições de oferta de crédito foram mais flexíveis no segundo trimestre de 2024 para todos os portes de empresa.³⁰

Gráfico 1.2.2.8 – Estoque – Crédito bancário
Crescimento anual

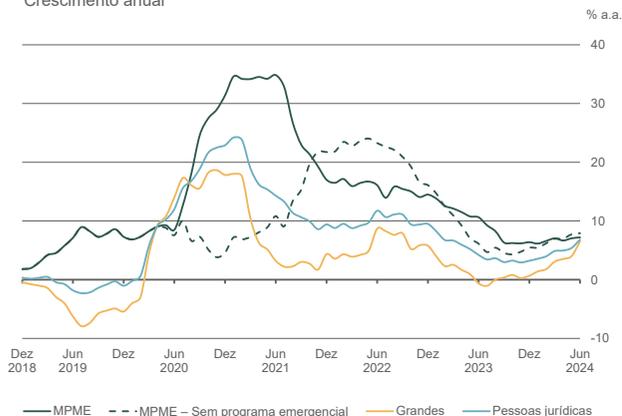
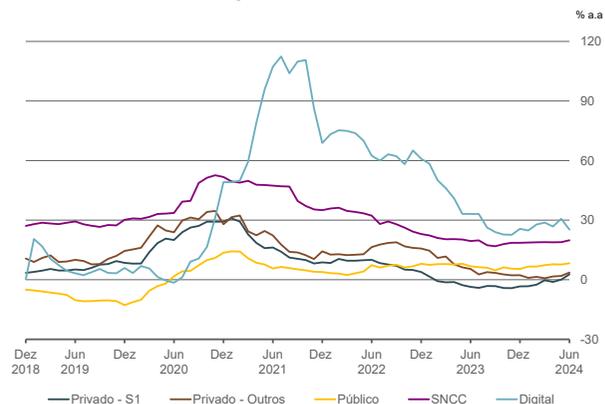


Gráfico 1.2.2.9 – Estoque – Crédito bancário
Crescimento anual – Por segmento



O apetite a risco das IFs não apresentou alterações significativas no semestre. Não se observaram alterações relevantes na qualidade^{31,32,33} das operações contratadas das MPMEs, ainda que tenha ocorrido alguma descompressão na margem (Gráfico 1.2.2.10). Apesar

28 Principalmente o Programa Nacional de Apoio às Microempresas (Pronampe).

29 Apesar do alto crescimento, a carteira do segmento Digital ainda tem pouca representatividade e, em junho de 2024, correspondia a cerca de 1,5% do total da carteira de crédito de PJs.

30 Ver “Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC) – Resultados de junho de 2024”, disponível em [Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito \(bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br/ptc).

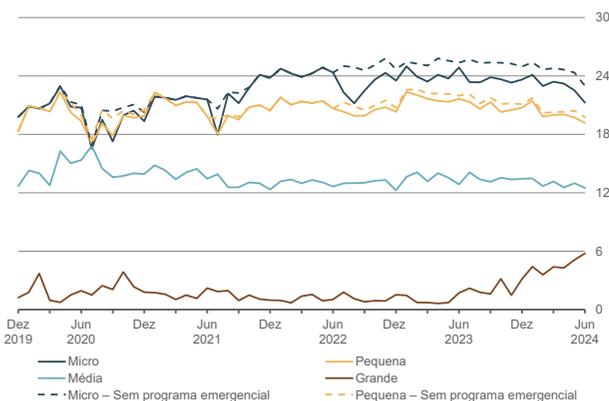
31 Em específico para as micro e pequenas empresas, quando desconsideradas as operações de programas emergenciais.

32 O score de contratação é uma medida que quantifica o risco de crédito de operações contratadas na data-base, determinado por um modelo estatístico proprietário do BC. Quanto mais alto o score, mais arriscadas são as operações.

33 No caso das PJs, o modelo se baseia em variáveis dos tomadores. Os scores dos portes micro, pequeno e médio não podem ser diretamente comparados, dado que modelos diferentes foram utilizados para gerá-los. No caso das grandes empresas, o que se tem aqui é o percentual da carteira contratada por empresas que já estão deterioradas ou com alta chance de estarem deterioradas em um período de três meses.

de taxas de crescimento inferiores, porém em terreno positivo, àquelas verificadas em anos recentes para MPMEs, o próprio mercado não vê alteração significativa desse cenário geral no curto prazo, uma vez que há a indicação de padrão de oferta de crédito ainda flexível para as empresas de menor porte. Para as grandes empresas, a piora na qualidade das contratações se deu em função de eventos idiossincráticos de tomadores específicos, sem efeitos ainda generalizados, e as IFs indicam haver menor demanda por crédito e condições quase em terreno restritivo de oferta no curto prazo, provavelmente por conta da maior preocupação com a inadimplência no mercado.³⁴

Gráfico 1.2.2.10 – Score contratação
Por porte de empresa

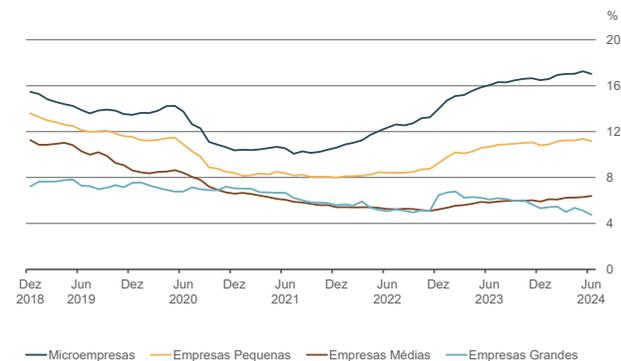


34 Sobre as expectativas de oferta e demanda de crédito por porte de empresa para o próximo trimestre, ver “[Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito \(PTC\) – Resultados de junho de 2024](#)”.

A materialização do risco de crédito continuou mostrando sinais de estabilidade na margem para as MPMEs, e a expectativa é de que assim permaneça. Apesar do crescimento dos percentuais de AP no semestre para as empresas de menor porte, para as últimas observações percebeu-se alguma estabilidade, ao passo que as empresas de grande porte mantiveram a tendência de redução do percentual de AP, em função de baixas a prejuízo e por um aumento mais pronunciado da carteira (Gráfico 1.2.2.11). Esse movimento ocorrido nas grandes empresas ajudou a reduzir a materialização do risco em especial no segmento Privado – S1 (Gráfico 1.2.2.12), ao passo que o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) foi mais afetado pelo incremento de materialização nas empresas de menor porte. Prospectivamente, os critérios de concessão sem alterações significativas e a pouca variação nas probabilidades de *default* da carteira não problemática^{35,36} sugerem que a materialização de risco deve continuar em patamares similares aos atuais para as MPMEs (Gráfico 1.2.2.13). Para as grandes empresas, a expectativa é de que

materialização de risco continue em queda em virtude de as baixas a prejuízo continuarem superando novas entradas em AP.

Gráfico 1.2.2.11 – Ativos problemáticos – PJ
Por porte de empresa



35 A probabilidade de *default* (PD) da carteira é uma medida que quantifica, para as operações em estoque que não estejam deterioradas (ou seja, que não sejam APs), o percentual que migraria para o *default* (aqui definido como a entrada em AP). Essa medida tem como insumo os scores de cada operação de crédito, os quais são usados para o ordenamento de riscos. Então, é considerada a taxa de *default* realizada em carteiras de mesmo risco no período recente como a estimativa de *default* para aquele grupo de risco. Trata-se, portanto, de uma estimativa não condicional ao ciclo econômico e, por construção, dependente do desempenho recente de carteiras de mesmo risco.

36 Para as empresas, o cálculo é feito no nível do tomador, considerando um horizonte de doze meses no caso das MPMEs ou uma projeção de AP de curto prazo para as grandes empresas.

Gráfico 1.2.2.12 – Ativos problemáticos – PJ
Por segmento

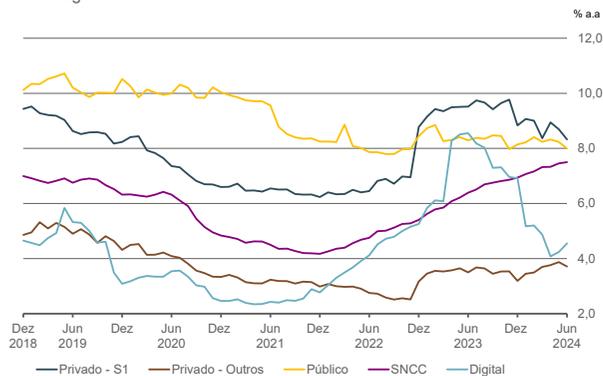
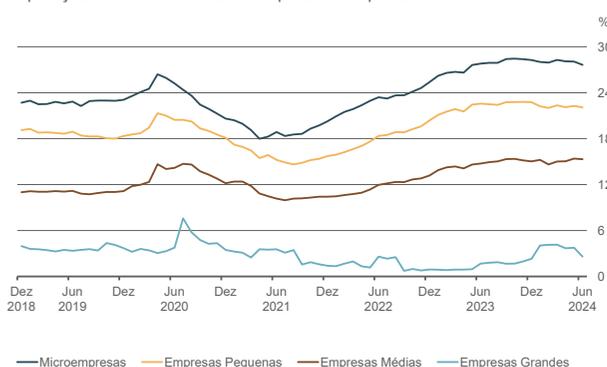


Gráfico 1.2.2.13 – Probabilidade de default do estoque
Operações em curso normal – Por porte de empresa

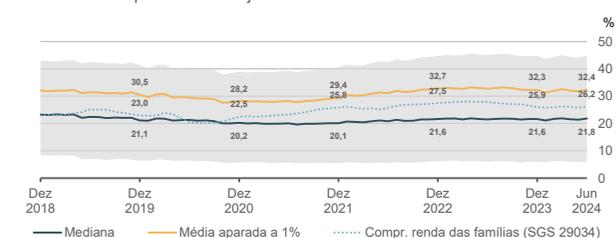


Crédito às pessoas físicas

A despeito de um dinamismo maior que o esperado no mercado de trabalho e na atividade econômica, a capacidade de pagamento das PFs ainda demanda atenção. A distribuição do Comprometimento de Renda Individual (CRI)³⁷ dos tomadores de crédito do SFN, com base em dados de cada indivíduo informados no SCR, apresentou relativa estabilidade no primeiro semestre de 2024 (Gráfico 1.2.2.14), em níveis históricos ainda altos, fato que se observa também entre as mais diversas faixas de renda (Gráfico 1.2.2.15). Isso ocorreu apesar de um contexto econômico favorável, onde se verificou melhoria de renda, de taxa de desocupação e um nível de atividade que surpreendeu positivamente. Com relação ao endividamento das famílias, a distribuição do Endividamento Individual dos tomadores de crédito do SFN se reduziu no primeiro semestre de 2024 (Gráfico 1.2.2.16).³⁸ Prospectivamente, o atual ciclo de aumento da renda bruta das famílias e de recomposições salariais acima da inflação deve trazer impactos positivos sobre a capacidade de pagamento

das PFs nos próximos trimestres, o que inclusive já é percebido pelos agentes econômicos na margem.³⁹

Gráfico 1.2.2.14 – Comprometimento de renda individual^{1,2}
Intervalo interquartil – Com ajuste sazonal



¹⁾ O intervalo interquartil, a mediana e a média aparada a 1% referem-se a dados da distribuição de medidas de comprometimento de renda individual dos tomadores de crédito do SFN. Para esse cálculo, foram excluídos os tomadores de crédito com carteira ativa inferior a R\$200 ou com serviço de dívida somente nas modalidades de cartão de crédito à vista ou parcelado pelo lojista. Para o cálculo do serviço da dívida, não foram consideradas as operações de cartão de crédito à vista ou parcelado pelo lojista.

²⁾ O comprometimento de renda das famílias, presente na Série Temporal 29034 do BC, é uma medida agregada, que compara o serviço da dívida dos tomadores de crédito do SFN com a renda nacional disponível bruta das famílias (RNDDBF) restrita. Para essa medida, o cartão de crédito parcelado pelo lojista é considerado no serviço da dívida.

37 Como exposto no Tema Selecionado 2.2 “Endividamento e comprometimento de renda dos tomadores de crédito” do REF de outubro de 2021, as métricas de comprometimento de renda podem ser calculadas para o conjunto das famílias (de forma agregada) ou individualmente, considerando os dados de cada um dos tomadores de crédito. O cálculo de forma agregada compara o serviço da dívida total com a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias restrita (ver Série Temporal 29034). Em relação à métrica calculada individualmente, ver Conceitos e Metodologias ao final deste Relatório, itens “g”, “h” e “i”. Para maior entendimento da diferença entre as métricas, ver notas 1 e 2 do Gráfico 1.2.2.14.

38 Sobre a metodologia do Endividamento Individual, ver as notas 1 e 2 do Gráfico 1.2.2.16.

39 Ver item 1.3 – Pesquisa de Estabilidade Financeira, onde os agentes de mercado consideram que apesar de ainda elevados, há uma maior percepção de tendência de queda no endividamento das famílias. Do mesmo modo, a Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC) de junho de 2024, para o segmento “PF Consumo”, traz uma percepção de melhora no nível de comprometimento de renda do consumidor.

Gráfico 1.2.2.15 – Comprometimento de renda individual
Média aparada a 1% – Por faixa de renda – Com ajuste sazonal

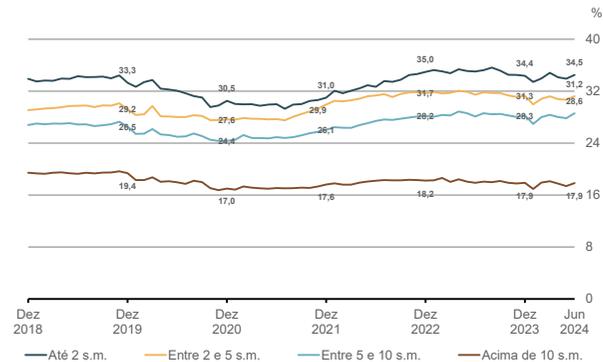
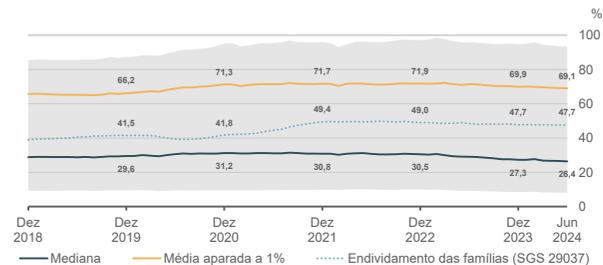


Gráfico 1.2.2.16 – Endividamento individual^{1,2}
Intervalo interquartil – Com ajuste sazonal



¹ O intervalo interquartil, a mediana e a média aparada a 1% referem-se a dados da distribuição de medidas de endividamento individual dos tomadores de crédito do SFN. Para esse cálculo, foram consideradas todas as operações de crédito do tomador, exceto operações rurais e empresariais. O volume dessas operações foi então comparado com a renda anual do tomador.

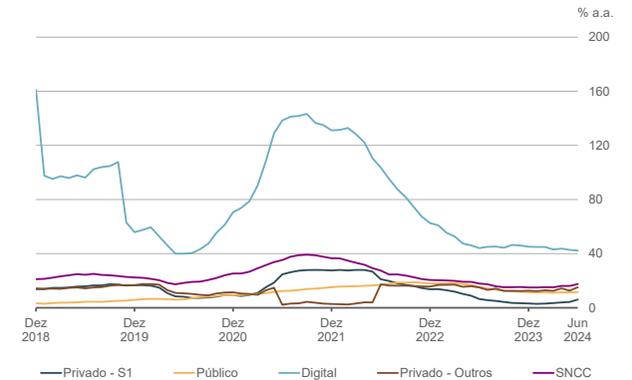
² O endividamento das famílias, presente na série temporal 29037 do BCB, é uma medida agregada, que compara a dívida dos tomadores de crédito do SFN com a renda nacional disponível bruta das famílias (RNDBF) restrita acumulada nos últimos 12 meses.

O crédito bancário às famílias voltou a reacelerar, em linha com a atividade econômica mais dinâmica.

Em termos de segmentos, os bancos digitais reduziram sua taxa de crescimento, mas ainda o fazem em patamar muito superior aos seus pares. Como consequência, esse segmento já representa 18% do crédito às modalidades de maior risco (Gráfico 1.2.2.17).⁴⁰ Dentro desse agrupamento de modalidades, a carteira de crédito não consignado apresentou importante aceleração (Gráfico 1.2.2.18), ao passo que os cartões de crédito tiveram algum arrefecimento na taxa de crescimento, com a permanência de baixas taxas nas faixas de menor renda e aceleração nas demais (Gráfico 1.2.2.19). Por sua vez, entre as modalidades de menor risco, o destaque é para as contratações⁴¹ de financiamento de veículos, as quais continuam a crescer em todas as faixas de renda (Gráfico 1.2.2.20). Outro destaque entre as modalidades de menor risco foi o volume de contratação de financiamento habitacional, sendo que a linha FGTS ainda se manteve bastante dinâmica em termos de contratação, dados os aumentos das faixas de renda elegíveis e do valor máximo dos imóveis financiados do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) ocorridos em 2023 e mantidos no ano atual. No semestre, também foi destaque a

subida nos volumes contratados do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), ainda que prospectivamente seja necessário acompanhar a trajetória das cadernetas de poupança como instrumento de *funding* para a evolução dessa linha⁴² (Gráfico 1.2.2.21).

Gráfico 1.2.2.17 – Carteira ativa – Variação anual
Por segmento



40 Entende-se como modalidades de maior risco a carteira de cartão de crédito, crédito não consignado e de outros créditos. Em junho de 2024, o segmento digital já representa 22%, 19% e 5% dessas modalidades, respectivamente.

41 Entende-se por contratação a operação de crédito informada pela primeira vez no SCR e em que o mês de contratação seja igual à data-base do Documento 3040 do SCR enviado pela entidade supervisionada.

42 Para verificar os movimentos recentes da poupança, ver seção 1.2.1 – Liquidez.

Gráfico 1.2.2.18 – Carteira ativa – Variação anual
Por modalidade

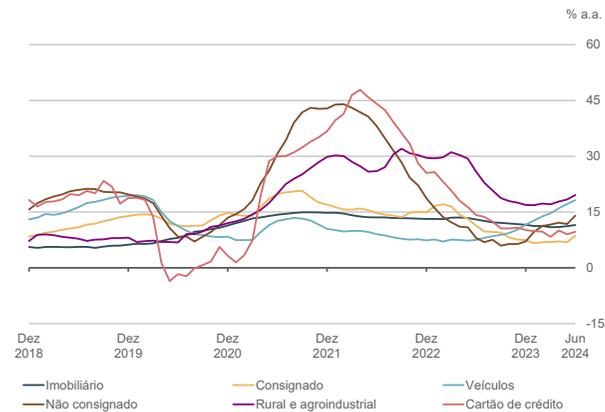


Gráfico 1.2.2.19 – Cartão de crédito – Carteira ativa – Variação anual
Por faixa de renda

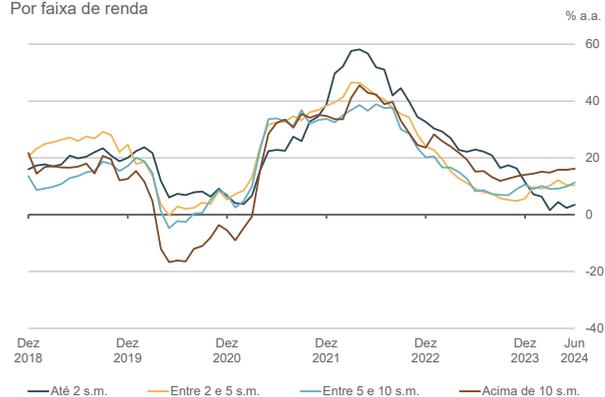


Gráfico 1.2.2.20 – Financiamento de veículos – Valor contratado
Por faixa de renda



Gráfico 1.2.2.21 – Financiamento imobiliário – Valor contratado
Por linha



O apetite a risco das IFs nas contratações de crédito às famílias mostrou-se superior àquele verificado no semestre anterior. Além dos aumentos nas taxas de crescimento, houve alguma piora nos critérios de novas contratações⁴³ (Gráfico 1.2.2.22), de forma mais clara em financiamento de veículos, com um aumento de contratações com *loan-to-value* (LTVs) mais altos e em veículos de maior idade,⁴⁴ embora com *scores* médios ainda melhores em relação ao período pré-pandemia (Gráficos 1.2.2.23 e 1.2.2.24). Com relação à modalidade de cartão de crédito, a queda da taxa de crescimento anual do limite total⁴⁵ para as menores faixas de renda, estabilidade nas taxas para as maiores faixas e níveis atuais inferiores àqueles verificados em 2022 sugerem um maior conservadorismo das IFs nessa modalidade (Gráfico 1.2.2.25).

Contudo, no financiamento habitacional, tanto os LTVs quanto os prazos médios de contratação tiveram aumento no primeiro semestre de 2024, com esse segundo parâmetro atingindo o pico da série histórica (Gráficos 1.2.2.26 e 1.2.2.27, respectivamente). Esses são fatores a serem observados nos próximos

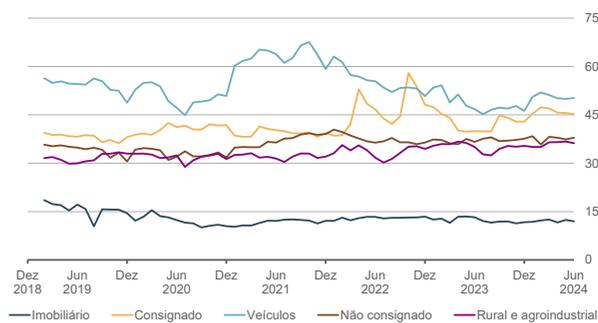
43 No caso das PFs, os modelos de *score* se baseiam em variáveis do tomador e em características específicas das operações.

44 Além disso, percebe-se um aumento na participação de financiamento de motos, apesar de o financiamento de veículos automotores ainda ser predominante: 11% e 84% das contratações em junho de 2024 são para motos e carros, respectivamente.

45 Aqui entendido como a soma dos limites disponível e utilizado na modalidade.

períodos, pois indicam maior apetite a risco na modalidade, que parece estar ocorrendo em outras linhas além daquela com recursos do FGTS.

Gráfico 1.2.2.22 – Score médio de contratação
Por modalidade



Os scores de diferentes modalidades não podem ser diretamente comparados, dado que modelos diferentes foram utilizados para gerá-los; desse modo, a comparação mais adequada do score atual de uma modalidade é com o nível histórico de scores da mesma modalidade.

Gráfico 1.2.2.23 – Financiamento de veículo – Valor contratado
Por faixa de LTV



Gráfico 1.2.2.24 – Financiamento de veículo – Valor contratado
Por idade do veículo



Gráfico 1.2.2.25 – Limite total do cartão de crédito
Mediana – Variação anual – Por faixa de renda

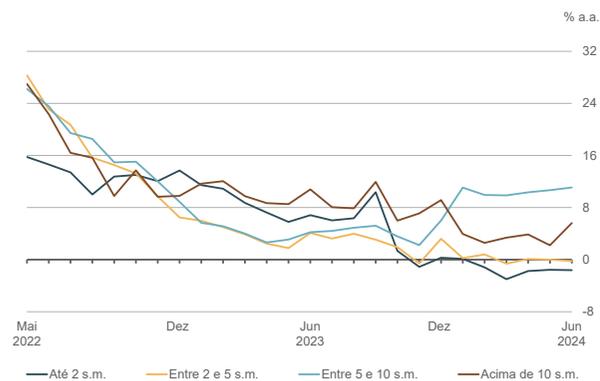


Gráfico 1.2.2.26 – Financiamento imobiliário – LTV médio de contratação
Por linha

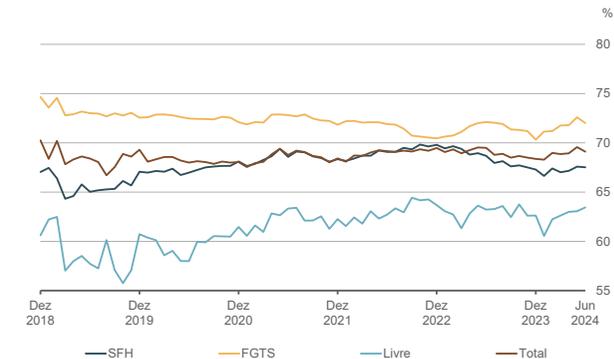


Gráfico 1.2.2.27 – Financiamento imobiliário – Prazo médio de contratação
Por linha



Sumário

Sumário Executivo

I
Capítulo

II
Capítulo

Apêndice

Anexos

Ligeira queda na materialização de risco se dá pelo crescimento da carteira.

O aumento da carteira e a estabilidade dos ativos problemáticos levaram à redução do percentual de AP. Com exceção do crédito rural, as demais modalidades de crédito reduziram ou estabilizaram o percentual de AP (Gráfico 1.2.2.28). Quanto à modalidade cartão de crédito, que havia atingido o pico de AP no primeiro semestre de 2023, a estabilidade verificada no primeiro semestre de 2024 foi influenciada pela menor materialização de riscos entre as faixas de renda mais baixas (Gráfico 1.2.2.29), pelo incremento na taxa de pagamento da fatura nesse estrato da sociedade (Gráfico 1.2.2.30), e por uma continuidade do processo de baixas a prejuízo na modalidade como um todo (Gráfico 1.2.2.31). Com relação aos segmentos bancários, nota-se um incremento relevante na materialização de riscos entre os Digitais, fruto de um maior apetite a risco desses nas modalidades de maior risco, e das instituições cooperativas, nas quais o risco se materializa especialmente no crédito não consignado (Gráfico 1.2.2.32).

Gráfico 1.2.2.28 – Ativos problemáticos
Por modalidade

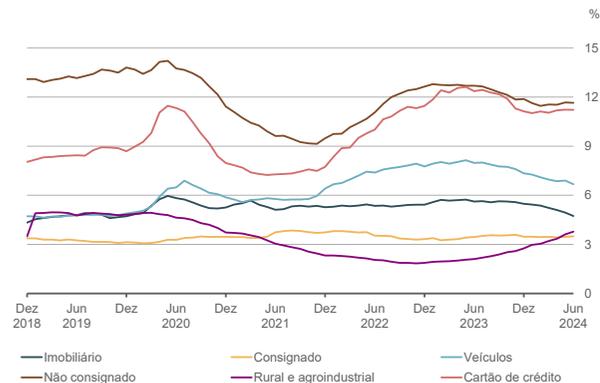


Gráfico 1.2.2.29 – Cartão de crédito – Ativos problemáticos
Por faixa de renda



Gráfico 1.2.2.30 – Cartão de crédito – Percentual médio de pagamento da fatura
Por faixa de renda

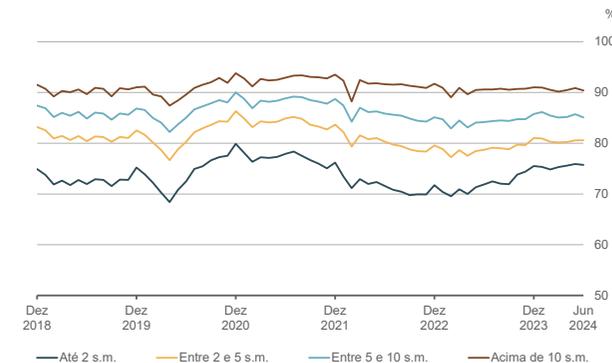


Gráfico 1.2.2.31 – Cartão de crédito – Baixas a prejuízo nos últimos 12 meses
Por faixa de renda

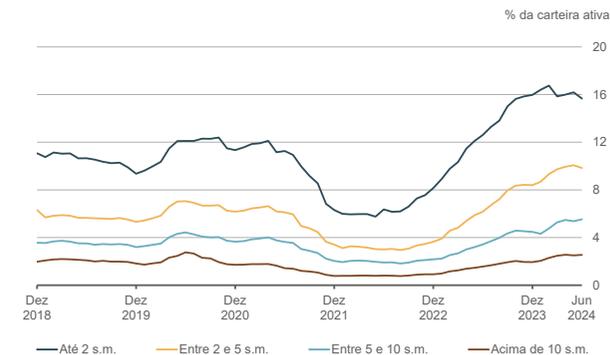
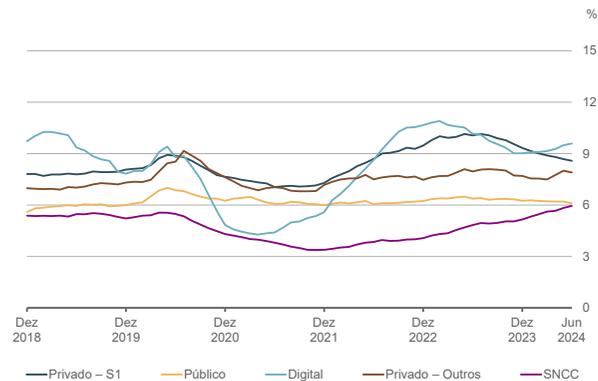


Gráfico 1.2.2.32 – Ativos problemáticos
Por segmento



que podem trazer impactos negativos. Nesse balanço de fatores, de modo geral nota-se estabilidade ou redução das estimativas de probabilidade de *default*⁴⁶ das carteiras de diferentes modalidades (Gráficos 1.2.2.33 e 1.2.2.34). Na ausência de choques macroeconômicos relevantes, deverá haver certa estabilidade no percentual de APs nos meses vindouros.⁴⁷ Outro fator que corrobora esse entendimento é o percentual de pré-ativos problemáticos, o qual mostrou-se relativamente estável ao longo do primeiro semestre de 2024 (Gráfico 1.2.2.35).

Gráfico 1.2.2.33 – Probabilidade de default do estoque
Operações em curso normal – Por modalidade

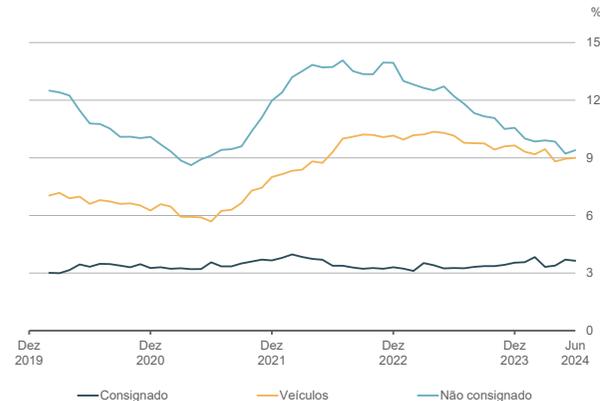


Gráfico 1.2.2.34 – Financiamento imobiliário – Probabilidade de default do estoque
Operações em curso normal – Por linha



Gráfico 1.2.2.35 – Pré-ativos problemáticos



Espera-se estabilidade da materialização de risco nos próximos meses para o crédito às famílias.

Por um lado, a melhora no *mix* de produtos (com leve redução da participação de modalidades mais arriscadas), na economia e no mercado de trabalho são fatores positivos a influenciar a materialização de risco futura; por outro, os níveis ainda elevados de CR e a leve piora nos critérios de contratação são fatores

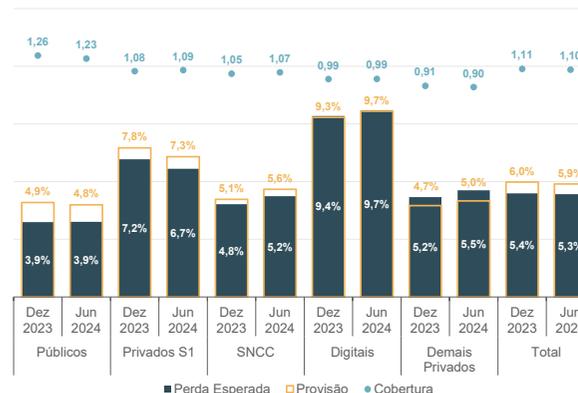
46 Ainda que a métrica de PD seja a mesma entre modalidades diferentes, a comparação mais adequada é entre a PD atual e o nível histórico de PD na mesma modalidade ou, alternativamente, a comparação da PD atual e a razão de APs daquela modalidade.

47 O modelo de probabilidade de *default* aqui utilizado é calculado a partir do desempenho recente de créditos de qualidade comparável àquele em análise. Ou seja, não é um exercício de previsão condicional a qualquer cenário de mudança no ciclo econômico.

Provisões para perdas de crédito

As provisões mantiveram-se superiores às estimativas de perda esperada para a carteira de crédito do SFN. As provisões permaneceram superiores às perdas esperadas⁴⁸ na maioria dos segmentos analisados. No segmento Privados S1, as provisões acompanharam a melhora do risco e a redução das perdas esperadas das carteiras de crédito no primeiro semestre de 2024. Nas entidades dos segmentos SNCC, Digitais e Demais Privados, as perdas esperadas aumentaram em consequência do maior nível de ativos problemáticos nas carteiras, movimento que foi acompanhado pelas provisões. O índice de cobertura de perda esperada por provisão no SFN permaneceu estável em 1,10 em junho de 2024 (Gráfico 1.2.2.36).

Gráfico 1.2.2.36 – Perda Esperada e Cobertura
Por segmento



(Return on Equity – ROE) baixo ou negativo reduziram sua representatividade nos ativos totais do sistema. O resultado de juros⁵⁰ (*Net Interest Income – NII*) de crédito do sistema bancário segue em tendência de crescimento, e as receitas de serviços reaceleraram no segundo trimestre de 2024. O ciclo de materialização de risco perdeu força e reduziu a pressão das despesas com provisões sobre o resultado. Com as despesas administrativas controladas e crescimento do resultado operacional, a eficiência operacional do SFN tem melhorado. A perspectiva para a rentabilidade nos próximos períodos é de continuidade na trajetória de melhora gradual, suportada pelo crescimento das receitas, custo com provisões relativamente estável e controle das despesas operacionais.

1.2.3 Rentabilidade

A rentabilidade do SFN⁴⁹ segue em tendência de melhora gradual. A recuperação da rentabilidade que se iniciou na segunda metade de 2023 continuou ao longo do primeiro semestre de 2024. A maioria dos segmentos do SFN registrou avanço da rentabilidade no primeiro semestre de 2024 e entidades com retorno

A maioria dos segmentos do SFN registrou avanço da rentabilidade no primeiro semestre de 2024. Os segmentos “Digitais” e “S1 Privados” apresentaram os maiores ganhos de rentabilidade (Gráfico 1.2.3.1). A recuperação tem sido expressiva no segmento “Digitais” desde o final de 2022, resultado dos efeitos positivos da alavancagem operacional por meio da rentabilização da base de clientes de algumas

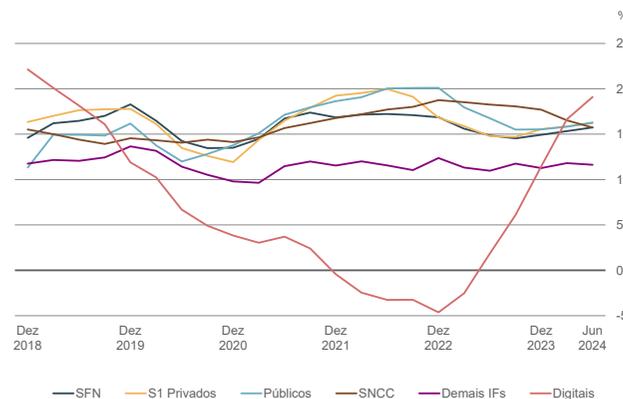
49 As análises desta Seção foram feitas considerando o escopo do SFN, exceto quando indicado o contrário por questões relacionadas à disponibilidade ou qualidade dos dados.

50 O NII refere-se à diferença entre as rendas de juros e as despesas de juros, sem considerar os efeitos das despesas com provisões para perdas com crédito. As rendas de juros estão relacionadas aos ativos geradores de rendas de juros (sobretudo ativos de tesouraria e de crédito) e as despesas de juros estão relacionadas aos passivos geradores de despesas de juros (sobretudo captações).

48 As perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas pelo BC com base em modelos proprietários de PD e LGD.

entidades e da menor pressão das despesas com provisões. A rentabilidade do segmento “S1 Privados” também está em recuperação desde o final de 2022. O segmento foi impactado pelo aumento dos APs em carteiras voltadas à PF e pelo caso “Americanas” no final de 2022. Após revisão do apetite a risco, a rentabilidade do segmento tem melhorado nos períodos mais recentes. O único segmento com recuos consecutivos de rentabilidade desde o final de 2022 é o SNCC, afetado pela elevação da materialização de risco no crédito não consignado.

Gráfico 1.2.3.1 – ROE
Acumulado nos últimos 12 meses



O perfil de distribuição de ROE do sistema bancário melhorou, e entidades com nível de ROE baixo ou negativo reduziram sua representatividade nos ativos totais do sistema. O ROE mediano do sistema bancário aumentou no segundo trimestre de 2024, e houve migração de entidades para faixas de ROE mais altas na comparação com junho do ano anterior (Gráficos 1.2.3.2⁵¹ e 1.2.3.3). Apesar de algumas entidades registrarem ROE negativo, elas representavam menos de 2% dos ativos totais do sistema ao final do primeiro semestre de 2024. Por outro lado, entidades com ROE acima de 10% representavam mais de 75% do total de ativos do sistema bancário ao final do semestre.

Gráfico 1.2.3.2 – Dispersão do ROE – Sistema bancário
Acumulado nos últimos 12 meses

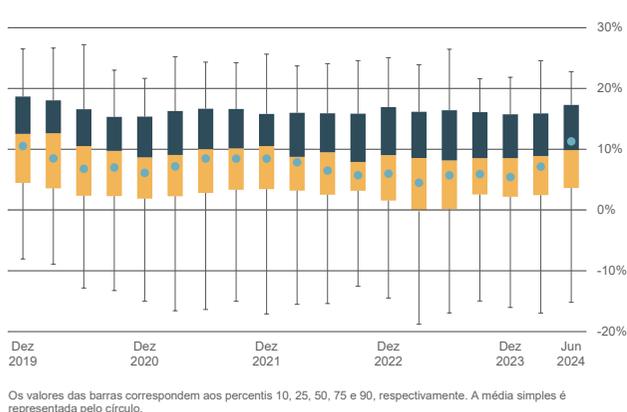
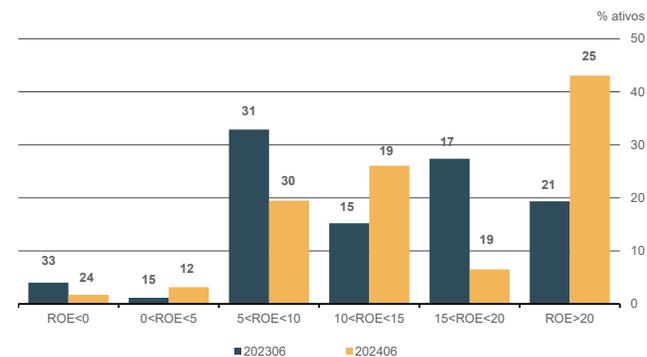


Gráfico 1.2.3.3 – Distribuição de ROE – Sistema bancário
Acumulado nos últimos 12 meses



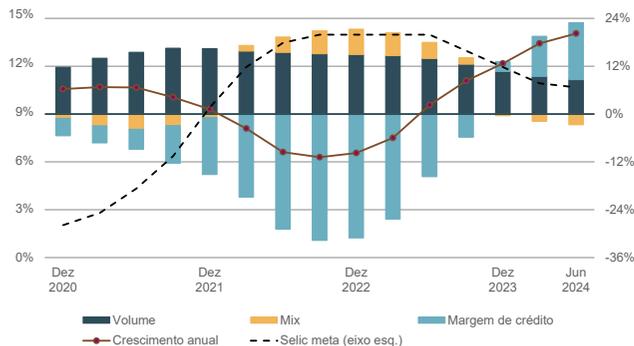
1/ Os valores acima das barras referem-se ao número de IFs no intervalo de ROE correspondente.

O NII de crédito do sistema bancário segue em tendência de crescimento. Desde o segundo semestre de 2022, observa-se uma reaceleração do NII de crédito (Gráfico 1.2.3.4). Isso se deve, em maior medida, à melhora da margem de crédito, que mede a diferença entre o retorno do estoque de crédito e o custo do estoque de captações. A melhora decorreu do giro da carteira de crédito com taxas mais altas e da queda do custo de captação (Gráfico 1.2.3.5). Houve redução gradual da contribuição do crescimento da carteira (volume) para o avanço do NII desde o final

51 A elevação da média do ROE em junho de 2024 deve-se, sobretudo, a uma entidade que vinha reportando prejuízos significativos até fevereiro de 2024, quando foi adquirida por outra entidade e deixou de impactar o ROE médio do sistema desde então.

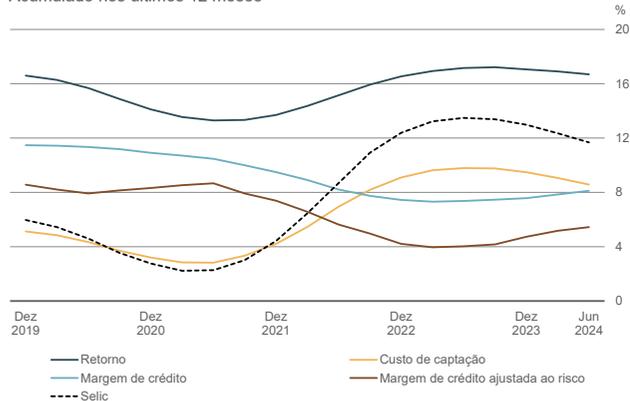
de 2021, resultado da redução do apetite a risco das entidades no período. No entanto, nota-se uma reaceleeração do crédito nos últimos meses que pode mudar essa tendência. Dado o crescimento recente da carteira em produtos de menor risco, o *mix* do portfólio produziu resultados menores no primeiro semestre de 2024. Eventual ciclo de alta da Selic, mesmo que moderado, tende a pressionar o custo de captação e limitar avanços mais expressivos da margem de crédito no curto prazo. A expectativa é de que a tendência de crescimento do NII de crédito continue, sustentada pelo avanço da carteira e pela relativa estabilidade da margem de crédito.

Gráfico 1.2.3.4 – NII de crédito – Sistema bancário
Crescimento anual e decomposição dos fatores
Acumulado nos últimos 12 meses



Fonte: Cosif e SCR – Metodologia própria

Gráfico 1.2.3.5 – Margem de Crédito – Sistema bancário
Componentes
Acumulado nos últimos 12 meses



Fonte: Cosif e SCR – Metodologia própria

O ciclo de materialização de risco perdeu força e reduziu a pressão das despesas com provisões sobre a rentabilidade.⁵² O ciclo de elevação das despesas com provisões do SFN se iniciou em 2021, acompanhando a elevação dos APs. Mais recentemente, a maioria dos segmentos do SFN reduziram o

custo com provisões⁵³ (Gráfico 1.2.3.6). Ao longo do primeiro semestre de 2024, o SNCC apresentou maior elevação do custo com provisões. Esse segmento continua sendo afetado pelo aumento dos APs no crédito não consignado.⁵⁴ A materialização de risco no SFN deve permanecer estável nos próximos períodos, com as despesas com provisões crescendo em linha com a carteira de crédito para a maioria dos segmentos. Conforme estimativas internas, as provisões constituídas são suficientes para suportar as perdas esperadas. Contudo, o eventual aumento do apetite a risco em um ambiente marcado pelo elevado comprometimento de renda das famílias poderá exigir reforço nas provisões à frente. Nesse sentido, é importante que as entidades preservem a qualidade das concessões para evitar comprometimento da rentabilidade adiante.

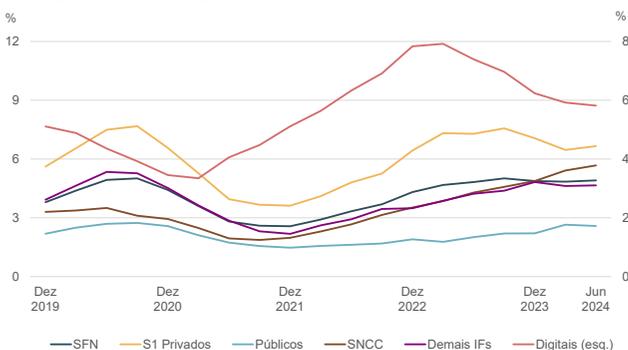
52 Eventuais ajustes no provisionamento decorrentes do novo regime contábil de instrumentos financeiros (Resolução CMN 4.966) deverão ser aplicados prospectivamente a partir da data de entrada em vigor da norma e seus efeitos registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Assim, os efeitos acumulados da transição normativa não afetarão os resultados das entidades. Adicionalmente, não são esperados efeitos relevantes no resultado agregado do SFN decorrentes das mudanças nos critérios de classificação e reconhecimentos contábeis de instrumentos financeiros.

53 O custo com provisões refere-se à razão entre as despesas com provisões e o saldo médio da carteira de crédito.

54 Para mais informações, vide seção 1.2.2. deste Relatório.

Gráfico 1.2.3.6 – Custo com provisões^{1/}

Acumulado nos últimos 12 meses



Fonte: Cosif – Metodologia própria

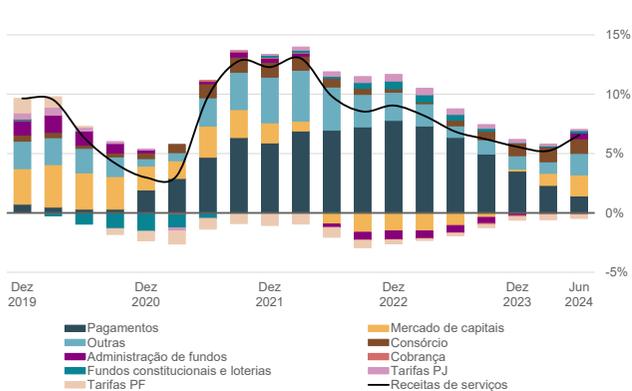
1/ Refere-se à razão entre as despesas com provisões e o saldo médio da carteira de crédito.

As receitas de serviço reaceleraram no segundo trimestre de 2024 após período de acomodação.

Desde o final de 2021, o crescimento das receitas de serviços vinha sendo sustentado principalmente pelas rendas relacionadas a atividades de pagamentos (Gráfico 1.2.3.7). No entanto, a contribuição dessas rendas para o crescimento das receitas totais vem se reduzindo gradualmente. Essa redução está associada ao crescimento de meios de pagamento alternativos como o Pix, acirramento da concorrência e inovação

no SFN. A aceleração recente foi influenciada principalmente pelas rendas relacionadas a atividades de mercado de capitais,⁵⁵ de consórcio e de seguros. Já as receitas com tarifas voltadas para pessoa física vem se reduzindo desde o segundo semestre de 2020, resultado da maior concorrência nessa linha de negócio.

Gráfico 1.2.3.7 – Receitas de serviços – SFN

Crescimento anual e contribuição dos fatores
Acumulado nos últimos 12 meses

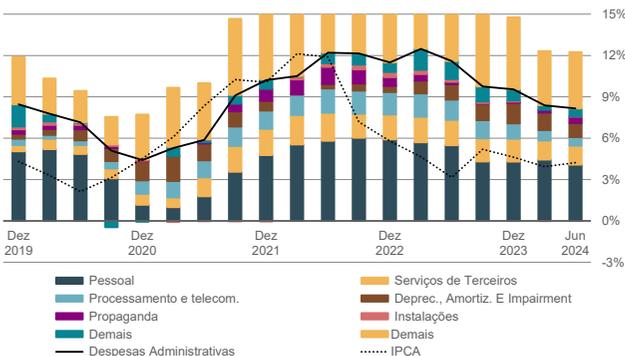
A eficiência operacional⁵⁶ do SFN tem melhorado, com as despesas administrativas controladas e o crescimento do resultado operacional. As despesas administrativas seguem em desaceleração, acompanhando o arrefecimento das pressões inflacionárias sobre os custos operacionais (Gráfico 1.2.3.8). O controle dessas despesas⁵⁷ associado à melhora gradual do resultado operacional refletiu em ganhos de eficiência operacional no SFN nos períodos recentes. Desde o início de 2022, houve ganhos expressivos de eficiência operacional do segmento de entidades “Digitais” (Gráfico 1.2.3.9). Isso reflete os efeitos positivos da alavancagem operacional de entidades desse segmento que vem obtendo êxito na rentabilização de sua base de clientes. A digitalização dos serviços bancários continuará sendo um fator relevante para os avanços da eficiência operacional do SFN. Aliada a esse processo de digitalização em curso, a perspectiva continua sendo de melhora da eficiência operacional no médio prazo, com custos sob controle e avanço gradual das receitas.

55 O crescimento das rendas vinculadas ao mercado de capitais está relacionado, sobretudo, a comissões pela colocação de títulos de dívidas.

56 A eficiência operacional do sistema é medida pelo Índice de Eficiência Operacional (IEO), calculado por meio da divisão das despesas administrativas pelo resultado operacional, desconsiderando-se os efeitos das despesas com provisões.

57 Não houve impacto relevante dos efeitos da variação cambial sobre as despesas de subsidiárias e agências de bancos no exterior no primeiro semestre de 2024.

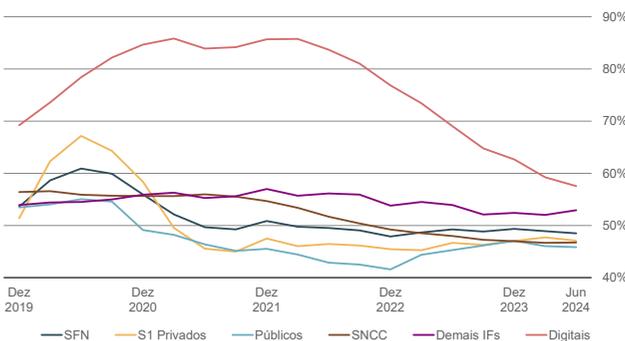
Gráfico 1.2.3.8 – Despesas Administrativas – SFN

Crescimento anual e decomposição dos fatores
Acumulado nos últimos 12 meses

Fonte: Cosif – Metodologia própria

Gráfico 1.2.3.9 – Índice de Eficiência Operacional¹

Acumulado nos últimos 12 meses

Fonte: Cosif – Metodologia própria
1/ Refere-se à razão entre as despesas administrativas e os resultados operacionais.

1.2.4 Solvência

O sistema bancário mantém-se sólido e apto a sustentar o regular funcionamento do sistema de intermediação financeira. Embora tenham apresentado leve retração no semestre, os índices de capitalização agregados permanecem confortavelmente acima dos mínimos regulamentares (Gráficos 1.2.4.1 e 1.2.4.2). A distribuição de frequência do Índice de Adequação do Patrimônio de Referência (IAPR)⁵⁸ mostra que cerca de metade das instituições possuem mais do que o dobro do capital requerido e que a representatividade em termos de ativos das instituições com Patrimônio de Referência (PR) insuficiente para atender aos requisitos prudenciais⁵⁹ é inferior a 1% (Gráfico 1.2.4.3). Solvência não representa risco à estabilidade financeira.

58 O IAPR consiste no quociente entre o PR e o PR total requerido, incluindo o Adicional de Capital Principal e o Pilar 2 de Basileia. O índice permite a análise conjunta de entidades com diferentes requerimentos mínimos de PR. Para uma descrição detalhada dos requerimentos de capital aplicáveis às diversas entidades do sistema, ver os itens 2 a 6 do título Conceitos e Metodologias no Apêndice deste Relatório.

59 Se incluirmos os requerimentos aplicáveis aos demais níveis de capital (Capital Principal e Capital de Nível I), a necessidade de capital de 54 instituições que detém 1,0% dos ativos do sistema totaliza R\$3,6 bilhões, correspondente a 0,24% do PR consolidado.

Gráfico 1.2.4.1 – Evolução dos índices de capitalização

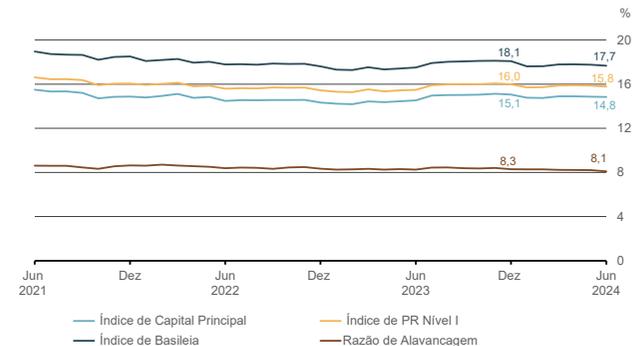
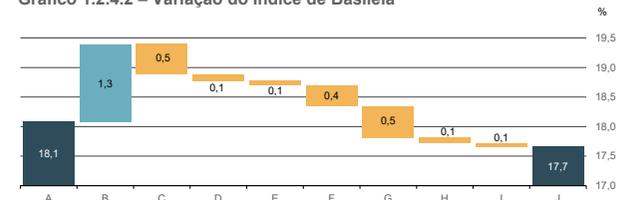


Gráfico 1.2.4.2 – Variação do Índice de Basileia



A = Índice de Basileia – Dez 2023
B = Lucro líquido do semestre
C = Capital social, reservas e lucros
D = Ajustes prudenciais
E = Capital – Outros

F = RWA – Operações de crédito
G = RWA de crédito – Outros
H = RWA operacional
I = RWA – Outros
J = Índice de Basileia – Jun 2024

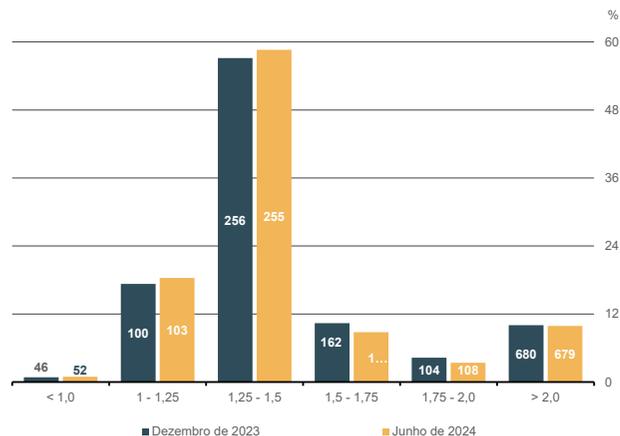
Sumário

Sumário
ExecutivoI
CapítuloII
Capítulo

Apêndice

Anexos

Gráfico 1.2.4.3 – Índice de adequação do PR
Distribuição de frequência ponderada por ativos^{1/}



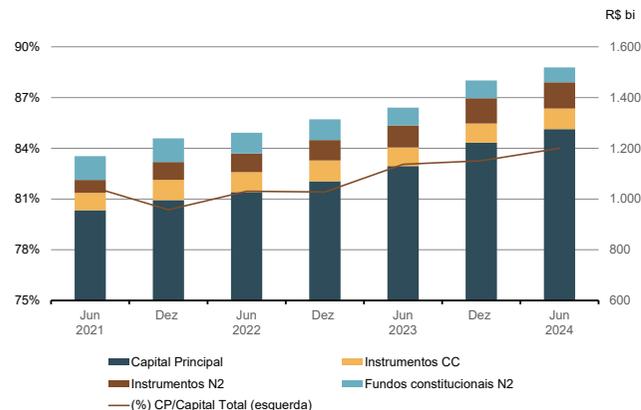
1/ Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com o indicador pertencente àquele intervalo.

O sistema manteve a tendência de expansão e melhoria da qualidade do capital regulamentar mediante retenção de lucros. O lucro retido superou com folga os ajustes negativos referentes a ativos intangíveis e à carteira de títulos disponíveis para a venda. O Capital de Nível II diminuiu em função do menor reconhecimento dos recursos oriundos de fundos constitucionais nos bancos públicos.⁶⁰ O Capital Complementar apresentou crescimento modesto, explicado por novas emissões e valorização

60 Conforme cronograma do art. 31 da Resolução 4.955 de 2021.

de instrumentos emitidos em moeda estrangeira. Assim, as variações resultaram em aumento da participação do Capital Principal no PR (Gráfico 1.2.4.4), mantendo a tendência de semestres anteriores.

Gráfico 1.2.4.4 – Estrutura do capital



O sistema é capaz de absorver os efeitos dos recentes aprimoramentos na regulação prudencial nos próximos anos. O arcabouço prudencial para conglomerados liderados por instituições de pagamento (IPs)⁶¹ terá sua implementação concluída em 2025, o que acarretará maior exigência de capital e aumento de ajustes prudenciais. Os novos procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco relativa ao capital requerido para o risco operacional⁶² (RWA_{OPAD}) deverão aumentar significativamente seu valor entre 2025 e 2028. As metodologias para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estabelecidas pela Resolução 4.966 de 2021 deverão reduzir o capital regulamentar do sistema. A Lei 14.467 de 2022, que aproximou as regras de dedutibilidade fiscal aos critérios de provisionamento contábil, pode vir a gerar incrementos temporários de ativos fiscais diferidos de prejuízo fiscal durante o seu regime de transição que são em grande parte deduzidos do capital.⁶³ Os índices de

61 As Resoluções BCB 198, 199, 200 e 201, de 11 de março de 2022, preveem regras de transição que facilitam o cumprimento dos requerimentos mínimos de capital de conglomerados liderados por IPs no período entre julho de 2023 e dezembro de 2024.

62 A Resolução BCB 356, de 30 de novembro de 2023, substituiu as três metodologias de cálculo da RWA_{OPAD} previstas na Circular 3.640, de 4 de março de 2013, por um modelo padronizado único, com vistas a aumentar a robustez, a sensibilidade ao risco e a comparabilidade do requerimento de capital para o risco operacional, em consonância com as recomendações do BCBS. A implantação se dará de forma faseada entre 2025 e 2028 para reduzir o impacto da diferença a maior entre o valor apurado segundo a nova metodologia e o apurado em dezembro de 2024.

63 O impacto potencial das disposições da Lei 14.467 no capital das entidades foi atenuado pela Medida Provisória 1.261, de 2 de outubro de 2024, que, além de adiar a dedução das perdas relativas a 2024, contabilizadas em 1º de janeiro de 2025 na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL de abril de 2025 para janeiro de 2026, prolongou o prazo para essa dedução.

capitalização em nível agregado são plenamente suficientes para suportar o impacto da aplicação desses dispositivos, o qual pode ser mitigado por uma série de medidas por parte das instituições, tais como aportes de capital, maior retenção de lucros e redução de exposições.

O sistema dispõe de margem de capital suficiente para continuar expandindo a oferta de crédito, não obstante a perspectiva de sua redução pelas alterações regulatórias. Os ativos ponderados pelo risco (*Risk-Weighted Assets – RWA*) expandiram-se percentualmente mais que o capital em função do crescimento das exposições no semestre, sobretudo em operações de crédito (Tabela 1.2.4.1). Contudo, o sistema possui margem de capital⁶⁴ de R\$486 bilhões, equivalente a 32% de seu PR agregado. O capital excedente é capaz de proporcionar expansão significativa de ativos sem a necessidade de aportes de capital, mesmo diante da implementação das alterações regulatórias mencionadas.

Tabela 1.2.4.1 – Composição do RWA

R\$ bilhões	Sistema			Var. (%)	
	dez/23	jun/24	Var. (%)	Públicos	Privados
RWA Total	8.117	8.600	6,0%	6,3%	5,8%
RWA de Crédito	6.753 83,2%	7.165 83,3%	6,1%	5,5%	6,4%
Operações de Crédito	3.409	3.573	4,8%	2,9%	6,3%
Arrendamento mercantil	24	26	7,2%	1,2%	7,3%
Aplicações interfinanceiras	214	215	0,5%	19,4%	-3,7%
Títulos e valores mobiliários	567	625	10,2%	-0,2%	14,1%
Derivativos	145	180	23,6%	212,0%	16,0%
Permanente	392	466	18,6%	19,4%	18,2%
Compromissos de crédito não canceláveis	166	152	-8,7%	6,4%	-12,2%
Garantias prestadas	385	406	5,5%	4,4%	5,8%
Crédito tributário	408	435	6,5%	7,0%	6,2%
Outros	987	1.023	3,7%	8,7%	1,9%
RWA de Mercado	436 5,4%	458 5,3%	5,0%	40,0%	-0,4%
RWA Operacional	866 10,7%	910 10,6%	5,1%	5,5%	4,8%
RWA Serviços de Pagamento	63 0,8%	68 0,8%	8,7%	-	6,5%

64 A margem de capital de cada instituição corresponde à menor margem em todos os requerimentos prudenciais.

1.2.5 Testes de estresse

Teste de estresse macroeconômico

Os resultados dos testes de estresse⁶⁵ indicam que o sistema bancário possui adequado nível de capitalização e resiliência em todos os cenários simulados, embora alguns bancos terminem o exercício com capital abaixo do mínimo regulamentar. Dada a posição de capital sólida no início do exercício, os desenquadramentos⁶⁶ não são em montante relevante nos cenários macroeconômicos adversos. Os resultados das análises de sensibilidade também indicam boa resistência aos fatores de risco, simulados isoladamente. O teste de estresse de liquidez indica quantidade confortável de ativos líquidos em caso de saídas de caixa em condições adversas ou choque nos parâmetros de mercado no curto prazo.

Alterações normativas⁶⁷ previstas para os próximos anos têm efeitos perceptíveis nos níveis de capitalização, porém não afetam sobremaneira a resiliência do sistema bancário. A simulação dos efeitos das alterações normativas em conjunto com os cenários de estresse macroeconômico resultou em aumentos de necessidade de capital e de instituições restritas ou desenquadradas. Entretanto, os índices de capitalização do sistema se mantêm acima do valor observado em junho de 2024 ao final do período de análise (a partir de setembro de 2026), o que atesta a resiliência e a capacidade de capitalização do sistema.

65 Ver *Anexos – Conceitos e Metodologias* para detalhes sobre a metodologia e o escopo do teste macroeconômico, das análises de sensibilidade, da simulação de contágio direto interfinanceiro e do teste de estresse de liquidez.

66 Uma instituição é considerada desenquadrada se não atender a pelo menos um dos três índices de exigência de capital: IB, Índice de Capital de Nível I (IPR1) e Índice de Capital Principal (ICP).

67 As medidas previstas que alteram o marco legal ou regulatório são: Lei 14.467 de 2022, que aproxima as regras de dedutibilidade fiscal aos critérios de provisionamento contábil; novas metodologias para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estabelecidas pela Resolução 4.966 de 2021; e novos procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco relativa ao capital requerido para o risco operacional (RWA_{OPAD}).



Sumário



Sumário Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

Boxe – Descrição dos cenários utilizados no teste de estresse macroeconômico⁶⁸

Os cenários utilizados no teste de estresse macroeconômico, denominados Estresse 1 e Estresse 2, são descritos a seguir (Gráficos 1.2.5.1 a 1.2.5.5).

O cenário Estresse 1 supõe uma queda significativa na demanda doméstica, em conjunto com uma forte queda na economia mundial a partir do quarto trimestre de 2024. A magnitude da queda na atividade econômica externa assemelha-se à observada durante a pandemia da covid-19, acompanhada de fortalecimento do dólar e queda nos preços de commodities. Na economia doméstica, o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo apresentariam queda significativa e o retorno ocorreria de forma lenta, com o nível do PIB retornando ao patamar de meados de 2024 apenas no final de 2026. A redução na atividade econômica geraria um aumento significativo na taxa de desemprego. O aumento da ociosidade na economia levaria a uma redução na inflação, apesar da depreciação cambial. Em consonância com uma Regra de Taylor, buscando a convergência da inflação para a meta, a queda da inflação levaria o BC a reduzir a taxa

Selic. Portanto, o cenário é caracterizado por queda na atividade econômica, na inflação e na taxa de juros.

O cenário Estresse 2 é caracterizado por significativo aumento da incerteza na economia a partir do quarto trimestre de 2024, associado a uma situação de expectativa de deterioração fiscal e monetária, que levaria a aumento dos prêmios de risco, depreciação cambial acentuada, elevação da taxa de juro neutra da economia e contração da atividade econômica. Para construir esse cenário de crise de confiança, utilizou-se como referência episódio passado de deterioração fiscal e incerteza econômica verificado entre meados de 2014 e início de 2016. Apesar da queda do PIB doméstico e do aumento da taxa de desemprego, o efeito inflacionário da depreciação cambial prevaleceria. A taxa de câmbio atingiria o máximo no primeiro trimestre de 2025, passando a apreciar dali em diante, influenciada pelo aumento do diferencial de juros com a economia internacional. Em consonância com uma Regra de Taylor, buscando a convergência da inflação para a meta, o significativo

aumento da inflação levaria o BC a aumentar a taxa Selic. A recuperação da atividade ocorre de forma mais lenta do que no cenário Estresse 1. Portanto, esse cenário é caracterizado por queda na atividade econômica e aumento na inflação e na taxa de juros.

⁶⁸ Em ambos os casos, o movimento descrito da Selic tem apenas o propósito de garantir consistência macroeconômica ao cenário, não representando nenhum compromisso ou indicação de comportamento caso algum desses cenários de estresse se concretize.

Gráfico 1.2.5.1 – Inflação



Gráfico 1.2.5.2 – Câmbio

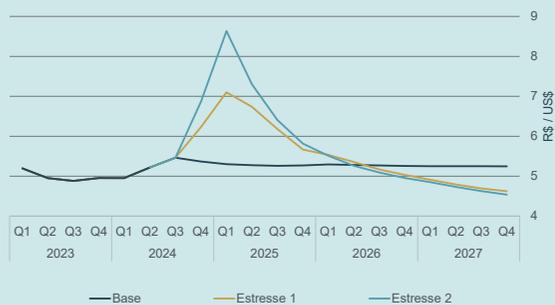


Gráfico 1.2.5.3 – Variação do PIB



Gráfico 1.2.5.4 – Desemprego

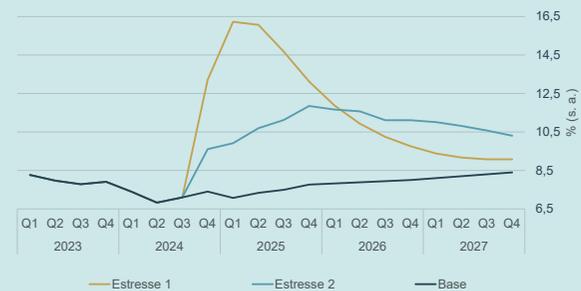
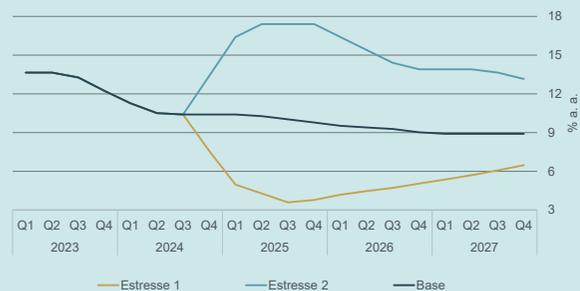


Gráfico 1.2.5.5 – Selic



Sumário

Sumário Executivo

I
Capítulo

II
Capítulo

Apêndice

Anexos

Teste de estresse de solvência

A necessidade estimada de capitalização do sistema⁶⁹ é baixa em ambos os cenários simulados, atestando a adequada capacidade do sistema para absorção de perdas. Instituições que juntas representam 70,7% do ativo total do sistema continuariam apresentando índices de capitalização acima do mínimo regulamentar de 10,5%, no cenário Estresse 2 (Gráfico 1.2.5.7).

A maior parte da necessidade de capital se dá em função dos efeitos das alterações normativas. A maior necessidade seria de 5,3% do PR atual do sistema no 12º trimestre da simulação no cenário Estresse 2 (Gráfico 1.2.5.6); na ausência dos efeitos de alterações normativas, a maior necessidade seria de 1,9% do PR atual. Esse percentual é superior ao obtido no REF anterior, que foi de 0,9% (sem efeitos de alterações normativas), também no último trimestre da simulação. Já no cenário Estresse 1 a necessidade atinge 2,2% do PR ao final da simulação (dos quais 1,2% relacionadas apenas ao estresse macroeconômico), contra 0,5% no exercício anterior.

69 O conceito de necessidade de capital engloba valores para evitar tanto desenquadramentos quanto limitações de distribuição de lucros impostas pela Resolução 4.958 de 2021. Em particular, IFs consideradas sistemicamente importantes estão sujeitas ao Adicional de Capital Principal Sistêmico (ACP_{Sistêmico}).

Gráfico 1.2.5.6 – Necessidade de capital (% PR)

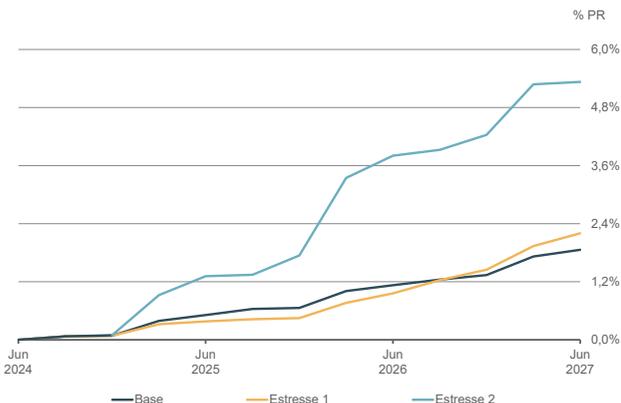
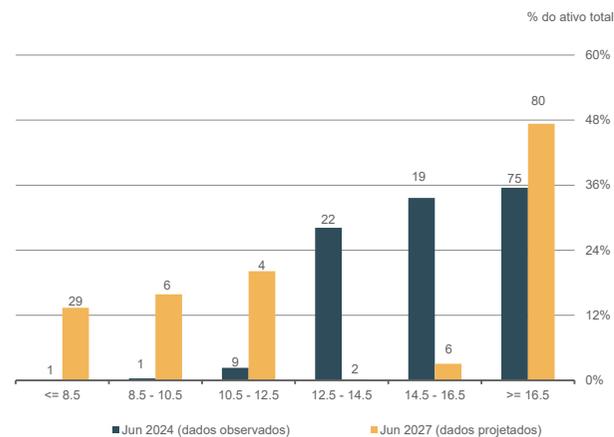


Gráfico 1.2.5.7 – Distribuição dos ativos por faixa de IBs
Cenário de estresse 2^{1/}



1/ Os valores acima das barras referem-se ao número de IFs em cada intervalo.

Análise de sensibilidade

O sistema apresenta baixa sensibilidade a choques na taxa de câmbio. O desenquadramento, para uma taxa de câmbio equivalente a 200% das taxas observadas em junho de 2024, ocorre para instituições que representam 0,005% do PR do sistema. A baixa exposição líquida inibe maiores efeitos adversos de flutuações drásticas na taxa de câmbio.

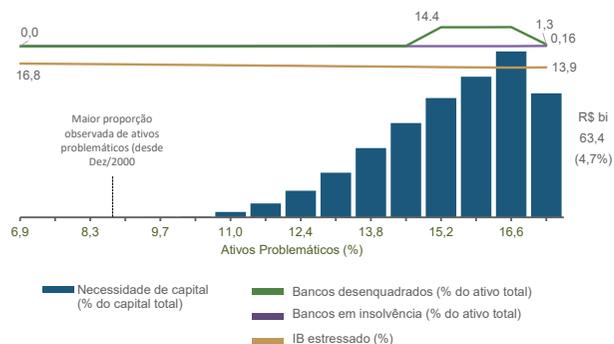
Somente um choque positivo muito elevado na taxa de juros poderia gerar alguma necessidade de capital. Para um choque equivalente à maior variação observada⁷⁰ nos últimos 25 anos, a necessidade de capital seria de 3,8% do PR, sendo que os bancos afetados representam 2,0% dos ativos do sistema. Políticas de *hedge* que visam reduzir a exposição a ativos na carteira de negociação com preços sensíveis a taxas reduzem a sensibilidade a choques nas taxas de juros.

Choques incrementais no risco de crédito indicam que haveria baixa necessidade de capital se os ativos problemáticos atingissem a maior marca histórica. A necessidade de capital ao nível máximo

70 Num período de 21 dias, para a taxa de seis meses, desde 1999 a maior variação foi de aproximadamente 83,5%.

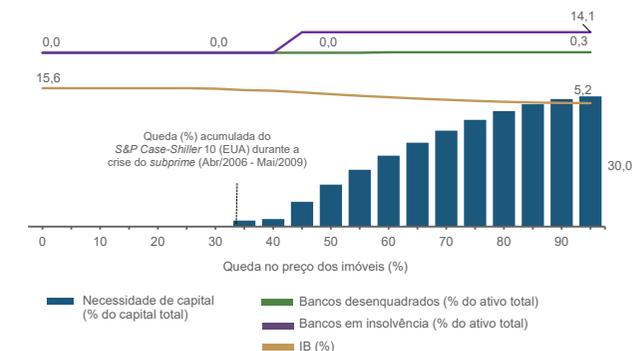
histórico de 8,6% de AP, observado em maio de 2017,⁷¹ seria equivalente a 0,007% do PR do sistema (Gráfico 1.2.5.8). Em uma situação extrema, caso a proporção de APs atingisse 17,3% da carteira de crédito, haveria necessidade de capital equivalente a 4,7% do PR do sistema. As instituições com necessidade de aporte representariam 1,3% dos ativos do sistema.

Gráfico 1.2.5.8 – Análise de sensibilidade
Risco de crédito



A simulação de reduções sequenciais nos preços de imóveis residenciais demonstra possibilidade muito baixa de desenquadramentos. Somente haveria necessidade de capital em caso de quedas nominais superiores a 35% em relação à média do Índice de Valor de Garantias Reais (IVG-R) em 36 meses. Esse percentual é superior ao da queda acumulada do S&P Case-Shiller durante a crise do *subprime* americano de aproximadamente 33%. Somente no caso de uma redução de 45% ou mais nos preços nominais haveria situação de insolvência, caracterizada por capital principal negativo. Em junho de 2024, o estoque da carteira de crédito imobiliário residencial apresentava LTV médio de 55,9%, considerando a atualização do valor das garantias pelo IVG-R⁷² e do saldo devedor por juros, correção monetária e amortizações. Critérios de concessão com LTVs moderados e a participação limitada do financiamento imobiliário na carteira de crédito na maioria das instituições contribuem para a capacidade de o sistema absorver choques de preços em cenários extremos (Gráfico 1.2.5.9).

Gráfico 1.2.5.9 – Análise de sensibilidade
Risco de crédito imobiliário residencial



Testes de estresse realizados pelas IFs

Os resultados dos testes de estresse demandados pela supervisão reforçam a avaliação da adequação do capital das principais instituições do sistema financeiro. Não houve desenquadramentos nos cenários definidos pelo BC (Gráfico 1.2.5.10), o que reforça a percepção da resiliência das instituições participantes do teste a choques macroeconômicos adversos. No teste de estresse *bottom-up* – Tebu,⁷³ os

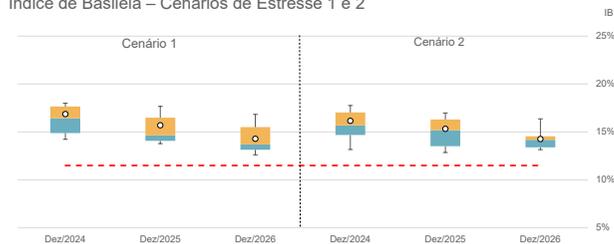
71 Anteriormente a janeiro de 2012, para efeito comparativo, considera-se a proporção da carteira E-H em relação ao total da carteira de crédito.

72 O IVG-R é calculado e divulgado pelo BC, tendo por base os valores de garantias de imóveis em financiamentos habitacionais.

73 O BC pode determinar a realização de testes de estresse com base em cenários por ele fornecidos (Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017). Portanto, anualmente o BC define os cenários macroeconômicos estressados e demanda que as IFs dos segmentos S1 e S2 avaliem a sua resiliência com base nesses cenários.

bancos utilizam os seus modelos próprios de projeções, diferentemente do teste de estresse macroeconômico *top-down*, em que as projeções são realizadas pelo BC utilizando dados e modelos desenvolvidos internamente. A data-base do exercício atual é dezembro de 2023, e os cenários foram os divulgados no REF de abril de 2024.

Gráfico 1.2.5.10 – Teste de estresse *bottom-up*⁷¹
Índice de Basileia – Cenários de Estresse 1 e 2



⁷¹ Os valores nas barras referem-se aos percentis 10%, 25%, 50%, 75% e 90%. A média está representada pelos círculos. A linha vermelha tracejada representa o limite de IB, considerando o ACP_{Basileia}.

Simulação de contágio direto interfinanceiro

A simulação de contágio⁷⁴ sugere baixa necessidade de recursos para recapitalizar o sistema devido ao contágio causado pela saída de cada uma das IFs individualmente. O impacto da quebra

de uma instituição é transmitido a outras IFs por meio de exposições diretas, tais como empréstimos e depósitos interfinanceiros. No pior caso simulado, a necessidade de capital decorrente do contágio ficaria abaixo de 1% do PR do sistema. Esse baixo impacto é explicado pelo bom nível de capitalização do sistema e pela existência de limites de exposição por cliente, o que restringe as exposições entre instituições. Ademais, algumas operações interfinanceiras relevantes possuem garantia como as operações comprometidas lastreadas em TPFs, reduzindo a possibilidade de contágio.

Testes de estresse de liquidez

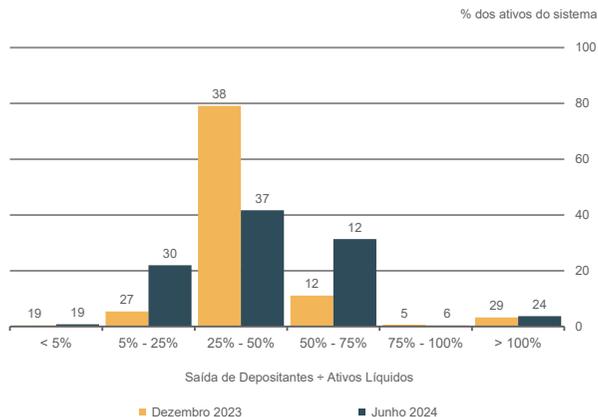
O sistema mantém ativos líquidos suficientes para absorver potenciais perdas em cenários estressados e cumprir a regulamentação vigente. O teste de estresse de liquidez demonstra que o sistema está resiliente para manutenção da estabilidade financeira e o regular funcionamento do sistema de intermediação. A ampla maioria das IFs, inclusive as de maior porte, apresentam um colchão de liquidez adequado para suportar a saída de depositantes e potenciais perdas de mercado em cenários adversos.

Teste de estresse de saída de depositantes indica resiliência do sistema para suportar perdas de captações extremas. O cenário de saída de depositantes para o horizonte de trinta dias aplica percentuais de saídas de depósitos (*run-offs*) padronizados para as captações, considerando a natureza do cliente e a modalidade de captação. Adicionalmente, utiliza metodologia que captura o efeito da volatilidade dos depósitos para estimar saídas adicionais, considerando um *holding-period* de 21 dias.⁷⁵ Além disso, considera o resgate total dos recursos a vencer nos próximos trinta dias e a retirada da parcela que pode ser sacada das maiores contrapartes, capturando o risco de concentração. O resultado da simulação indica que apenas um conjunto de instituições representando 3,7% dos ativos do sistema possui comprometimento dos ativos líquidos superior a 100% (Gráfico 1.2.5.11).

⁷⁴ Ver *Anexos – Conceitos e Metodologias* para detalhes sobre a metodologia de simulação de contágio direto interfinanceiro.

⁷⁵ O teste de estresse da saída de depositantes agrega um subconjunto de componentes da metodologia do IL associados à fuga de depósitos: perfil de depósitos, resgate antecipado, Captações Intermediadas (CIs) a vencer e CIs com resgate antecipado. *Vide* anexo *Conceitos e Metodologias* (componente Fluxo estressado do Índice de Liquidez).

Gráfico 1.2.5.11 – Distribuição de frequência para a saída de depositantes sobre os ativos líquidos^{1/}

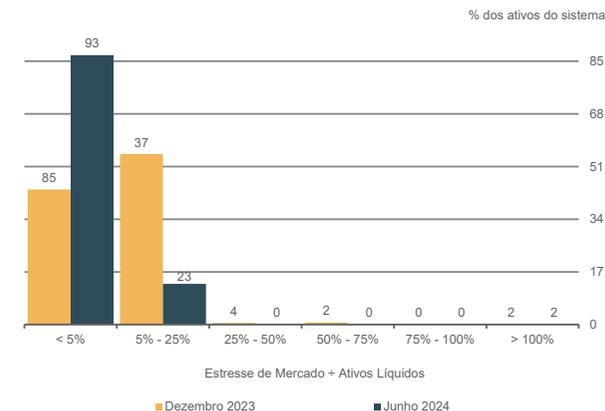


1/ Os valores sobre as barras referem-se ao número de instituições financeiras com a estimativa de saída antecipada de depositantes nos próximos 30 dias em relação aos ativos líquidos pertencente ao intervalo correspondente.

O resultado dos choques nos parâmetros de mercado demonstra que as instituições bancárias continuaram resilientes para suportar, no curto prazo, eventuais saídas de caixa para honrar chamadas de margens e garantias, além de potenciais desvalorizações nos ativos líquidos.⁷⁶

A maior aversão a risco, com redução média das exposições em moedas, combinada com uma menor volatilidade nos cenários de estresse e manutenção da liquidez, contribuíram para uma redução da relação estresse de mercado sobre os ativos líquidos das instituições em comparação a dezembro de 2023 (Gráfico 1.2.5.12). Nessas simulações, estima-se o valor necessário para cobrir perdas decorrentes das oscilações dos preços de mercado nas posições de ativos líquidos, derivativos e outros instrumentos financeiros.⁷⁷ Os ativos líquidos, por sua vez, são marcados a mercado independentemente de sua classificação contábil, eliminando potenciais problemas decorrentes da reavaliação de títulos classificados como Mantidos até o Vencimento e contabilizados pelo valor da curva de aquisição.

Gráfico 1.2.5.12 – Distribuição de frequência para o estresse de mercado sobre os ativos líquidos^{1/}



1/ Os valores sobre as barras referem-se ao número de instituições financeiras com a estimativa de potenciais perdas de mercado, em cenários de estresse, em relação aos ativos líquidos pertencente ao intervalo correspondente.

O impacto do eventual suporte de liquidez a fundos de investimento⁷⁸ geridos pelas gestoras ligadas a integrantes do sistema bancário não representa ponto de atenção relevante. O risco de *step-in* é a razão entre o valor do potencial suporte de liquidez

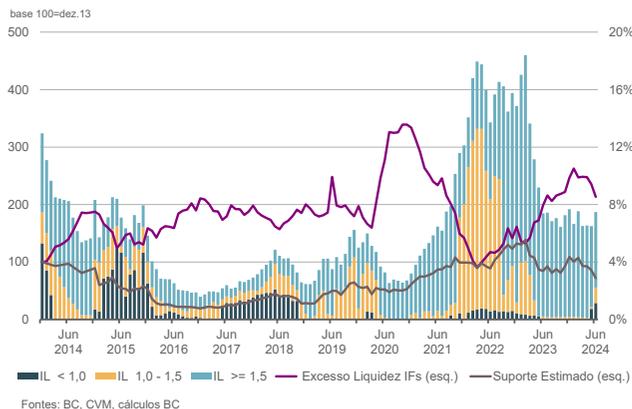
76 Essa simulação é baseada em projeções de diferentes cenários para curva de juros, câmbio, cupons de moeda e índices de preço de inflação. Os testes de estresse consideram o pior cenário de alta/baixa para os diferentes fatores de risco de mercado, de forma independente, para cada instituição; ou seja, poderemos ter dois cenários independentes, sendo um cenário de alta para determinado fator de risco para a instituição A e de baixa para o mesmo fator de risco para uma instituição B.

77 As perdas/saídas de recursos compreendem: (i) chamadas adicionais de margem de garantias depositadas em câmaras; (ii) desembolsos em posições de mercados derivativos; (iii) perda de valor de ativos líquidos: livres, dados em operações compromissadas vincendas – posição financiada – e/ou vinculados como margem de garantia em câmaras e no BC.

78 O conceito e a metodologia de avaliação de potencial suporte financeiro a fundos de investimentos foram abordados na [edição de outubro de 2017 do REF](#). O escopo de cálculo são Fundos de Investimento Financeiros (FIFs) abertos, não exclusivos, que não integrem as demonstrações contábeis de conglomerados prudenciais financeiros e tenham prazo de resgate de até trinta dias.

a fundos geridos por gestoras vinculadas a entidades do sistema bancário, avaliado em um cenário de fortes resgates nos fundos de investimento, e o excesso de liquidez das IFs gestoras de fundos, estimado a partir dos testes de estresse de liquidez executados pelo BC. O indicador vem permanecendo relativamente estável ao longo dos últimos doze meses, representando 8% do excesso de liquidez das IFs gestoras de fundos. No último semestre, houve redução do excesso de liquidez das IFs gestoras assim como do valor do eventual suporte de liquidez aos fundos, contribuindo para a estabilidade do indicador (Gráfico 1.2.5.13).

Gráfico 1.2.5.13 – Risco de *step-in* em fundos de investimento
Suporte potencial como proporção do excesso de liquidez das IFs gestoras de fundos, segregado por faixa de IL



1.3 Pesquisa de Estabilidade Financeira⁷⁹

Em relação à pesquisa realizada em fevereiro, os riscos fiscais passaram a ser os mais relevantes, os riscos oriundos do cenário internacional perderam força, e os riscos de inadimplência e atividade mantiveram sua tendência de queda.

Considerando o risco mais importante apontado por cada IF, os riscos fiscais passaram a figurar como os mais citados na última pesquisa, conduzida em agosto de 2024, refletindo a piora na percepção dos agentes sobre esse tema. Os riscos de inadimplência e atividade caíram nas pesquisas de maio e agosto, em consonância com o desempenho econômico recente. Os riscos internacionais, apesar da perda de força, continuam relevantes, com destaque aos riscos associados à política monetária e às eleições presidenciais nos Estados Unidos e aos riscos geopolíticos (Tabela 1.3.1). Nas duas últimas pesquisas, a

maioria dos respondentes esperava e sugeria que o valor do ACCP_{Brasil} fosse mantido em 0%.

Riscos à estabilidade financeira⁸⁰

Riscos fiscais cresceram, passando a figurar como os mais citados, refletindo crescimento de preocupações com a trajetória da dívida pública e com os impactos da política fiscal nos preços de ativos e na política monetária. Muitos respondentes ressaltaram o risco de deterioração das contas públicas, que impactaria a curva de juros e a taxa de câmbio, e poderia afetar a condução da política monetária. Nesse cenário, a elevação dos custos de captação e o aumento do risco de mercado afetariam negativamente o balanço das instituições financeiras.

Riscos do cenário internacional caíram, mas persistem preocupações com riscos geopolíticos, política monetária e eleições norte-americanas. As IFs avaliam que as crescentes tensões geopolíticas no Oriente Médio podem causar elevação do preço

⁷⁹ O BC realiza pesquisa trimestral para identificar e acompanhar riscos à estabilidade financeira de acordo com a percepção das entidades participantes do SFN. Destaca-se que o BC passou a publicar, desde o quarto trimestre de 2023, [relatório trimestral da PEF](#). A publicação ocorre na quinta-feira da semana posterior à da reunião do Comef. As opiniões aqui relatadas são das IFs respondentes. Desde a edição anterior do REF, foram realizados dois levantamentos, nos períodos de 22 de abril a 2 de maio e de 29 de julho a 12 de agosto de 2024, ambas com cem IFs respondentes, sendo 75 reguladas pelo BC, 12 pela CVM, 8 pela Previc e 5 pela Susep. Em junho de 2024, a amostra das IFs reguladas pelo BC que responderam à última edição da PEF representava cerca de 92% dos ativos do segmento.

⁸⁰ Perguntas: “Nos próximos três anos, quais riscos à estabilidade financeira sua instituição considera mais relevantes, considerando probabilidade e impacto no Sistema Financeiro Nacional (SFN)?” e: “Para cada um dos três riscos apontados, indique a probabilidade e o impacto, considerando as seguintes classes: i) probabilidade: baixa (<1%); médio-baixa (1%-10%); médio-alta (10%-30%); alta (>30%); ii) impacto (volume de ativos do SFN): muito baixo (<0,1%); baixo (0,1%-1%); médio (1%- 5%); alto (5%-10%); muito alto (>10%).”

do petróleo, o que impulsionaria a inflação global. A eleição presidencial nos Estados Unidos é fonte de incerteza relativamente às políticas comercial e externa, com elevações unilaterais de tarifas ou aumento das barreiras migratórias sendo esperados. As restrições impostas pela política monetária nas economias centrais contribuem para aumentar os prêmios de risco e a busca por ativos de melhor qualidade, reduzindo o fluxo de capitais em direção a economias emergentes.

Riscos de inadimplência e atividade recuaram, refletindo o desempenho econômico acima do esperado. Apesar dos graus de endividamento de empresas e de famílias ainda continuarem elevados, a recuperação da atividade econômica e do mercado de trabalho tem permitido que a inadimplência se mantenha controlada, sendo suportada por provisões constituídas consideradas suficientes.

Riscos operacionais continuam sendo ressaltados, com preocupações concentradas em ataques cibernéticos e fraudes eletrônicas em um ambiente de crescente digitalização dos serviços financeiros. Os respondentes acreditam que riscos de ataques cibernéticos podem afetar a confiança no sistema financeiro. Mudanças tecnológicas que incorporem novas formas de intermediação financeira, apesar de aumentarem a competição, podem constituir fontes de riscos difusos, mais difíceis de mitigar (Tabela 1.3.2).

Tabela 1.3.1 – PEF – Risco considerado mais importante pelas IFs

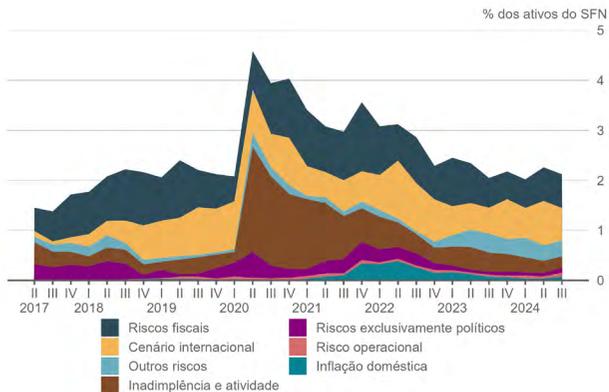
Risco	Frequência (%)			Probabilidade	Impacto
	Fev 2024	Mai 2024	Ago 2024	Ago 2024	
Riscos fiscais	31	27	41	Médio-Alta	Alto
Cenário internacional	33	38	23	Médio-Alta	Alto
Inadimplência e atividade	19	15	12	Médio-Alta	Médio
Inflação doméstica	2	4	5	Médio-Alta	Médio
Risco de liquidez	5	4	3	Médio-Baixa	Médio

Tabela 1.3.2 – PEF – Três riscos apontados pelas IFs

Risco	Frequência (%)			Probabilidade	Impacto
	Fev 2024	Mai 2024	Ago 2024	Ago 2024	
Cenário internacional	0,99	1,03	0,92	Médio-Alta	Médio
Riscos fiscais	0,64	0,65	0,66	Médio-Alta	Alto
Inadimplência e atividade	0,46	0,42	0,39	Médio-Alta	Médio
Risco operacional	0,17	0,18	0,19	Médio-Baixa	Médio
Inflação doméstica	0,10	0,11	0,13	Médio-Alta	Médio

Nota: As IFs respondem à seguinte pergunta: "Nos próximos três anos, quais riscos à estabilidade financeira sua instituição considera mais relevantes, considerando probabilidade e impacto no SFN? Descreva os três riscos em ordem de importância (o mais importante primeiro, considerando a combinação de probabilidade de ocorrência do evento e magnitude do impacto em termos de perdas relativamente ao volume de ativos do SFN)". As descrições são então classificadas pelo BC em diferentes categorias de riscos para fins de análise. A Tabela 1.3.1 apresenta informações referentes apenas ao risco considerado mais importante por cada instituição, enquanto a Tabela 1.3.2 se refere aos três riscos elencados por cada instituição.

Gráfico 1.3.3 – PEF – Impacto esperado médio



Nota: o impacto esperado médio do risco r é calculado como $I_r = \frac{1}{n} \sum_b \text{probabilidade}_{br} * \text{impacto}_{br}$, onde n é o número de IFs; e probabilidade e impacto são valores atribuídos pelos respondentes ao risco r citado na PEF. Para agregar os riscos em um único indicador, assume-se que os riscos são independentes. Dessa forma, $I = \sum_r I_r$. Consideram-se todos os três riscos apontados pelas instituições financeiras. A medida I_r se refere ao impacto esperado de um tipo de risco do ponto de vista *do grupo de respondentes*. Não é uma característica da classe de risco r em si, mas da expectativa *do grupo* acerca da materialização desse risco. Por exemplo, poderia existir uma classe de risco com altíssimo impacto esperado mencionado por apenas um só respondente. Nesse caso, o impacto esperado médio do risco do ponto de vista dos respondentes seria baixo.

Gráfico 1.3.4.a – PEF – Cenário internacional: probabilidade, impacto e frequência

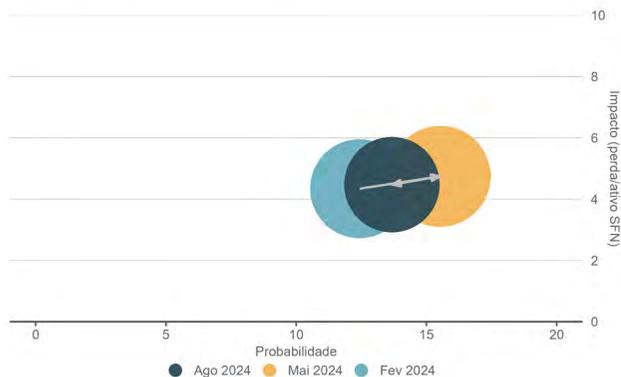


Gráfico 1.3.4.b – PEF – Riscos fiscais: probabilidade, impacto e frequência

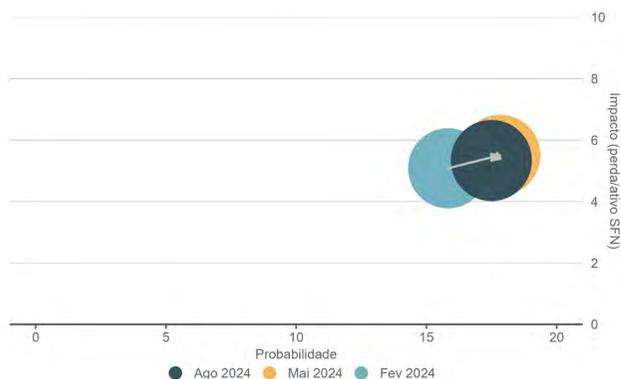


Gráfico 1.3.4.c – PEF – Inadimplência e atividade: probabilidade, impacto e frequência

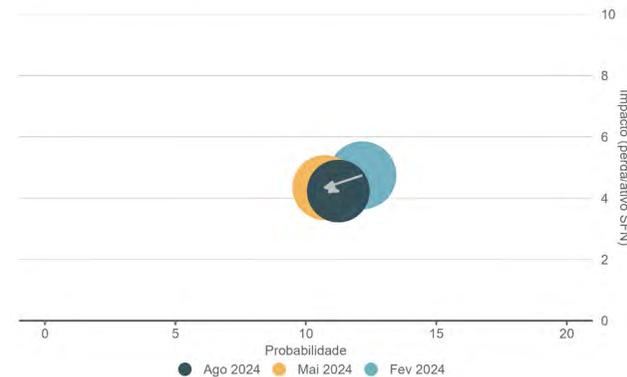


Gráfico 1.3.4.d – PEF – Risco operacional: probabilidade, impacto e frequência

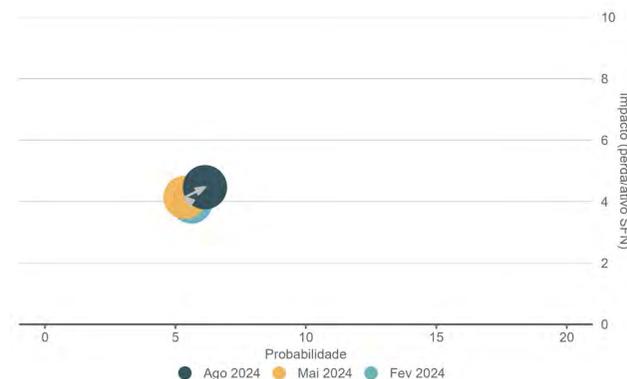
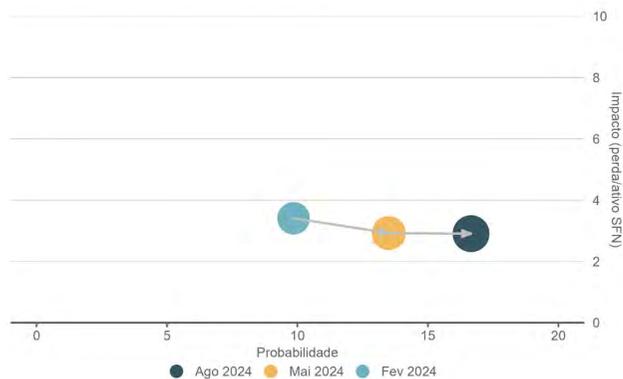


Gráfico 1.3.4.e – PEF – Inflação doméstica: probabilidade, impacto e frequência

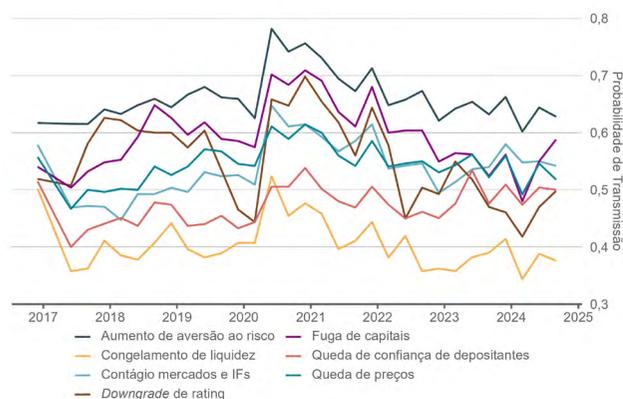


Nota: o tamanho do círculo representa a frequência do risco. As coordenadas x e y representam, respectivamente, o ponto médio das classes de probabilidade e impacto.

“Aumento de aversão a risco” e “Fuga de capitais” são os canais de transmissão de choques avaliados como mais prováveis. Na comparação com a pesquisa de fevereiro, os aumentos mais expressivos de probabilidade de transmissão de choques foram nos canais “fuga de capitais”, que passou a ser o segundo canal mais relevante, e *downgrade* de *rating*. Cresceu

também a probabilidade atribuída à transmissão pelos seguintes canais: “aumento de aversão ao risco”; “congelamento de liquidez”; “queda de confiança de depositantes”; e “queda de preços de ativos”. A probabilidade atribuída à transmissão pelo canal “congelamento de liquidez, incluindo mercado interbancário e linhas de crédito do exterior” se manteve em nível baixo (Gráfico 1.3.5).

Gráfico 1.3.5 – PEF – Canais de transmissão de choque no SFN



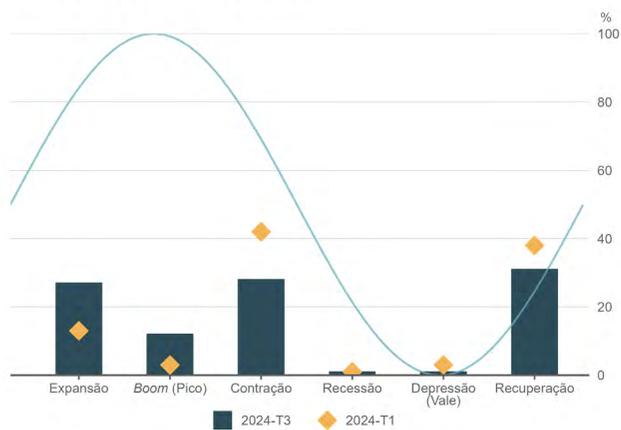
Nota: as IFs respondem à seguinte pergunta: “No caso de ocorrência do evento descrito como o de maior relevância à estabilidade financeira, qual é a probabilidade do referido choque ser transmitido pelos canais abaixo?”.

Ciclos econômico e financeiro⁸³

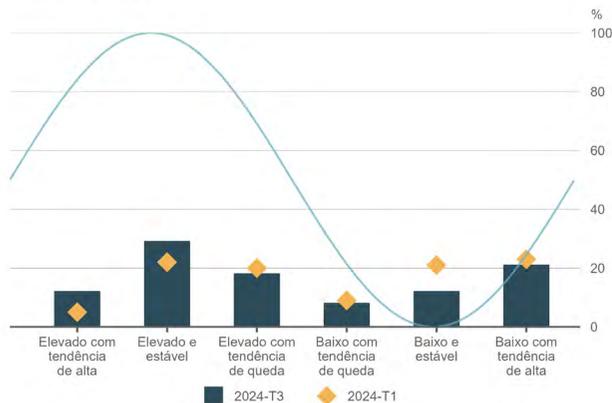
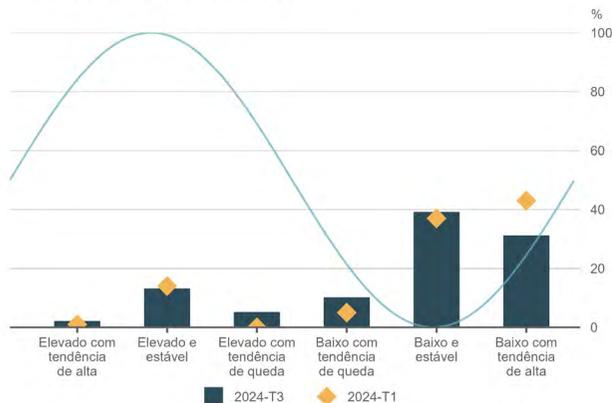
Aumentou significativamente a parcela das IFs que avaliam o ciclo econômico como mais positivo. A parcela dos respondentes que consideram que o ciclo econômico está em fase positiva (expansão, *boom* ou recuperação) aumentou de 54% em fevereiro para 70% em agosto. Houve diminuição de citação das fases “contração” ou “recuperação” e crescimento de citação das fases “expansão” ou *boom* (pico). A fração dos respondentes que avaliam que a economia está em “recessão” ou “depressão (vale)” segue residual (Gráfico 1.3.6).

83 Perguntas: “Como sua instituição classificaria a atual fase do ciclo econômico? Classificações: Expansão; *Boom*; Contração; Recessão; Depressão; e Recuperação.” e “Classifique a avaliação de sua instituição com relação aos fatores de ciclo financeiro a seguir: Hiato de crédito/PIB; Acesso a *funding* e meios de liquidez; Grau de alavancagem de empresas; Grau de alavancagem de famílias; Preço de ativos em relação aos fundamentos da economia; Disposição para tomar riscos de instituições de seu segmento. Classificações: Elevado/em alta; Elevado/estável; Elevado/em queda; Baixo/em queda; Baixo/estável; e Baixo/em alta”.

Gráfico 1.3.6 – PEF – Ciclo econômico



Percepção elevada do hiato da relação crédito/PIB passou a ser majoritária, enquanto ainda prevalece a percepção de baixa disposição das IFs para tomar riscos. Aumentou a parcela das IFs que consideram que a relação crédito/PIB se encontra em nível elevado, alcançando 59% em agosto, ante 47% em fevereiro (Gráfico 1.3.7.a). Apesar de leve aumento na percepção de nível elevado, a disposição das IFs para tomar riscos é considerada baixa para 80% dos respondentes. A percepção de tendência de alta vem perdendo força desde a pesquisa de fevereiro, prevalecendo majoritariamente a visão de tendência à estabilidade na disposição das IFs para tomar riscos (Gráfico 1.3.7.b).

Gráfico 1.3.7.a – PEF – Ciclos financeiros
Hiato de crédito/PIBGráfico 1.3.7.b – PEF – Ciclos financeiros
Disposição das IFs para tomar riscos

Embora o grau de alavancagem das famílias ainda seja percebido como elevado, a avaliação de tendência de queda aumentou, enquanto o grau de alavancagem das empresas, também majoritariamente classificado como elevado, é percebido com tendência de estabilidade para a maioria dos respondentes. A fração dos respondentes que avaliam que a alavancagem das famílias continua elevada permanece alta (92%); contudo, a parcela dos que avaliam que há tendência de queda cresceu (de 47% em fevereiro para 53% em agosto) (Gráfico 1.3.7.c). Relativamente à alavancagem das empresas, 72% dos respondentes avaliam que está elevada, ante 67% em fevereiro. Apesar desse moderado crescimento do nível, a percepção de tendência de estabilidade subiu para 57% em agosto, ante 51% em fevereiro (Gráfico 1.3.7.d).

O acesso a *funding* e meios de liquidez continua considerado como elevado, mas piorou a percepção sobre o preço de ativos. A fração dos respondentes que avaliam que o acesso a *funding* e meios de liquidez é elevado passou de 61% em fevereiro para 73% em agosto (Gráfico 1.3.7.e). Com relação à avaliação sobre o preço de ativos em relação aos fundamentos da economia, a percepção de nível baixo se fortaleceu, passando de 54% dos respondentes em fevereiro para 68% em agosto (Gráfico 1.3.7.f).

Gráfico 1.3.7.c – PEF – Ciclos financeiros
Grau de alavancagem de famílias

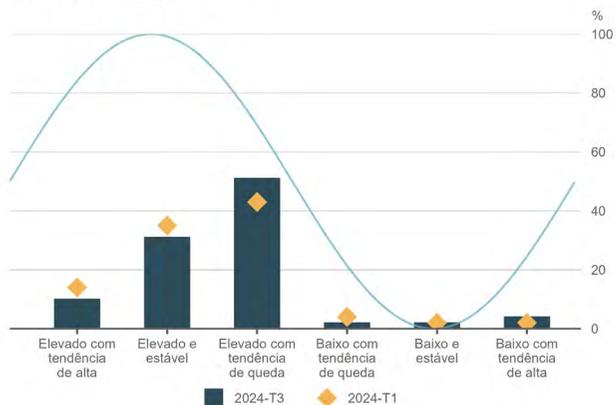


Gráfico 1.3.7.e – PEF – Ciclos financeiros
Acesso a funding e meios de liquidez

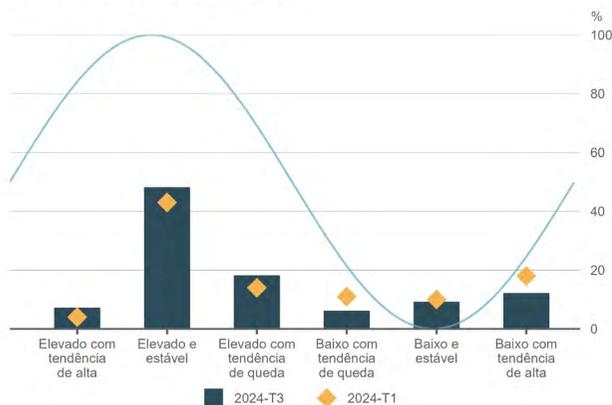


Gráfico 1.3.7.d – PEF – Ciclos financeiros
Grau de alavancagem de empresas

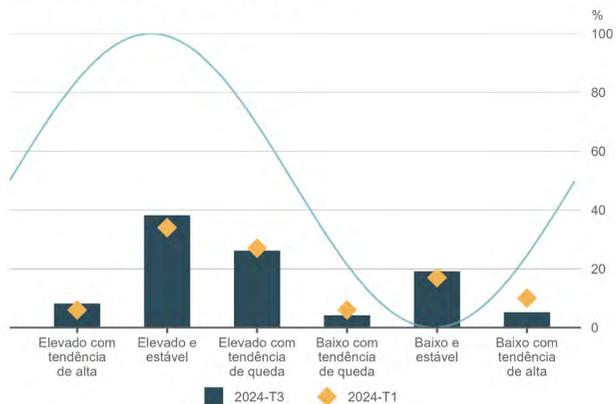
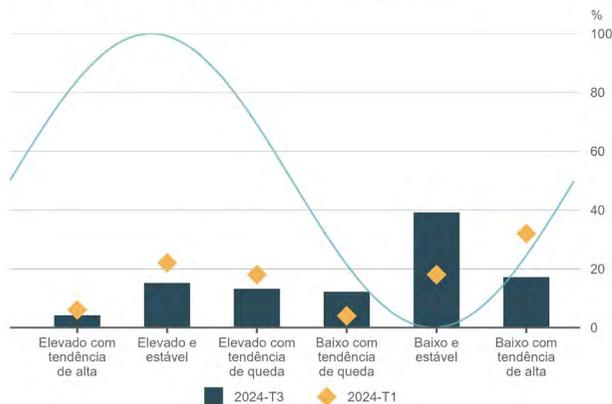


Gráfico 1.3.7.f – PEF – Ciclos financeiros
Preço de ativos em relação aos fundamentos da economia



Resiliência e confiança na estabilidade do sistema financeiro

Confiança na estabilidade do SFN continua elevada. Na visão dos respondentes, a confiança na estabilidade do sistema financeiro continua em nível elevado, próximo à máxima histórica. Na última pesquisa, o indicador apresentou pequena queda relativamente ao resultado de fevereiro de 2024. A maioria das IFs confia muito ou completamente na resiliência do SFN (80% em agosto, ante 84% em fevereiro). Nos levantamentos de agosto e maio de 2024, não houve citações negativas (“pouca confiança” ou “sem confiança”) (Gráficos 1.3.8.a e 1.3.8.b).

Gráfico 1.3.8.a – PEF – Índice de confiança na estabilidade do sistema financeiro
Evolução dos índices de confiança



Gráfico 1.3.8.b – PEF – Índice de confiança na estabilidade do sistema financeiro
Distribuição relativa das percepções de confiança

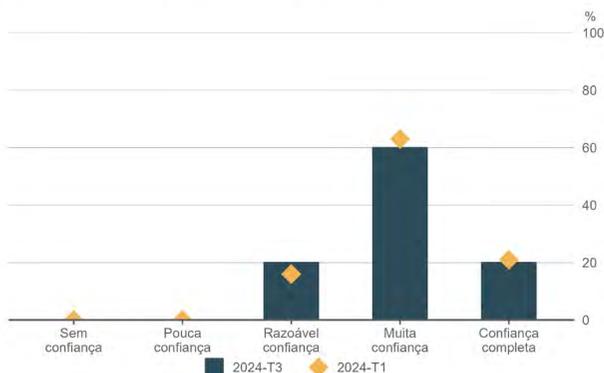


Gráfico 1.3.9.a – PEF – Expectativas e sugestões para o valor do ACCP
Expectativa de valor do ACCP

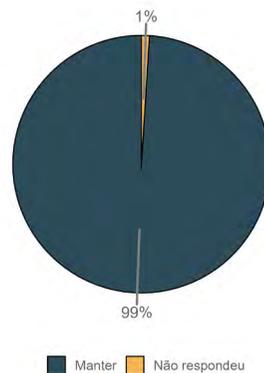
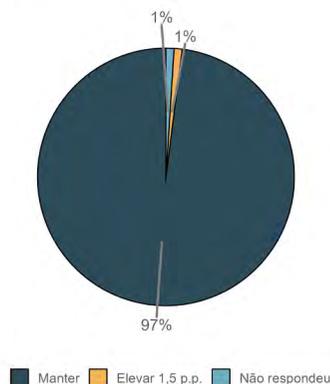


Gráfico 1.3.9.b – PEF – Expectativas e sugestões para o valor do ACCP
Sugestão de valor do ACCP



Expectativas e sugestões para o Adicional Contracíclico de Capital Principal

As IFs reguladas pelo BC que estão sujeitas ao ACCP esperam e sugerem o ACCP_{Brasil} em 0%. Dessas IFs, 99% têm expectativa de que o ACCP_{Brasil} seja mantido em 0%, e 97% recomendam a manutenção nesse nível (Gráficos 1.3.9.a e 1.3.9.b). Esse resultado tem se mantido relativamente estável durante todos os levantamentos da pesquisa.

1.4 Sistemas do mercado financeiro

No primeiro semestre de 2024, os SMF contribuíram para o funcionamento seguro e eficiente dos mercados. Os sistemas mostraram-se aderentes aos requisitos normativos e aos princípios internacionais aplicáveis. Essas são condições necessárias para a estabilidade do SFN.

O sistema financeiro manteve liquidez intradia⁸⁴ suficiente para garantir a fluidez das transações no SPB.⁸⁵ As liquidações do mercado interbancário se deram sem nenhuma ocorrência significativa, e não houve risco de insuficiência de recursos (Gráfico 1.4.1).⁸⁶ O Sistema de Transferência de Reservas (STR) movimentou, aproximadamente a cada dois dias e meio, recursos equivalentes ao PIB brasileiro. No semestre, a necessidade efetiva média de liquidez para pagamentos durante o dia foi de 2,6% da liquidez total disponível, e a máxima de 4,5%. O Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) chegou a processar

84 Saldo agregado dos recursos disponíveis para pagamentos e transferências interbancárias.

85 Compreende, entre outros, os seguintes sistemas de liquidação bruta em tempo real: STR, SPI e Sistema de Transferências de Fundos (CIP – Sitraf).

86 Os saldos nos recolhimentos compulsórios podem ser transferidos para contas Reservas Bancárias, e os TPF podem ser convertidos em moeda de banco central por meio do Redesconto, ambos sem custo financeiro para a IF nas contratações intradiárias.

206 milhões de transações em um único dia. Para 96% dos pagamentos fora de horário de funcionamento do STR, as instituições demandaram não mais que 25% de sua liquidez para realizá-los (Gráfico 1.4.2).

Gráfico 1.4.1 – Potencial e necessidade de liquidez intradia

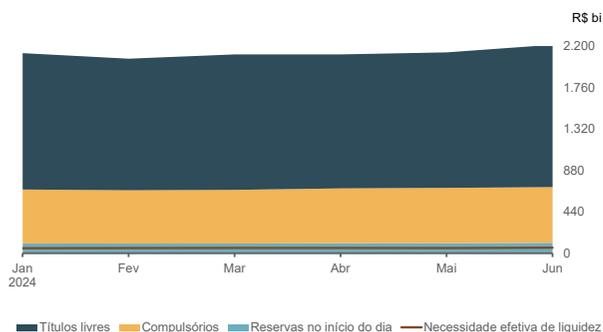
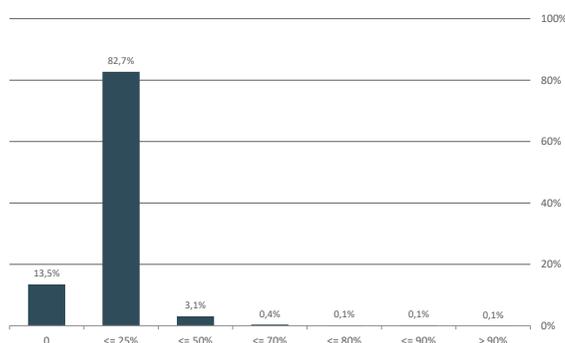


Gráfico 1.4.2 – Necessidade de liquidez no contrarturno



O Pix segue aumentando sua relevância no SFN e no SPB. Essa ferramenta de pagamento instantâneo chegou a representar 23,6% do total de pagamentos de varejo. O crescimento semestral do volume de transações (Gráfico 1.4.3) foi de 8,27%. A maior parte das transações ainda é entre pessoas (Gráfico 1.4.4), em que pese seja observado um crescimento contínuo na participação nos demais casos de uso. O SPI manteve disponibilidade de 100% em todo o período. Noventa e nove por cento das transações cursaram no SPI em até 0,87 segundos.

Gráfico 1.4.3 – Pix interbancários (liquidados via SPI) e Pix intrabancários (liquidados na instituição)

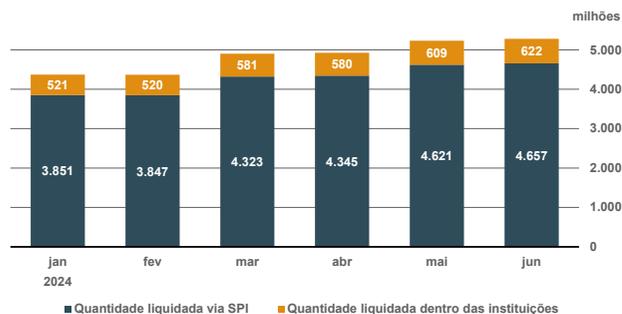
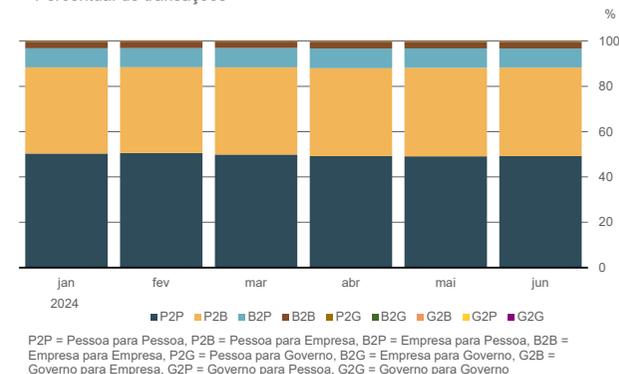


Gráfico 1.4.4 – Natureza de transações Pix no SPI
Percentual de transações



Os riscos financeiros dos mercados de ativos financeiros, valores mobiliários e moedas estrangeiras foram devidamente gerenciados pelos SMF. A B3 S.A. atua como Contraparte Central (*Central Counterparty – CCP*) em dois sistemas: a Câmara B3 e a Câmara de Câmbio B3. Em ambos, o nível de confiança do modelo de margem inicial é superior a 99%, em linha com os Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro (*Principles for Financial Market Infrastructures (PFMI)*).⁸⁷ Os cenários de estresse utilizados pela B3 foram mais severos que as variações verificadas nos principais

⁸⁷ Esse nível de confiança diz respeito à distribuição estimada da exposição futura aos instrumentos financeiros liquidados.

Fatores Primitivos de Risco (FPR)⁸⁸ no período (Tabela 1.4.1). As margens requeridas pela Câmara B3 foram suficientes para cobrir o risco de elevado percentual das carteiras dos investidores, conforme apurado pelo BC (Gráfico 1.4.5).

Discriminação	Baixa ^{1/}	Alta ^{1/}
lbovespa à vista	18%	14%
Dólar à vista	10%	21%
Pré 42	7%	7%
Pré 126	9%	14%
Pré 252	14%	16%
Pré 756	18%	19%
DDI ^{2/} 180	11%	6%
DDI 360	10%	8%
DDI 1080	19%	14%

Fontes: [B]³ e BC

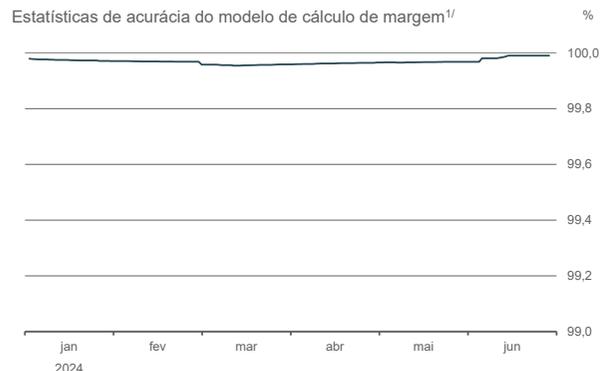
Metodologia própria

1/ Maior percentual de variação acumulada em dois dias em relação aos cenários de baixa e alta no 1º semestre de 2024.

2/ Cupom cambial.

Gráfico 1.4.5 – Câmara B3

Estadísticas de acurácia do modelo de cálculo de margem^{1/}



1/ Simplificadamente, a estatística corresponde a uma média, num período móvel de 63 dias úteis, da proporção entre (i) o número de carteiras que não teriam sofrido perdas maiores do que as calculadas pelo modelo de margem individual utilizado pela CCP; e (ii) o número total de carteiras.

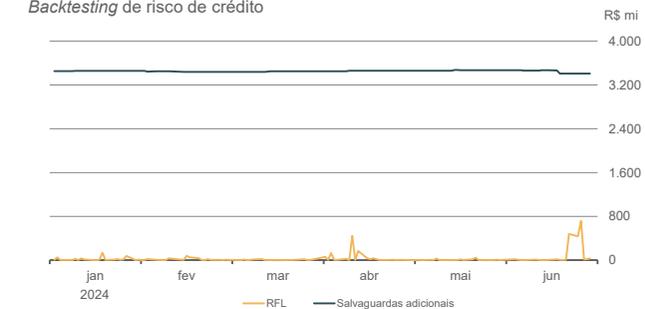
Fontes: [B]³ e BC
Metodologia própria

As exposições de crédito e de liquidez foram adequadamente gerenciadas pela CCP em todos os dias do período.⁸⁹ Na Câmara B3, as margens individuais e as salvaguardas adicionais seriam suficientes para cobrir a exposição de crédito da B3 aos dois participantes cuja inadimplência conjunta gerasse a maior exposição de crédito (Gráfico 1.4.6). Os

recursos líquidos mantidos para a Câmara B3 seriam suficientes para assegurar a liquidação tempestiva de obrigações dos dois participantes com maiores posições líquidas devedoras. Na Câmara de Câmbio, as garantias exigidas seriam suficientes para cobrir as exposições de crédito da B3 em relação a cada um dos participantes. Os recursos líquidos mantidos para a Câmara de Câmbio seriam suficientes para cobrir a inadimplência do participante com a maior obrigação em reais (Gráfico 1.4.7) e em dólares (Gráfico 1.4.8).⁹⁰

Gráfico 1.4.6 – Câmara B3

Backtesting de risco de crédito



O RFL é apurado comparando-se o resultado financeiro decorrente da simulação do encerramento das posições do participante com o valor de suas garantias, caso este fosse declarado inadimplente. O encerramento das posições do participante é calculado pela CCP com base na estratégia de encerramento projetada pelo modelo de cálculo de margem individual e nas variações reais dos preços dos ativos, apuradas nos dias subsequentes.

Fontes: [B]³ e BC – Metodologia própria

88 O fator primitivo de risco associado a um contrato derivativo é a denominação dada às variáveis financeiras que são relevantes à formação do preço do contrato.

89 Os *backtestings* indicam que a Câmara B3 e a Câmara de Câmbio estão cumprindo a regulamentação do SPB e atingindo os objetivos dos PFMI.

90 O Princípio 7 dos PFMI determina: a) manutenção de recursos líquidos suficientes para liquidar tempestivamente as obrigações decorrentes da inadimplência dos dois participantes – incluindo empresas por eles controladas – que gerariam a maior obrigação de pagamento agregada para a CCP, no caso de CCP que sejam consideradas sistemicamente importantes em mais de uma jurisdição, ou que tenham um perfil de risco complexo; ou b) manutenção de recursos líquidos suficientes para liquidar tempestivamente as obrigações decorrentes da inadimplência do participante e de seus afiliados que gerariam a maior obrigação de pagamento agregada para a CCP, no caso das demais CCP. Como a Câmara de Câmbio B3 é sistemicamente importante apenas no Brasil, não tem perfil de risco complexo e liquida apenas contratos de compra e venda de dólares à vista, os eventos representados nos gráficos 1.4.7 e 1.4.8 são compatíveis com as recomendações internacionais.

Sumário

Sumário
Executivo

I
Capítulo

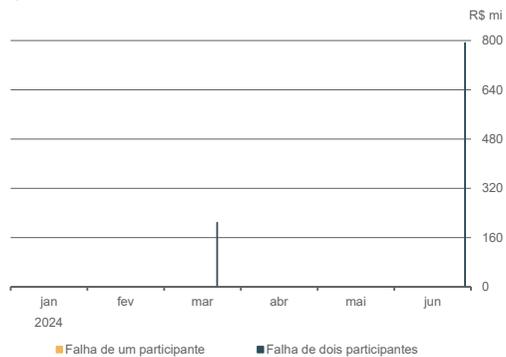
II
Capítulo

Apêndice

Anexos

Gráfico 1.4.7 – Câmara de Câmbio B3

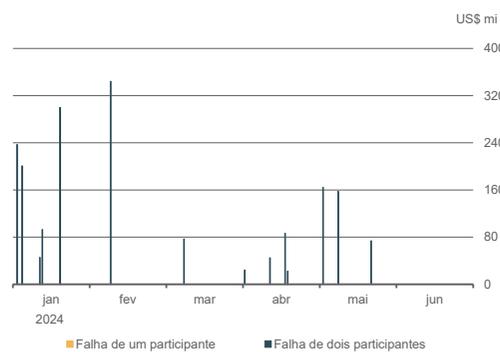
Deficit de liquidez em R\$



Fontes: [B]³ e BC
Metodologia própria

Gráfico 1.4.8 – Câmara de Câmbio B3

Deficit de liquidez em US\$



Fontes: [B]³ e BC
Metodologia própria

II

Temas Seleccionados

Dólar	3,464	3,1556
Euro	3,7064	3,7085
Ibovespa	67,671	67,659
CDI	9,14%	9,06%

2.1 Atuação do BC para assegurar a estabilidade financeira e amenizar os efeitos das enchentes no RS

Após avaliação conjunta com o mercado, o CMN e o BC adotaram medidas que contiveram os efeitos decorrentes das enchentes no RS.⁹¹ As iniciativas resguardaram a prestação de serviços pelo SFN e evitaram ônus desnecessários a cidadãos e empresas. As diretrizes das medidas visaram preservar a estabilidade financeira e proteger o consumidor. O BC segue monitorando a intermediação financeira na região, com menos ênfase, em razão da percepção de redução dos riscos.

O impacto das enchentes para o SFN foi menor do que o originalmente esperado. Não se percebem alterações sistemicamente relevantes nas captações, na liquidez ou no risco de crédito das ESs que atuam no RS. Especificamente em relação ao setor agropecuário, as perdas com pagamentos de coberturas pelo Proagro foram significativamente inferiores às perdas provocadas pelas secas de 2022 e 2023.

Ações internas e de comunicação com ESs, Fundos garantidores e associações de classe

Instauração do Comitê para Enfrentamento de Crises Financeiras (CCF) para monitorar os impactos das enchentes. Inicialmente, o mercado estimava queda de 0,2 p.p. no PIB e impacto de 0,2 p.p. na inflação em 2024.⁹² Na sequência, pesquisa com 79 instituições com atividade intensa na região identificou problemas apenas pontuais e reduzida preocupação quanto à estabilidade financeira. Entre o início e meados de junho, a expectativa já era mais otimista com relação ao impacto no PIB. A retomada da atividade econômica sinalizava ser mais rápida do que projetada. Nova pesquisa com IFs sistemicamente importantes mostrou que as perdas estimadas não seriam relevantes. No início de julho, o CCF foi desmobilizado em razão da percepção de risco reduzido para o SFN.

Intensificação da comunicação com ESs que possuem atividade representativa em áreas afetadas pelas enchentes. O BC estabeleceu reuniões periódicas de acompanhamento com ESs com maior potencial de criticidade, com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC),

com o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), com a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi) e com a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac). Consideraram-se necessárias medidas permanentes de acompanhamento das instituições impactadas, avaliando os eventuais impactos na carteira de crédito e a reconstrução das estruturas físicas das ESs, bem como a evolução da atividade econômica após o período mais crítico. A comunicação com as ESs foi mais intensa até três meses após o choque inicial, voltando ao normal entre agosto e setembro de 2024.

Impactos para o SFN

Os impactos no SFN decorrentes das enchentes revelaram-se inferiores aos apontados pelas análises iniciais. As informações enviadas pelas ESs não acusaram alterações sistemicamente relevantes nas captações, na liquidez e no risco de crédito. Houve leve aumento nos depósitos, possivelmente por ausência de alocações alternativas para os clientes. No que se refere às estruturas físicas das ESs, poucas foram afetadas de forma significativa. Agências e serviços de TI foram afetados por pouco tempo, e ações de contingenciado foram rápidas, flexibilidade possivelmente atribuível aos aprendizados com a pandemia de covid-19.

⁹¹ Entre o final de abril e meados de maio de 2024, o estado do RS foi afetado por chuvas intensas que provocaram a maior tragédia climática da história do estado mais ao sul do Brasil.

⁹² Mediana da estimativa das instituições participantes do Questionário pré-Copom de junho de 2024, disponível em [Questionário Pré-Copom \(bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br/questionario-pre-copom).



Sumário



Sumário Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

Embora algumas ES tenham renegociado parcelas relevantes de suas carteiras, os problemas tiveram alcance reduzido. O volume de operações de crédito repactuadas com tomadores localizados no RS aumentou de forma relevante, especialmente para PFs (Gráfico 2.1.1) e no crédito rural. Contudo, as repactuações possuem volume pequeno quando comparadas à carteira como um todo (Gráfico 2.1.2).⁹³

Gráfico 2.1.1 – Fluxo de repactuação
Por tipo de pessoa

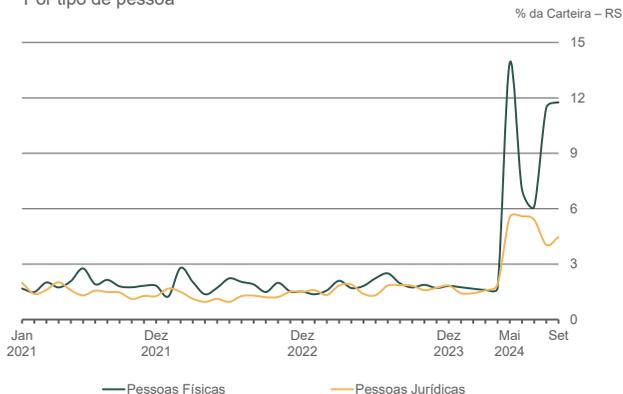
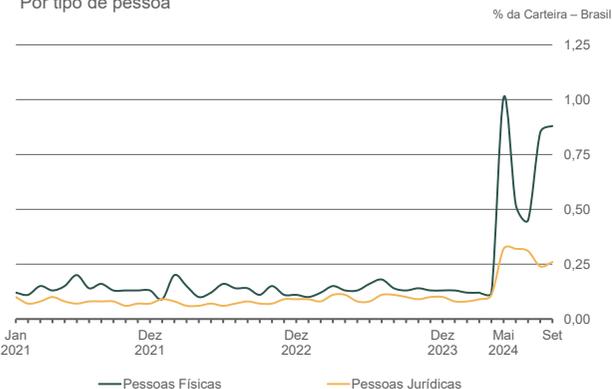


Gráfico 2.1.2 – Fluxo de repactuação
Por tipo de pessoa



As perdas no setor agropecuário, considerando-se os pagamentos de coberturas pelo Proagro, foram consideravelmente inferiores às perdas provocadas por secas em anos anteriores. Apesar da relevância da agropecuária para a economia gaúcha,⁹⁴ o impacto da calamidade para esse setor foi limitado, pois as enchentes ocorreram após a maior parte da colheita. Até setembro de 2024, as perdas com os pagamentos de coberturas pelo Proagro somam R\$450 milhões. Esse valor está bem abaixo dos R\$6,4 bilhões pagos em 2022 e dos R\$10,5 bilhões pagos em 2023 em coberturas pelo Proagro.⁹⁵ Nesses

períodos, a agropecuária gaúcha enfrentou desafios significativos em razão de secas de forte intensidade, que geraram elevadas perdas na produção de grãos.

Iniciativas de conduta e de proteção ao consumidor financeiro

O BC atuou para preservar o adequado relacionamento com clientes e usuários do SFN atingidos pela tragédia. Fizeram parte desse esforço ações relacionadas ao reforço nos canais de atendimento, à aplicação de condições excepcionais e ao acompanhamento do efetivo cumprimento dessas condições, além de ações de comunicação e de gestão das vulnerabilidades associadas.

Com o acompanhamento da supervisão, as IFs reforçaram os canais remotos e digitais, priorizando o atendimento aos clientes e aos colaboradores das regiões afetadas. As centrais de atendimento tiveram suas equipes reforçadas e seu fluxo facilitado, especialmente para os casos de sinistros e assistência. As IFs criaram unidades temporárias e remanejaram equipes para garantir a continuidade dos serviços de atendimento.

93 Sobre o volume de repactuações na pandemia de covid-19, ver REF de outubro de 2020, item “2.1.3 – Iniciativas voltadas para incentivar o crédito”. Disponível em [Relatório de Estabilidade Financeira – Outubro 2020 \(bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br/relatorio-de-estabilidade-financeira-outubro-2020).

94 O setor agropecuário foi responsável por 14,9% do Valor Agregado Bruto no PIB do RS em 2021. Fonte: IBGE, Contas Regionais.

95 Fonte: Sistema Sícor.



 Sumário



 Sumário Executivo

 I
 Capítulo

 II
 Capítulo



 Apêndice



 Anexos

As IFs aplicaram condições especiais em prazos, tarifas e taxas à ampla gama de produtos de conta corrente, cartão de crédito, crédito pessoal, consignado e imobiliário, consórcio e seguros. Além de condições diferenciadas aplicadas na concessão de crédito, as IFs aumentaram a flexibilidade para pagamento de parcelas de serviços contratados, com extensão de prazos e concessão de carências. Concederam, ainda, isenção de tarifas, taxas de administração e multas.

A evolução das reclamações nos canais internos e na ouvidoria das ESs foi e continua sendo acompanhada de perto para garantir a efetividade das medidas adotadas. Particular atenção tem sido dada ao cumprimento das regras de negócio especiais sobre cobranças indevidas em desacordo com as regras excepcionais implantadas.

O BC incentivou o reforço da comunicação nos diversos canais para que o alcance das medidas fosse maximizado. Em consonância com os princípios do relacionamento com clientes e usuários do SFN, o BC demandou que as informações fossem

prestadas de forma clara e precisa para permitir a livre escolha e a tomada de decisões por parte da população afetada.

As ESs efetuaram a reclassificação do grau de vulnerabilidade associada de seus clientes para fazer frente aos eventos no RS. O público com grau de vulnerabilidade aumentado recebeu prioridade e simplificação nos processos de atendimento e tratamento de demandas, e no acionamento de seguros. Como ação consequente, o BC tem acompanhado o aperfeiçoamento dos modelos estatísticos de classificação de clientes em razão do grau de vulnerabilidade para que esses clientes recebam marcação devido ao desastre natural, aos efeitos de mudanças climáticas e às vulnerabilidades temporárias.

[Permissões regulatórias temporárias em razão das enchentes no RS](#)

Reestruturar operações de crédito e não classificá-las como AP,⁹⁶ mantendo-as no nível de risco em que estavam em 31 de março de 2024.⁹⁷ O CMN e o BC estabeleceram que as reestruturações realizadas

entre 1º de maio e 31 de dezembro de 2024, exclusivamente em decorrência das enchentes no RS, não devem ser caracterizadas como AP. Essas regras não se aplicam às operações que já estavam com atraso igual ou superior a quinze dias antes de 31 de março de 2024, tampouco às operações com evidências de que a contraparte não conseguirá honrar a obrigação nas novas condições pactuadas. Em suma, essas medidas aplicam-se somente às operações que atrasaram em virtude das enchentes, cuja dificuldade no pagamento seja considerada temporária na avaliação da instituição. Ao manter o nível de risco de 31 de março, permite-se manter as ponderações de risco inicialmente atribuídas a essas exposições.

Flexibilizar regras para o setor agropecuário. O CMN editou normas com condições especiais para renegociar operações de crédito rural.⁹⁸ O CMN editou, também, regras temporárias mais flexíveis para comprovar perdas no Proagro, utilizando sensoriamento remoto e critérios estatísticos para apuração de prejuízos.⁹⁹ Essa flexibilização deveu-se às dificuldades de deslocamento ocasionadas pelas cheias. Por fim, o CMN editou norma específica definindo

96 Resolução CMN 5.133 e Resolução BCB 378, ambas de 13 de maio de 2024.

97 Resolução CMN 5.134, de 13 de maio de 2024.

98 Resoluções CMN 5.132, de 10 de maio de 2024, e 5.162, de 13 de agosto de 2024.

99 Resolução CMN 5.135, de 13 de maio de 2024.

critérios transitórios para avaliar impedimentos ambientais, sociais e climáticos para contratação de novas operações de crédito.¹⁰⁰

Flexibilizar provisão para perdas em operações de crédito no âmbito dos programas federais.¹⁰¹

O CMN decidiu que as operações no âmbito dos programas federais, destinadas ao enfrentamento das consequências econômicas derivadas de eventos climáticos no RS, estarão sujeitas a níveis mínimos de provisão somente no caso de atraso superior a noventa dias no pagamento de principal ou de juros.¹⁰² A regra aplica-se a operações cujo risco de crédito seja detido pela União, diretamente ou por meio de fundo garantidor ou de instituição por ela controlada.

Deduzir a exigibilidade do recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança.

Essa prerrogativa foi concedida às ESs que tivessem, na data-base de 31 de março de 2024, o mínimo de 10% do crédito total concedido para PFs residentes ou PJs estabelecidas em municípios abrangidos pelo

estado de calamidade pública.¹⁰³ Entre as instituições elegíveis à dedução, cinco estavam utilizando a prerrogativa no período de cumprimento, de 9 a 13 de setembro de 2024, o que representou, nesse período, a liberação de R\$2,6 bilhões no compulsório sobre depósitos de poupança livre e de R\$6,3 bilhões no compulsório sobre depósitos de poupança rural.

Estender prazo para envio de documentos contábeis. O BC aumentou, temporariamente, as datas-limite para remessa de documentos contábeis pelas ESs com sede ou dependência nos municípios afetados.¹⁰⁴ Essa medida aplica-se apenas aos documentos relativos às datas-bases de abril a junho de 2024.

Flexibilizar regras para administradoras de consórcio. O BC permitiu às administradoras de consórcio, até 31 de dezembro de 2024, exclusivamente para os consorciados economicamente afetados pelos eventos climáticos no RS, titulares de cotas de grupos de consórcio constituídos até maio de 2024.¹⁰⁵

I – pagamento do crédito em espécie ou por meio de crédito em conta de depósitos ou em conta de pagamento de titularidade dos consorciados que tenham sido contemplados e ainda não tenham utilizado o crédito para aquisição de bens ou serviços, mediante a quitação total das obrigações com o grupo e com a administradora; e

II – alongamento dos prazos para cobrar e executar garantias dadas às operações de consórcio com atraso no pagamento de mais de uma prestação. Essa medida aplica-se aos contratos de consórcio que não preveem prazos específicos para adotar providências da espécie, observadas outras medidas de cautela previstas na norma, sempre sob responsabilidade da administradora de consórcio e de seus gestores.

100 Resolução CMN 5.158, de 23 de maio de 2024.

101 Pronampe, Pese, Peac, entre outros.

102 Resolução CMN 5.137, de 23 de maio de 2024.

103 Resolução BCB 379, de 13 de maio de 2024.

104 Resolução BCB 380, de 15 de maio de 2024.

105 Resolução BCB 381, de 15 de maio de 2024.



Sumário



Sumário Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

Boxe – Estimativa de impacto das enchentes no RS

Eventos climáticos mais severos e frequentes, como secas, chuvas e enchentes, afetam diretamente as famílias e empresas nos locais atingidos.

O risco climático está associado à intensidade do evento, à exposição e à vulnerabilidade da região. No que concerne às IFs, os eventos climáticos extremos podem afetar a capacidade de os tomadores de crédito pagarem as suas dívidas; reduzir o valor dos ativos dados em garantia; e, conseqüentemente, aumentar o risco de crédito.

Em razão das enchentes no RS, o BC avaliou as exposições e as possíveis perdas para as IFs com atuação na região. O BC estimou o possível impacto direto sobre as IFs expostas aos tomadores de crédito, tanto empresas quanto PFs, localizadas nos municípios afetados pelas inundações. Foram avaliados também

os efeitos indiretos sobre a cadeia de fornecedores das empresas localizadas nessas áreas.

O impacto direto no SFN resulta da inadimplência das empresas e dos tomadores de crédito localizados nas áreas inundadas. O impacto indireto é estimado por meio da construção de uma rede de empresas fornecedoras das empresas localizadas nas áreas afetadas pelas inundações. A exposição direta das IFs considera os créditos para empresas e para os seus funcionários, e o crédito pessoal, imobiliário e rural para indivíduos localizados nas áreas afetadas.¹⁰⁶ O efeito indireto considera o impacto nas empresas fornecedoras, que seriam afetadas pela redução de suas vendas às empresas locais. Esse efeito indireto foi estimado por meio do fluxo de pagamentos entre as empresas.¹⁰⁷ Dessa forma, o impacto no SFN é

estendido para toda a rede identificada, com a inclusão das empresas dependentes e de seus empregados.

As áreas inundadas foram definidas por meio de imagens de satélites e a exposição das IFs foi obtida pelo cruzamento das informações de coordenadas geográficas de endereço dos tomadores de crédito e das áreas identificadas como inundadas. Uma área foi classificada como inundada caso tenha sido classificada positivamente ao se verificar imagens diárias de um mapa global de inundações,¹⁰⁸ entre 1º e 16 de maio de 2024 (Figura 2.1.1). Após a identificação das áreas inundadas, considerou-se como afetadas pelas enchentes as empresas localizadas em um raio de 1 km.¹⁰⁹

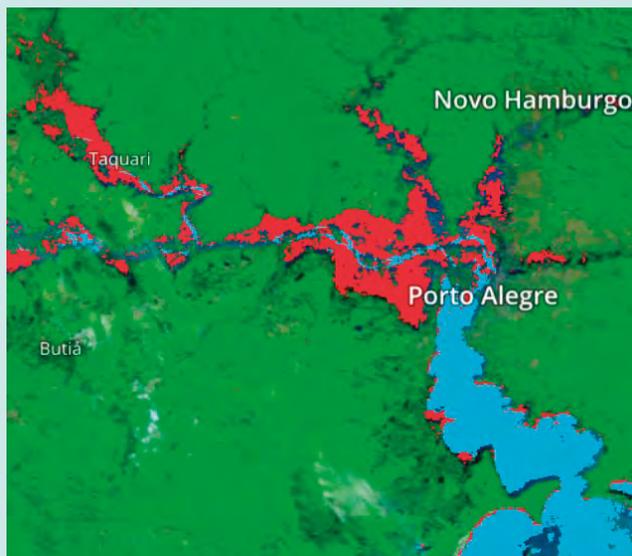
106 Os empréstimos para funcionários públicos e crédito consignado do INSS foram excluídos da exposição das instituições, pois adotou-se a premissa de que os créditos continuariam a ser pagos. O crédito rural foi considerado líquido de seguro, e, para o financiamento imobiliário, adotou-se uma perda (LGD) de 30%.

107 Assume-se que uma empresa fornecedora entra em *default*, bem como os seus empregados, caso a dependência de suas vendas às empresas afetadas seja superior a 50% de suas vendas totais. Para construir a rede de empresas e o grau de dependência entre elas, foram utilizados pagamentos realizados por meio de TED, boletos, Pix, cartões e recursos de exportações. A descrição detalhada da metodologia encontra-se no REF de abril de 2023.

108 *The MODIS Near Real-Time (NRT) Global Flood Product*. Essa metodologia de classificação está sujeita a erros em razão de sombras do terreno e cobertura de nuvens persistentes. Para minimizar os erros, a classificação de uma área como inundada leva em consideração a composição de 2 ou 3 dias. Descrição completa dessa metodologia encontra-se no BC Blog – Enchentes e distribuição espacial das empresas.

109 A fonte de informação de crédito e de endereço dos clientes é o SCR, tendo como data-base as exposições na última data disponível no momento do evento climático (março de 2024).

Figura 2.1.1 – Áreas inundadas na região de Porto Alegre (RS) em vermelho em 7/5/2024



Fonte: MODIS Near Real-Time (NRT) Global Flood Product.

Os resultados mostram que exposições e possível impacto no capital das IFs são limitados, a despeito das graves consequências sociais e econômicas das enchentes. Cerca de 54 mil empresas, que empregam 663 mil pessoas, estariam em um raio de 1 km das áreas inundadas. As maiores exposições de crédito das IFs às empresas localizadas nas áreas afetadas ocorrem na região de Porto Alegre (Figura

2.1.2). O total das exposições diretas e indiretas é de cerca de R\$53 bilhões. Em caso de materialização das perdas, a necessidade de recursos para reequilibrar as IFs com índice de capital inferior ao regulamentar seria de R\$8 bilhões, o que representa 0,6% do PR do sistema (Tabela 2.1.1). Proporcionalmente, as maiores perdas ocorreriam nas pequenas IFs com atuação restrita aos municípios mais atingidos. Como os grandes bancos atuam em diferentes municípios e setores econômicos do país, as perdas são limitadas mesmo no caso extremo observado no RS.

Figura 2.1.2 – Exposições de crédito das IFs às empresas localizadas nas áreas inundadas

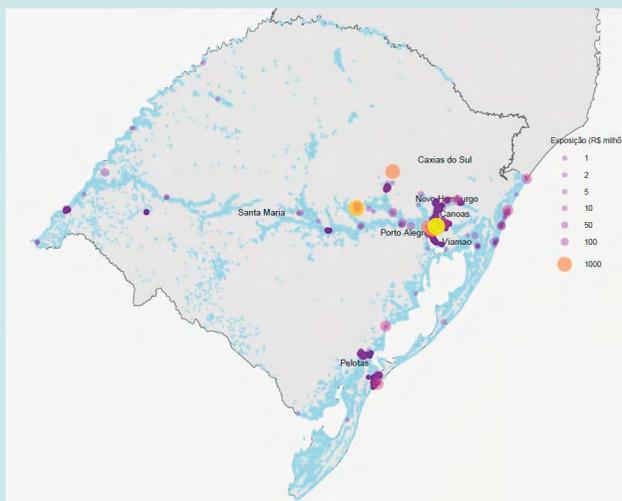


Tabela 2.1.1 – Estimativa de impacto	
Enchentes no RS	Data-base: Março/2024
Quant. de empresas (mil)	54
Quant. de empregados (mil)	663
Exposição PJ (R\$ bi)	22,9
Exposição PF (R\$ bi)	29,6
Contágio Interfin. (R\$ bi)	1,8
Impacto no IB (p.p.)	-0,8
Necessidade de Capital (R\$ bi)	8,1
Necessidade de Capital (%PR)	0,6

Fonte: BC

O exercício realizado não constitui uma previsão de inadimplência das empresas e dos indivíduos localizados nas áreas afetadas pelas enchentes ou de perdas futuras para as IFs, mas uma análise de um cenário extremo, porém plausível. Os resultados mostram que as instituições teriam capital suficiente para absorver as perdas em caso de materialização do cenário simulado. Dadas a resiliência da sociedade e da atividade econômica e as medidas adotadas pelo poder público, o impacto observado até o momento mostrou-se mais moderado do que o simulado.

2.2 Risco climático de transição: estimativa de impacto no SFN

O risco climático de transição refere-se à possível ocorrência de perdas para IFs devido a alterações regulatórias, mudanças de padrões de consumo ou alterações tecnológicas associados à transição para uma economia de baixo carbono.¹¹⁰ A exposição das IFs aos setores de maior risco de transição foi avaliada no REF de novembro de 2022. Essa exposição foi estimada por meio de um indicador que avalia a emissão bruta de gases de efeito estufa (*greenhouse gas* – GHG), a exposição relativa ao valor adicionado de cada setor e a dependência do mercado externo. Naquela ocasião, a exposição da carteira de crédito do SFN aos setores classificados com risco de transição alto e médio foi estimada em 8%, com os segmentos S4 e S5 mais expostos a esses setores.

O presente estudo apresenta uma evolução em relação à avaliação da exposição do SFN ao estimar impactos na economia e eventuais perdas para as IFs em um cenário de risco climático de transição.

Para cada setor da economia, foi estimado o impacto econômico de custos adicionais para promover a transição para uma economia de baixo carbono por meio de um modelo de equilíbrio geral computável (*computable general equilibrium* – CGE). As trajetórias das variáveis macroeconômicas resultantes desse modelo são utilizadas como insumo para um modelo econômico que visa projetar o efeito de variações do PIB setorial sobre os ativos problemáticos das IFs. Por fim, o impacto do aumento de provisão dos setores afetados na transição no capital de cada instituição é estimado utilizando o modelo de teste de estresse macroeconômico.¹¹¹

A avaliação do impacto da transição para uma economia de baixo carbono apresenta desafios em razão do horizonte de longo prazo inerente ao processo, bem como o elevado grau de incerteza sobre a evolução da regulação, da tecnologia e dos fatores socioeconômicos. Como os efeitos da transição são disseminados e afetam toda a economia, o BC realizou uma análise de cenários para estimar os impactos nos diferentes setores econômicos. Dado

o alto grau de incerteza associados a uma modelagem de longo prazo, optou-se por realizar a análise para um horizonte de três anos, similar ao do teste de estresse macroeconômico. Cabe ressaltar que os cenários analisados não representam uma previsão para os próximos anos, mas um cenário de transição hipotético, porém plausível da economia.

No modelo, o custo adicional das emissões é caracterizado por meio da imposição de uma taxa sobre os setores econômicos que emitem GHG. O arcabouço é interpretado como um choque de custos em função da imposição de uma taxa de carbono ou de qualquer outra alteração regulatória que vise limitar as emissões totais das empresas e, por conseguinte, reduzir as emissões de GHG do país, como um mercado de carbono.¹¹²

Foram simulados dois cenários de elevação gradual dos custos das emissões para todos os setores da economia, iniciando em 2025 e atingindo os valores de USD50 (Cenário de Transição 1) e USD100 (Cenário de Transição 2) por tonelada

110 A Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, define o risco climático de transição e a estrutura de gerenciamento de riscos que as IFs devem implementar.

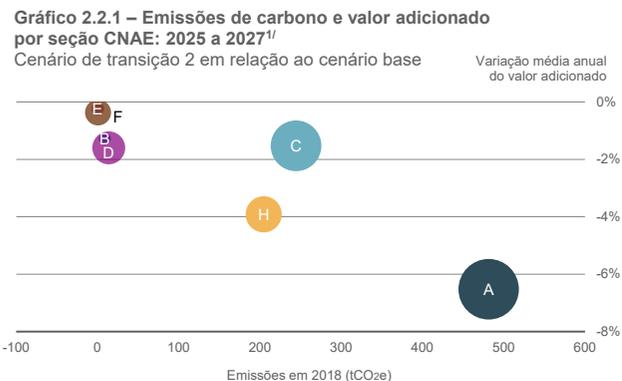
111 Ver *Anexos – Conceitos e Metodologias* para detalhes sobre a metodologia do teste de estresse macroeconômico.

112 Uma taxa de carbono ou um mercado de carbono (*emissions trading system* – ETS) visam à redução das emissões de GHG. Em ambos os casos, os pagamentos devem ser proporcionais às quantidades emitidas, com vistas a internalizar os custos da emissão de carbono das empresas. No caso das taxas de carbono, um valor (preço) para o carbono emitido é estabelecido, enquanto no ETS, limites de emissão são estabelecidos, e o preço do carbono para compensação das emissões é determinado pela oferta e demanda de permissões para emissão. Estão em discussão no Congresso Nacional as regras para o funcionamento de um mercado de carbono regulado no Brasil (PL 2.148 de 2015, PL 412 de 2022). Não há previsão normativa para a adoção de uma taxa de carbono no país.

emitida em 2030. A influência da política monetária, dado o repasse do aumento dos custos para os preços, apesar de esperada, não é capturada pelo modelo. Ainda que o desenvolvimento tecnológico tenha um papel fundamental para reduzir as emissões de carbono, especialmente em contextos de custos mais elevados, o modelo CGE adotado não considera inovações nos processos produtivos, investimentos em tecnologia verde ou criação de novas indústrias, que se beneficiarão da transição energética. Para a projeção do efeito nas carteiras das IFs, no horizonte de três anos, variáveis macroeconômicas como inflação, taxa de juros Selic e desemprego seguem o cenário-base conforme definido no “Boxe 1 – Descrição dos cenários utilizados no teste de estresse macroeconômico” deste Relatório. O estudo considerou todas as exposições a PJs e ao crédito rural a PFs.

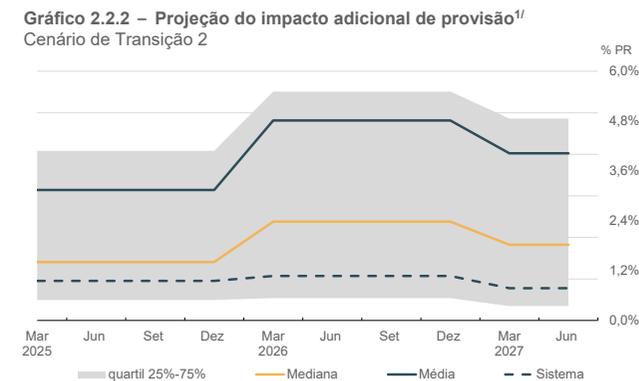
Os setores de agricultura e pecuária e de transportes apresentam as maiores reduções no valor adicionado quando comparado ao cenário sem imposição da taxa de carbono (Gráfico 2.2.1).¹¹³ A redução do valor adicionado decorre do aumento do custo de produção do próprio setor e do custo dos insumos utilizados na produção provenientes dos

demais setores. A imposição de uma taxa de USD50 por tonelada emitida reduziria as emissões brasileiras em 23% em 2030 às custas de uma redução de 0,3p.p. no crescimento anual previsto do PIB para o quinquênio 2025-2030 em relação ao cenário base. Para uma taxa de USD100, as reduções de emissões e de crescimento anual seriam de 38% e de 0,5p.p., respectivamente. As reduções das emissões setoriais são proporcionais às reduções do valor adicionado de cada setor.



1/ A área das bolhas representam o valor relativo do crédito para as seções CNAE A, B, C, D, E, F e H.

As perdas para as IFs concentram-se, principalmente, nos setores de indústrias de transformação, construção e transporte¹¹⁴ devido ao aumento dos ativos problemáticos desses setores. Entre os setores que mais emitem GHG, as IFs estão mais expostas aos setores agropecuário, indústrias de transformação e transportes (Gráfico 2.2.1).¹¹⁵ Os impactos das despesas adicionais de provisão sobre as IFs não são homogêneos e decorrem dos diferentes níveis de exposição aos setores mais intensivos em carbono (Gráfico 2.2.2). Contudo, a elevada exposição do SFN ao setor agropecuário não se traduz em impactos equivalentes, por exibir menor proporção de APs quando comparado aos demais setores econômicos.



1/ Valores representam percentual da dedução adicional de provisão em relação ao patrimônio de referência na data-base.

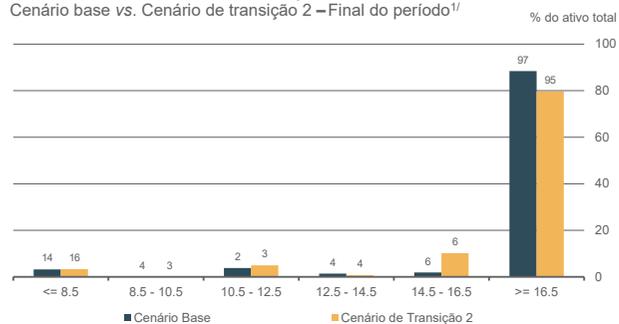
113 Setores econômicos representados pelas Seções Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) A: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; B: indústrias extrativas; C: indústrias de transformação; D: eletricidade e gás; E: água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; F: construção; e H: transporte, armazenagem e correio.

114 Seções CNAE C, F e H.

115 Seções CNAE A, C e H.

Os resultados indicam que o impacto sobre o capital das instituições é limitado, em função do aumento moderado dos APs dos setores mais impactados pela taxa de carbono. A comparação entre o cenário base e o cenário de transição 2 mostra uma leve redução nos índices de capital das instituições, sem impacto significativo na capitalização do sistema (Gráfico 2.2.3).

Gráfico 2.2.3 – Distribuição das IFs por faixa de IB
Cenário base vs. Cenário de transição 2 – Final do período^{1/}



^{1/} Os valores acima das barras referem-se ao número de IFs em cada situação.



Sumário



Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice

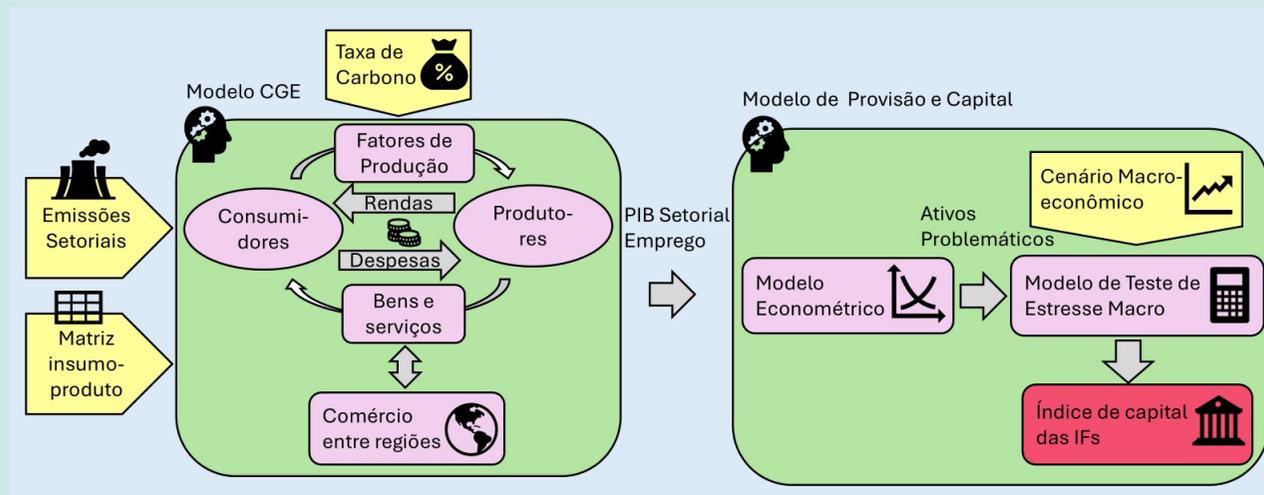


Anexos

Boxe – Metodologia para estimar o risco climático de transição

A metodologia proposta para avaliar potenciais impactos de mudanças climáticas no SFN consiste em três partes (Figura 2.2.1). Primeiro, os efeitos macroeconômicos decorrentes do aumento dos custos da transição para uma economia de baixo carbono nos setores econômicos brasileiros foram simulados por meio da calibração de um modelo de equilíbrio geral computável. Segundo, foi estimado um modelo de risco de crédito para traduzir os impactos econômicos sobre os diferentes setores econômicos na qualidade dos ativos das IFs. Por fim, utilizando a metodologia consolidada no teste de estresse macroeconômico do BC, a capacidade de absorção desses choques pelas IFs e, em última instância, a estabilidade do SFN foram avaliadas.

Figura 2.2.1 – Representação esquemática do conjunto de modelos utilizados para estimar o risco de transição



Modelo de Equilíbrio Geral Computável

Para avaliar o impacto sobre os diferentes setores econômicos, desenvolveu-se um modelo de Equilíbrio Geral Computável (CGE) com vistas a incorporar

efeitos macroeconômicos de uma taxa de carbono na economia brasileira, mas sem considerar os efeitos sobre preços e de resposta da política monetária.¹¹⁶

116 O desenvolvimento do modelo contou com a parceria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O modelo é baseado em: Oliveira, J. M. (2020) Efeitos da equalização tributária regional/setorial no Brasil: uma aplicação de equilíbrio geral dinâmico. Universidade de Brasília; e Caliendo, L.; Dvorkin, M.; Parro, F. (2019) Trade and labor market dynamics: General equilibrium analysis of the China trade shock. *Econometrica*, v. 87, n. 3.



 Sumário



 Sumário Executivo

 I

 Capítulo

 II

 Capítulo



 Apêndice



 Anexos

O modelo utilizado representa a economia brasileira por meio de 46 setores econômicos que interagem com dez blocos comerciais ao redor do mundo. O modelo considera as interações entre os agentes econômicos (setor produtivo, famílias, governo e exportadores/importadores) e o efeito da migração intersetorial da força de trabalho no Brasil ao longo do tempo. Dessa forma, é possível simular a evolução da economia, especialmente para horizontes de curto e médio prazo, em razão da rigidez assumida para as estruturas produtivas.

A magnitude e as interrelações dos setores econômicos brasileiros e dos blocos comerciais foram representadas por meio de matrizes insumo-produto, ano base-2017. As emissões de GHG no Brasil são divulgadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), enquanto o efeito da migração intersetorial de mão de obra é estimado a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Por fim, os dados econômicos do IBGE referentes ao período 2018-2024 foram utilizados para representar a evolução da economia brasileira até o ano inicial do horizonte de simulação.

Uma taxa de emissão de gás carbônico e de outros gases em termos equivalentes (CO_2e) é introduzida para simular impactos no valor adicionado (PIB) dos setores econômicos, no período 2025-2030. As estimativas para os preços por tonelada de carbono equivalente emitido ($\text{USD}/\text{tCO}_2\text{e}$) têm por base um levantamento de implementações de políticas públicas de precificação ou taxação da emissão de GHG, bem como análises de cenários climáticos realizados em outros países.¹¹⁷

Na avaliação do risco de transição para o sistema financeiro, foram simulados dois cenários de elevação gradual dos custos de emissões, aplicados a todos os setores econômicos, iniciando em 2025 e atingindo linearmente os valores de $50\text{USD}/\text{tCO}_2\text{e}$ e $100\text{USD}/\text{tCO}_2\text{e}$ em 2030 – cenários de transição 1 e 2, respectivamente. Essa metodologia produz trajetórias dos PIBs setoriais em cada cenário, refletindo o custo adicional da emissão de carbono.

Modelo econométrico

A conexão entre o efeito do aumento dos custos de emissão nos diferentes setores econômicos e as IFs e

as potenciais implicações para a estabilidade financeira é estabelecida pelo modelo de risco de crédito.

O modelo de risco de crédito estima a relação entre a proporção de AP dos diversos setores econômicos nas carteiras das IFs e variáveis macroeconômicas como PIB setorial, desemprego, inflação e taxa de juros. Para a realização do exercício, foram consideradas as instituições bancárias e as modalidades de crédito rural e crédito para PJs. Foi estimado um modelo de efeitos fixos de dados em painel, cujos indivíduos são as divisões CNAE, que aglutinam as diferentes atividades econômicas, para o período de 2012 a 2021.

Estimados os parâmetros do modelo, projetam-se, para o período de 2025 a 2027, a proporção de APs para cada IF. Para essas projeções, utilizam-se as trajetórias dos PIBs setoriais simuladas no modelo CGE. Para as demais variáveis macroeconômicas, foi utilizado o cenário-base do teste de estresse macroeconômico realizado periodicamente pelo BC e descrito no “Boxe – Descrição dos cenários utilizados no teste de estresse macroeconômico” deste Relatório.

117 World Bank (2021). Not-so-magical realism: A climate stress test of the Colombian banking system. EFI Insight-Finance. Washington, DC: World Bank. IMF (2022). Mexico Financial Sector Assessment Program: Technical note climate risk analysis. IMF Country Report No. 22/360, 2022. World Bank (2023). State and Trends of Carbon Pricing 2023. Washington, DC: World Bank.

Modelo de cálculo de capital: teste de estresse macro

Por fim, para avaliar a capacidade do SFN em enfrentar os efeitos advindos da transição para uma economia de baixo carbono, são contabilizados os impactos da redução da qualidade dos ativos no capital das IFs utilizando a metodologia aplicada no teste de estresse macroeconômico.¹¹⁸ Assume-se que a composição das carteiras das IFs não se altera ao longo do tempo (balanço estático). As eventuais despesas adicionais de provisão decorrentes do estoque projetado de APs são incorporadas aos choques macroeconômicos do cenário base, e os efeitos sobre os balanços e os índices de capitalização das IFs são calculados. Dessa forma, é possível mensurar o impacto do aumento dos custos de emissão de GHG e as possíveis perdas para as instituições mais expostas aos setores econômicos intensivos em carbono.

¹¹⁸ Ver *Anexos – Conceitos e Metodologias* para detalhes sobre a metodologia do teste de estresse macroeconômico.



Sumário



Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

2.3 Convergência regulatória com os padrões contábeis internacionais: instrumentos financeiros e *hedge*

Pesquisa do BC indica que as novas regras para contabilizar instrumentos financeiros obrigará muitas entidades a elevarem suas provisões para perda.

Novos conceitos e critérios contábeis para mensurar, registrar e divulgar instrumentos financeiros entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sofrerá alterações relevantes na forma de cálculo e no escopo de instrumentos a ela sujeitos. Com o fim de avaliar o impacto das novas regras, o BC pesquisou entidades responsáveis por cerca de 84% das exposições de crédito do SFN. As entidades pesquisadas estimam aumento agregado de R\$37,8 bilhões nas provisões, que representam 10,7% das provisões atuais. Apesar do impacto no início da transição, as novas regras deixarão o SFN mais robusto para enfrentar o risco de crédito.

Novos conceitos e critérios contábeis para mensurar, registrar e divulgar instrumentos financeiros entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.¹¹⁹

A convergência das normas contábeis aplicáveis no âmbito do SFN com o padrão contábil internacional avançará significativamente, uma vez que as novas regras estão alinhadas com os pronunciamentos contábeis *International Financial Reporting Standard* (IFRS 9) *Financial Instruments* e IFRS 7 *Financial Instruments: Disclosures*. Os instrumentos financeiros representam mais de 70% dos ativos totais das instituições autorizadas a funcionar pelo BC. O IFRS 9 delineia os conceitos e os critérios contábeis para classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e provisionamento de instrumentos financeiros, bem como os critérios contábeis para designação e reconhecimento de *hedge*. Já o IFRS 7 dispõe sobre os requerimentos de divulgação de informações que permitam avaliar a natureza e a relevância dos riscos resultantes das operações com instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira e para o desempenho da instituição.

A mensuração de ativos e passivos financeiros está entre as mudanças mais relevantes. Inicialmente, esses instrumentos passam a ser avaliados pelo valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor

justo ou pelo custo amortizado, de acordo com a sua classificação inicial. Adicionalmente, as receitas e os encargos passarão a ser apropriados periodicamente utilizando-se o método de juros efetivos, tornando o reconhecimento contábil mais próximo do fluxo financeiro das operações.

Há duas metodologias para as entidades estimarem as perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a metodologia completa e a metodologia simplificada.¹²⁰ Na metodologia completa, as perdas esperadas são avaliadas considerando a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como AP e a expectativa de recuperação do instrumento. Esses parâmetros devem ser estimados de forma prospectiva, com base nas condições econômicas correntes e previstas, considerando os estágios em que os instrumentos estão alocados. Na metodologia simplificada, as perdas esperadas são avaliadas a partir de fatores de risco da contraparte e do instrumento financeiro, considerando a eventual condição de ativo problemático do instrumento.

119 Resolução CMN 4.966, de 2021, e Resolução BCB 352, de 2023.

120 Devem utilizar a metodologia completa as entidades dos segmentos S1, S2 e S3, os sistemas cooperativos de dois ou de três níveis que contenham instituição enquadradas nesses segmentos, as Instituições de Pagamento do tipo 2 com ativo total superior a 0,1% do PIB e as entidades do S4 autorizadas pelo BC para adotar essa metodologia. As demais entidades devem utilizar a metodologia simplificada.



Sumário



Sumário Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

Além de constituir provisões em montantes correspondentes às perdas esperadas dos instrumentos financeiros, as entidades deverão observar níveis regulamentares de provisão para perdas incorridas e de provisão adicional para perdas esperadas.

As entidades deverão registrar provisões para perdas incorridas¹²¹ para os ativos financeiros com atraso superior a noventa dias¹²² e para os ativos financeiros cuja contraparte seja PJ em processo falimentar. Além disso, as entidades que utilizam a metodologia simplificada deverão constituir, complementarmente à provisão para perdas incorridas, provisão adicional para perdas esperadas¹²³ para operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de arrendamento financeiro, valores a receber relativos a transações de pagamento com usuários finais e outros ativos financeiros originados em decorrência de renegociação dessas operações.

Haverá também aumento do escopo de instrumentos sujeitos à provisão para perdas esperadas.

As regras contábeis atuais preveem requerimento de provisão para operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito, operações de arrendamento mercantil e garantias financeiras prestadas.¹²⁴ As novas regras ampliam o escopo de instrumentos financeiros sujeitos à provisão, passando a englobar os compromissos de crédito não canceláveis, os créditos a liberar e os ativos financeiros de forma geral,¹²⁵ que incluem, por exemplo, debêntures e demais títulos privados.

O BC realizou pesquisa com as entidades para avaliar o impacto das novas regras nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A pesquisa solicitou a uma amostra de entidades informações sobre as provisões apuradas segundo as novas regras, considerando suas estimativas de

perda esperada, as provisões para perdas incorridas e as provisões adicionais para perdas esperadas, no caso de entidades que utilizem a metodologia simplificada. Os dados solicitados se referem à data-base junho de 2024 e incluem (i) operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito; (ii) debêntures e outros Títulos e Valores Mobiliários (TVMs) com característica de concessão de crédito; (iii) demais ativos financeiros classificados como custo amortizado; (iv) garantias financeiras prestadas; (v) compromissos de crédito e (vi) créditos a liberar. A amostra foi formada por noventa entidades,¹²⁶ responsáveis por 83,6% das exposições de crédito do SFN que fazem parte do escopo do SCR.¹²⁷ Dessas entidades, 49 utilizarão a metodologia completa¹²⁸ e 41 a metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

121 Os níveis de provisão para perda incorrida são definidos por carteira e faixa de atraso.

122 Em linha com as perdas dedutíveis para fins de tributação sobre a renda na forma da Lei 14.467, de 2022.

123 Os níveis de provisão adicional para perdas esperadas são definidos por carteira, faixa de atraso e ativos problemáticos.

124 Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e Resolução CMN 4.512, de 28 de julho de 2016.

125 Não incluem instrumentos patrimoniais de outra entidade, instrumentos derivativos e ativos financeiros classificados na categoria valor justo no resultado (VJR) mensurado no nível 1 da hierarquia de valor justo, exceto títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito.

126 Sistemas Cooperativos que participaram da pesquisa responderam de forma agregada. Considerando todas as cooperativas dos sistemas como entidades individuais, temos 540 entidades participantes da pesquisa.

127 Há exposições sujeitas à constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito que não fazem parte do escopo do SCR atualmente.

128 Considerando todas as cooperativas dos sistemas como entidades individuais, 499 entidades utilizarão a metodologia completa.



Sumário



Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

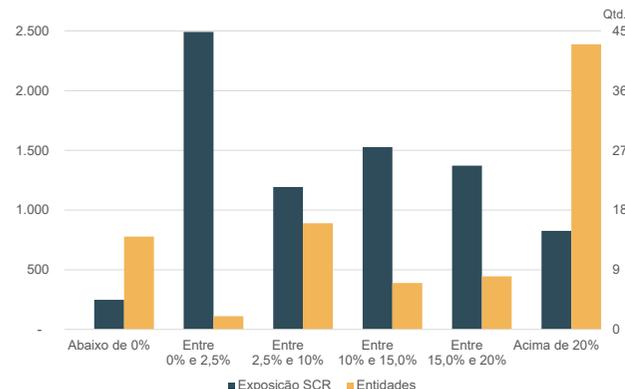
Entidades estimam um aumento agregado de R\$37,8 bilhões nas provisões, que representam 10,7% das provisões atuais.

Para os instrumentos financeiros em que há requerimento de provisão nas regras contábeis atuais, o aumento estimado nas provisões é de R\$31,8 bilhões (9,6% das provisões atuais desses instrumentos). Em relação aos instrumentos que passarão a ter requerimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o aumento estimado nas provisões é de R\$6,0 bilhões (1,7% em relação às provisões atuais registradas para todos os instrumentos financeiros). Cabe ressaltar que, por se tratar de um novo regime contábil, o aumento das provisões afetará o capital, mas não o resultado das entidades.

A adaptação às novas regras de contabilização de instrumentos financeiros não representa risco à estabilidade do SFN, embora deva haver aumento significativo de provisão em muitas entidades.

De acordo com a pesquisa, as exposições de crédito estão concentradas em entidades com impactos de provisão inferiores a 20%. Apesar de grande parte das entidades que responderam à pesquisa indicarem um aumento de provisão para risco de crédito acima de 20%, suas exposições de crédito representam 10,8% das exposições das entidades participantes. Cerca de 35% das entidades reportaram impactos de provisão abaixo de 10% e representam mais de metade das exposições de crédito (Gráfico 2.3.1).

Gráfico 2.3.1 – Distribuição de exposição e de entidades
Por faixa de impacto nas provisões



2.4 Gestão de crises tecnológicas e cibernéticas

As IFs devem estar preparadas para enfrentar eventos adversos que possam originar crises operacionais, com implicações inclusive para seus pares e para o SFN de forma ampla. A elevada interconectividade entre os participantes do SFN, o foco no provimento de serviços por meio de canais digitais e a dependência de provedores de serviços de tecnologia, somados a ambientes tecnológicos cada vez mais complexos, caracterizados pelo uso massivo de modelos computacionais, incluindo modelos de inteligência artificial, elevam o risco de ocorrência

de eventos operacionais com potencial para afetar o regular funcionamento do sistema financeiro. Embora as instituições disponham de planos de resposta a incidentes estabelecidos e processos de gestão de continuidade estruturados, não deve ser descartada a possibilidade de ocorrência de eventos ainda não previstos, para os quais as instituições não tenham procedimentos de resposta e recuperação previamente estabelecidos. Nessas situações, é importante que os agentes envolvidos na gestão da crise estejam cientes de seu papel e tomem decisões tempestivas para mitigar o impacto de um incidente severo e recuperar os serviços impactados o mais rapidamente possível.

Avaliação desenvolvida pelo BC envolvendo instituições relevantes do SFN possibilitou identificar as capacidades necessárias para implementar um processo efetivo para a gestão de crises operacionais. O estudo, focado na gestão de crises tecnológicas e cibernéticas, considerou oito instituições sistemicamente relevantes e buscou identificar como essas instituições se organizaram para enfrentar crises operacionais severas, a partir da análise das políticas, normativos internos e documentação em geral, das estruturas de governança estabelecidas, dos planos de comunicação e de continuidade de negócios desenvolvidos, dos mecanismos para gestão de crises envolvendo terceiros e da verificação do papel das linhas de defesa.



Sumário



Sumário Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos



 Sumário



 Sumário Executivo

 I
 Capítulo

 II
 Capítulo



 Apêndice



 Anexos

O primeiro passo para estabelecer um processo de gestão de crises efetivo e bem estruturado consiste em estabelecer uma definição para crise operacional. A definição de crise operacional servirá como referência para identificar tempestivamente situações em que o agravamento de um incidente exija, para o seu devido tratamento, a declaração de crise e início dos procedimentos para a gestão da crise. Evento adverso severo, inesperado e complexo, comprometimento da disponibilidade das operações, ameaça à estratégia, deterioração financeira, risco à reputação, risco às pessoas e, no limite, risco à existência da instituição são termos tipicamente encontrados nas definições de crise mapeadas na avaliação desenvolvida pelo BC.

Além da definição de crise, também é determinante estabelecer critérios objetivos para caracterizar situações que possam indicar a ocorrência de crises tecnológicas e cibernéticas. As instituições avaliadas revisam periodicamente a classificação dos incidentes em tratamento. O tempo previsto para solução, o impacto em clientes (por exemplo, canais indisponíveis), os sistemas críticos afetados e o impacto em grades de processamento são exemplos de fatores considerados na reavaliação periódica dos incidentes e que podem indicar a necessidade de escalar para uma situação de crise.

Outra capacidade importante envolve criar estrutura robusta para a gestão de crises, que, considerando as instituições analisadas, é constituída tipicamente de componente organizacional dedicado ao processo, grupos táticos/operacionais que atuam na resolução dos incidentes e comitê de crises, que conta com participantes da alta administração e detém o processo de tomada de decisões estratégicas. A estrutura de governança para gestão de crises tipicamente engloba a definição da estratégia, manutenção do processo, execução das atividades da gestão de crises e de recuperação pós crise. Uma equipe dedicada ao processo de gestão de crises é responsável por manter o processo atualizado, estabelecer diretrizes e procedimentos, capacitar as pessoas envolvidas, fazer a interlocução entre as áreas operacionais e o comitê de crises e, no momento de uma crise, acionar esse comitê. Nos grupos táticos/operacionais, responsáveis técnicos atuam na resolução do evento, bem como apoiam a execução do plano de comunicações. São grupos acionados pela equipe de gestão de crises e normalmente incluem representantes das áreas de negócios e/ou produtos. O comitê de crises tem a responsabilidade de avaliar os impactos de uma crise, decidir sobre quais áreas serão acionadas e quais ações serão adotadas, de coordenar a comunicação com as partes interessadas e monitorar as ações desenvolvidas e a repercussão da crise. Comumente, é composto pelo presidente e diretores das áreas impactadas, diretamente envolvidos na tomada de decisões.

Ainda tratando de aspectos de governança, a avaliação desenvolvida pelo BC realçou a importância de envolver a alta administração no enfrentamento de crises. As instituições participantes do estudo destacaram-se pela elevada consciência do risco tecnológico e cibernético da alta administração, o que tem garantido a atenção ao tema e investimentos nas melhores práticas tanto para prevenção de incidentes quanto na preparação para enfrentamento de eventuais crises. A alta administração tende a se mobilizar desde o início de um incidente mais grave, antes mesmo de ser acionada a gestão de crise. Lições aprendidas durante a pandemia também foram importantes para facilitar a participação tempestiva da alta administração, como utilizar salas virtuais pré-configuradas para acompanhamento de incidentes, propiciando um ambiente mais ágil e eficaz para a tomada de decisões.

A gestão de crises deve ser amparada por políticas, procedimentos e planos devidamente estabelecidos e testados. O arcabouço normativo das instituições contempla, pelo menos:

- Política e/ou norma corporativa para a gestão de crises: definição de conceitos, governança, abrangência, responsabilidades e procedimentos da gestão de crises.



Sumário



Sumário Executivo

 I
Capítulo

 II
Capítulo



Apêndice



Anexos

- Política e/ou norma corporativa para a continuidade de negócios: estabelecimento de diretrizes e mecanismos para assegurar a continuidade dos negócios e a integridade de dados dos processos críticos dentro dos níveis de tolerância a impacto, por meio de processos de gestão e governança.
- Norma corporativa referente à gestão de incidentes de TI: definição de diretrizes, governança, classificação, categorização, impacto, urgência, priorização, responsabilidades e, em alguns casos, detalhes de procedimentos e ferramentas.
- Política Corporativa de Segurança da Informação/ Política de Segurança Cibernética: estabelecimento de princípios, diretrizes e atribuições relacionadas à segurança da informação e proteção de dados da instituição.
- Norma corporativa para tratar incidentes de Segurança de Informação (SI): definição de responsabilidades no tratamento de incidentes de SI, governança na tomada de decisão considerando cenários de comprometimento das informações e ativos da instituição causados por um ataque cibernético.

A adequada gestão de uma crise operacional também depende de um processo de comunicação efetivo e objetivo. Uma comunicação mal realizada

ou a exposição indevida de informações podem aprofundar os efeitos de uma crise. As instituições analisadas dispõem de fluxo de comunicação em caso de crise declarada, incluindo a previsão de comunicação aos reguladores a partir de decisão tomada pelo comitê de crises. Há treinamentos e controles para mitigar o risco de possível exposição indevida de informações. Algumas instituições padronizaram os comunicados a serem utilizados nas comunicações interna e externa em situações de crise.

Também é importante que o processo de gestão de crises considere a identificação e a gestão de eventos originados em provedores de serviços críticos, dada a dependência cada vez maior das IFs em relação a esses provedores. Normalmente, os gestores de negócios são responsáveis por monitorar e identificar problemas no desempenho de provedores de serviços contratados. As áreas de TI e de SI também monitoram possíveis incidentes nos provedores e parceiros por diferentes meios: monitoração dos serviços prestados, coleta de informações da *Dark Web/ Deep Web*, contratação de serviços de inteligência e de informações de incidentes, entre outros. Três das oito instituições do estudo declararam que conseguiram detectar que um incidente havia ocorrido em um dos seus fornecedores ou parceiros antes de serem comunicados. Entre elas, duas, inclusive, declararam ter apoiado os respectivos fornecedores na resolução do incidente.

Testes periódicos do processo de gestão de crises e dos planos estabelecidos são cruciais para aumentar as chances de sucesso durante o enfrentamento de um evento de alta severidade. Testes dos procedimentos e planos estabelecidos têm o objetivo de validar sua adequação aos objetivos operacionais definidos, bem como identificar eventuais deficiências e oportunidades de melhoria. Os testes também são importantes para verificar se todos os envolvidos na simulação estão cientes de suas responsabilidades, bem como para assegurar que possuem proficiência adequada para tratar as causas e as consequências de um incidente.

Embora as instituições consideradas na avaliação ainda não tenham vivenciado crises operacionais ocasionadas por ataques cibernéticos, o desenvolvimento de exercícios cibernéticos vem se mostrando necessário para avaliar e aprimorar as capacidades de resposta a incidentes cibernéticos e de recuperação dos serviços impactados. No caso de incidentes cibernéticos, as instituições costumam realizar simulações e testes de mesa, considerando diferentes cenários cibernéticos predeterminados. Dentre os cenários tipicamente explorados, destacam-se ataque *ransomware*, ataque de negação de serviço (DDoS) e vazamento de informações.

A avaliação também possibilitou identificar pontos de preocupação, como a necessidade de manter o treinamento e a conscientização sobre o risco do corpo funcional, de promover maior colaboração entre as instituições do SFN no enfrentamento de crises sistêmicas e de buscar aprimoramentos na comunicação de incidentes ocorridos em fornecedores. As instituições informaram que é um grande desafio manter seu corpo funcional, em especial os profissionais diretamente ligados à gestão de crises, treinado e atualizado para o enfrentamento de crises. Além disso, apesar dos relatos de colaboração entre as instituições nos casos de incidentes globais, as instituições analisadas destacaram a importância de avançar na realização de exercícios cibernéticos do setor financeiro com o objetivo de responder de forma coordenada em caso de crises sistêmicas. Por fim, destacaram a necessidade de avançar na comunicação de incidentes verificados em provedores de serviços críticos, que ainda não ocorre de forma fluida e tempestiva.

Um processo lento de tomada de decisões pode potencializar os impactos de um incidente e prejudicar o rápido retorno à normalidade

Documentação desatualizada impede a adoção de medidas tempestivas, além de aumentar o risco de ocorrência de novos incidentes

Planos de resposta desatualizados, além de inefetivos, podem ocasionar novos incidentes

Não dispor de mecanismos para acompanhar incidentes ocorridos em provedores de serviços críticos fragiliza a gestão de crises da instituição

Uma comunicação errática pode potencializar a crise

O que fazer?

- Estabelecer papéis e responsabilidades
- Definir critérios objetivos para conduzir a tomada de decisão
- Elaborar documentação clara e objetiva(*), com foco na usabilidade de quem consumirá as informações
- Manter a documentação disponível
- (* Quantidade não necessariamente indica qualidade
- Manter planos tempestivamente atualizados, principalmente, quando mudanças significativas são implementadas no ambiente tecnológico
- Testar periodicamente os planos estabelecidos
- Monitorar a execução dos serviços providos por terceiros
- Estabelecer protocolo de comunicação sobre incidentes
- Formalizar acordos de nível de serviço em contrato, incluindo indicadores relacionados à comunicação de incidentes
- Estabelecer plano de comunicação
- Utilizar a comunicação como ferramenta de enfrentamento da crise, em especial, para eliminação de ruídos e para tranquilizar o mercado/terceiros
- Elaborar modelos de comunicação

O que não fazer?

- Atuar de forma improvisada e sem a adequada fundamentação
- Manter documentação excessivamente detalhada e de difícil atualização
- Armazenar informações em locais de difícil acesso durante uma situação de crise
- Não testar os planos
- Atualizar os planos somente após a realização de testes
- Delegar totalmente para o terceiro o tratamento da crise
- Não estabelecer papéis e responsabilidades no tratamento de incidentes
- Gerar expectativas infundadas (por exemplo, definir um prazo de retorno que não será cumprido)
- Comentar sobre informações internas ou assuntos que envolvam outras partes
- Responder questões sobre as quais não possui competência ou responsabilidade direta
- Responder de forma precipitada ou fornecer informações imprecisas, incorretas ou incompletas



Sumário

Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

As instituições consideradas no estudo demonstraram elevada maturidade na gestão de crises operacionais; não obstante, o BC permanecerá envidando esforços para aprimorar resiliência operacional do setor financeiro de forma ampla, com destaque para a realização de ações de conscientização e a execução de exercícios cibernéticos integrados. A agenda estratégica do BC inclui ações de conscientização para o compartilhamento de conhecimento e a disseminação de conhecimento sobre boas práticas de resiliência operacional. Além disso, o BC trabalhará na execução de exercícios cibernéticos em conjunto com o setor financeiro, buscando inclusive treinar ações coordenadas para o enfrentamento de crises.

Apêndice

Administração do Banco Central do Brasil

Siglas

Dólar	3,464	3,1556
Euro	3,7064	3,7085
Ibovespa	67,671	67,659
CDI	9,14%	9,06%

Administração do Banco Central do Brasil

Diretoria Colegiada

Roberto de Oliveira Campos Neto

Presidente

Paulo Picchetti

Diretor

Ailton de Aquino Santos

Diretor

Otávio Ribeiro Damaso

Diretor

Carolina de Assis Barros

Diretora

Renato Dias de Brito Gomes

Diretor

Diogo Abry Guillen

Diretor

Rodrigo Alves Teixeira

Diretor

Gabriel Muricca Galípolo

Diretor



Sumário



Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

Siglas

Abac

Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios

Acrefi

Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento

ACCP

Adicional Contracíclico de Capital Principal

ACCPBrasil

Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil

ACP

Adicional de Capital Principal

ACPConservação

Adicional de Capital Principal Conservação

ACPContracíclico

Adicional de Capital Principal Contracíclico

ACPSistêmico

Adicional de Capital Principal Sistêmico

AE

Economia avançada

AP

Ativo problemático

ASF

Available Stable Funding

ATA

Ativo total ajustado

BC

Banco Central do Brasil

BCBS

Comitê de Supervisão Bancária de Basileia – *Basel Committee on Banking Supervision*

BIC

Negócios Ponderados – *Business Indicator Component*

BIS

Banco de Compensações Internacionais

CCB

Cédulas de Crédito Bancário

CCF

Comitê para Enfrentamento de Crises Financeiras

CCP

Contraparte Central – *Central Counterparty*

CDA

Certificado de Depósito Agropecuário

CDCA

Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio

CDB

Certificado de Depósito Bancário

CGE

Computable general equilibrium

CIP-Sitraf

Sistema de Transferências de Fundos

CIs

Captações Intermediadas

CNPJ

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

Comef

Comitê de Estabilidade Financeira



Sumário



Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos



Sumário

Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

CNAE

Classificação Nacional das Atividades Econômicas

CP

Capital Principal

CPR

Cédulas de Produto Rural

CR

Comprometimento de renda

CRA

Certificado de Recebíveis do Agronegócio

CRI

Certificado de Recebíveis Imobiliários

CRI

Comprometimento de Renda Individual

CSLL

Contribuição Social sobre Lucro Líquido

CVM

Comissão de Valores Imobiliários

DI

Depósito Interfinanceiro

Ebitda*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization***EME**

Economia emergente

ESs

Entidades Supervisionadas

ETS*Emissions trading system***EUA**

Estados Unidos da América

Febraban

Federação Brasileira de Bancos

Fed*Federal Reserve***FGC**

Fundo Garantidor de Créditos

FGCoop

Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

FGTS

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIDC

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios

FIFs

Fundos de Investimento Financeiros

FMI

Fundo Monetário Internacional

FPR

Fator Primitivo de Risco

GHG*Greenhouse gas***GSIB***Global Systemically Important Bank***IAPR**

Índice de Adequação do Patrimônio de Referência

IB

Índice de Basileia

Ibovespa

Índice da Bolsa de Valores de São Paulo

ICP

Índice de Capital Principal



Sumário

Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

IEO

Índice de Eficiência Operacional

IF

Instituição financeira

IFRS*International Financial Reporting Standard***IL**

Índice de Liquidez

ILE

Índice de Liquidez Estrutural

ILMMultiplicador de Perdas Internas – *Internal Loss Multiplier***IP**

Instituição de pagamento

IPCA

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPCC*Intergovernmental Panel on Climate Change***IPR1**

Índice de Capital de Nível I

IVG-R

Índice de Valor de Garantias Reais

LCA

Letra de Crédito do Agronegócio

LCI

Letra de Crédito Imobiliário

LCR*Liquidity Coverage Ratio***LFL**

Linhas Financeiras de Liquidez

LGD*Loss Given Default***LIG**

Letra Imobiliária Garantida

LTV*Loan-to-value***MAV**

Mantidos até o Vencimento

MBS*Mortgage-backed security***MCMV**

Minha Casa Minha Vida

MCTI

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MPME

Micro, pequenas e médias empresas

NCA

Nota Comercial do Agronegócio

NGFS*Network for Greening the Financial System***NII**Resultado de Juros – *Net Interest Income***NRT***Near Real-Time***NSFR**Indicador de Liquidez de Longo Prazo – *Net Stable Funding Ratio***NTN-B**

Nota do Tesouro Nacional Série B

PBCBanco Popular da China – *People's Bank of China*

PD

Probabilidade de *Default*

Peac

Programa Emergencial de Acesso a Crédito

PEC

Programa de Estímulo ao Crédito

PEF

Pesquisa de Estabilidade Financeira

PF

Pessoa física

PFMI

Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro – *Principles for Financial Market Infrastructures*

PIB

Produto Interno Bruto

PJ

Pessoa jurídica

PR

Patrimônio de Referência

Previc

Superintendência Nacional de Previdência Complementar

Pronampe

Programa Nacional de Apoio às Microempresas

PTC

Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito

RA

Razão de Alavancagem

RAIS

Relação Anual de Informações Sociais

RDB

Recibo de Depósito Bancário

REF

Relatório de Estabilidade Financeira

RS

Rio Grande do Sul

ROE

Retorno sobre o Patrimônio Líquido – *Return on Equity*

RSF

Recursos Estáveis Necessários – *Required Stable Funding*

RWA

Ativos Ponderados pelo Risco – *Risk-Weighted Asset*

RWAOPAD

Risco operacional mediante abordagem padronizada

S1

Segmento 1

S2

Segmento 2

S3

Segmento 3

S4

Segmento 4

SaaS

Software as a Service

SAC

Sistema de Amortização Constante

SCR

Sistema de Informações de Crédito

Selic

Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SFH

Sistema Financeiro da Habitação



Sumário



Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos



Sumário



Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

SFN

Sistema Financeiro Nacional

SGS

Sistema Gerenciador de Séries Temporais

SI

Segurança de Informação

SMF

Sistemas do Mercado Financeiro

SNCC

Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

SPB

Sistema de Pagamentos Brasileiro

SPI

Sistema de Pagamentos Instantâneos

SRisk

Indicador de risco sistêmico

STR

Sistema de Transferência de Reservas

Susep

Superintendência de Seguros Privados

TCFD

Task Force on Climate-Related Financial Disclosures

TI

Tecnologia da Informação

TPF

Título Público Federal

TVM

Título e Valores Mobiliário

WA

Warrant Agropecuário

Anexos

Conceitos e Metodologias

Trabalhos para Discussão sobre Estabilidade Financeira

Dólar	3,464	3,1556
Euro	3,7064	3,7085
Ibovespa	67,671	67,659
CDI	9,14%	9,06%

Conceitos e Metodologias

- 1. Comprometimento de renda individual (CRI)** – Definido como a razão entre o serviço da dívida mensal e a renda mensal do tomador de crédito. A medida utiliza dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil (BC) e permite o cálculo para cada tomador de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN), e, a partir dos dados individualizados, o cálculo de medidas de tendência central tanto para o SFN quanto para outros níveis de agregação.
- 2. Índice de Basileia (IB)** – Conceito internacional definido pelo BCBS que consiste na divisão do PR pelo *Risk-Weighted Asset (RWA)*. O requerimento mínimo de PR em relação ao RWA encontra-se definido pelas Resoluções 4.958, de 21 de outubro de 2021; 4.606, de 19 de outubro de 2017; e Resoluções BCB 198 e 200, ambas de 11 de março de 2022. Para instituições dos S1 a S4, o valor padrão do fator é de 8%. Para conglomerados liderados por IPs e sem nenhuma instituição integrante autorizada a funcionar pelo BC, o fator é de 8% de julho a dezembro de 2023, 10% durante 2024 e de 12% a partir de 2025. Para conglomerados liderados por IPs e integrados por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BC na data da publicação da Resolução BCB 200, de 2022, o fator aplicado é de 6,75% de julho a dezembro de 2023, 7,5% durante 2024 e 8% a partir de 2025. As cooperativas singulares não filiadas a cooperativas centrais e não optantes pela metodologia simplificada

definida na Resolução 4.606, de 19 de outubro de 2017, têm seus requerimentos mínimos elevados em 4%. Para instituições que adotam a metodologia simplificada, o valor do fator é de 12% para cooperativas singulares filiadas a cooperativas centrais e de 17% para as demais instituições.

- 3. Índice de Capital de Nível I (IPR1)** – Consiste no quociente entre o Capital de Nível I e o RWA. O requerimento mínimo de Capital de Nível I estabelecido pela Resolução 4.958 de 2021 e pela Resolução BCB 200, de 2022, é de 6% do RWA.
- 4. Índice de Capital Principal (ICP)** – Consiste no quociente entre o CP e o RWA. O requerimento mínimo de CP estabelecido pela Resolução 4.958 e pela Resolução BCB 200 é de 4,5% do RWA.
- 5. Adicional de Capital Principal (ACP)** – Exigência adicional de Capital Principal que corresponde à soma das seguintes parcelas: Adicional de Capital Principal Conservação ($ACP_{\text{Conservação}}$), Adicional de Capital Principal Contracíclico ($ACP_{\text{Contracíclico}}$) e Adicional de Capital Principal Sistêmico ($ACP_{\text{Sistêmico}}$). O valor da parcela $ACP_{\text{Conservação}}$ corresponde a 2,5% do RWA. O valor da parcela $ACP_{\text{Contracíclico}}$ é atualmente zero para exposições no Brasil, estando limitado ao percentual máximo de 2,5% do RWA. A parcela $ACP_{\text{Sistêmico}}$ depende da relação entre a exposição total e o PIB, sendo atualmente igual a 1% do RWA para as instituições

enquadradas no S1, nos termos da Resolução CMN 4.553, de 30 de janeiro de 2017. A insuficiência no cumprimento do ACP ocasiona as restrições descritas no art. 9 da Resolução 4.958 de 2021. A Resolução BCB 200, de 2022, estabeleceu exigência similar do ACP para conglomerados liderados por IPs e integrados por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BC com duas distinções: o percentual a ser aplicado ao RWA para apuração da parcela $ACP_{\text{Conservação}}$ é zero entre julho e dezembro de 2023 e de 1,25% do RWA durante o ano de 2024; e não há previsão de exigência da parcela $ACP_{\text{Sistêmico}}$. Como o Capital Principal excedente utilizado para cumprimento dos requerimentos mínimos de Capital de Nível I e de PR não pode ser utilizado para cumprimento do ACP, este acaba por se somar a todos os três requerimentos mínimos descritos nos itens anteriores.

- 6. Razão de Alavancagem (RA)** – Conceito internacional definido pelo BCBS que consiste na divisão do Capital Nível I pela Exposição Total. No Brasil, a Circular BCB 3.748, de 27 de fevereiro de 2015, estabeleceu a metodologia de apuração da RA. O indicador busca complementar o conjunto de requisitos prudenciais atualmente existentes por meio de uma medida simples, transparente e não sensível a risco. O requerimento mínimo de 3,0% para a RA foi estabelecido pela Resolução CMN 4.615, de 30 de novembro de 2017, em vigor desde janeiro de 2018, sendo aplicado às instituições autorizadas pelo BC enquadradas nos S1 ou S2.

Sumário

Sumário Executivo

I
Capítulo

II
Capítulo

III
Apêndice

Anexos

7. Índice de Liquidez (IL) – De conceito similar ao indicador regulamentar LCR, o cálculo do IL relaciona o volume de ativos líquidos detidos pela instituição com o fluxo de caixa estressado (estimativa de desembolsos nos 30 dias úteis subsequentes em cenário de estresse).

- i. Ativos líquidos – Recursos líquidos disponíveis, marcados a mercado para cada conglomerado/instituição honrar seu fluxo de caixa estressado dos próximos trinta dias. A metodologia desconsidera as diferentes classificações contábeis de títulos, marcando títulos a mercado, ou pelo preço utilizado para lastro de operações compromissadas com o BC. Os ativos líquidos são o somatório dos ativos de alta liquidez, liberação de compulsório e recursos suplementares.
 - a. Ativos de alta liquidez – Abrangem: i) TPFs em poder da instituição nas posições livre ou recebido como lastro de operações compromissadas (posição doadora/bancada); ii) depósitos voluntários no BC; iii) ações do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa); iv) cotas de fundos de investimento líquidas; v) folga de caixa; e vi) reservas livres.
 - b. Compulsório liberado – Montante de depósitos compulsórios que será retornado à instituição em decorrência da saída de depósitos estimada no fluxo de caixa estressado.

c. Recursos suplementares – Outras opções para realização de caixa no horizonte do cenário: CBD, RDB, DI, posições ativas em estratégias de *box* e posições doadoras em operações compromissadas lastreadas em títulos privados.

- ii. Fluxo de caixa estressado – Estimativa do montante de recursos de que as instituições necessitariam dispor no horizonte de trinta dias, sob o cenário de estresse. As análises consideram o perfil dos depósitos (fuga de depósitos de varejo), as perspectivas de resgate antecipado (fuga de depósitos de atacado), a análise do estresse de mercado e o fluxo contratado.
 - a. Perfil dos depósitos (fuga de depósitos de varejo) – Estima o valor necessário para cobrir a possibilidade de saque de clientes em depósitos, poupança, operações de *box*, títulos de emissão própria e operações compromissadas com títulos privados.
 - b. Resgate antecipado (fuga de depósitos de atacado) – Estimativa do valor necessário para cobrir a possibilidade de solicitação de resgate antecipado das posições passivas efetuadas com as três maiores contrapartes de mercado, capturando o risco de concentração.
 - c. Estresse de mercado – Estima o valor necessário para cobrir perdas decorrentes do impacto de

oscilações de mercado nas posições de ativos líquidos ou naquelas que podem gerar saída de recursos da instituição em cenário de crise. As perdas compreendem: i) chamadas adicionais de margem de garantias; ii) pagamentos de ajustes ou liquidação de contratos vincendos no cenário de estresse; iii) perda de valor de ativos líquidos.

- d. Fluxo contratado – Vencimentos e ajustes de posições em derivativos e posições ativas e passivas com agentes de mercado, com vencimento dentro do horizonte do cenário.

8. Índice de Liquidez Estrutural (ILE) – O cálculo é uma razão entre recursos estáveis disponíveis, parcela do capital e dos passivos com a qual a instituição pode contar no horizonte de um ano, e recursos estáveis necessários, parte dos ativos, incluindo-se ativos fora de balanço, que devem ser financiados por recursos estáveis por possuírem prazos longos e/ou baixa liquidez. Instituições com ILE igual ou superior a um (100%) são menos suscetíveis a futuros desequilíbrios de liquidez decorrentes de descasamento de prazos entre ativos e passivos (liquidez estrutural). A metodologia de cálculo baseia-se nas regras do NSFR, que foi introduzido como cumprimento mínimo obrigatório a partir de outubro de 2018.

- i. Recursos estáveis disponíveis – Recursos que tendem a permanecer na instituição pelo prazo mínimo de um ano. As principais fontes de recursos estáveis dos

Sumário

Sumário Executivo

I
Capítulo

II
Capítulo

Apêndice

Anexos

bancos são o capital próprio; os passivos com prazo residual acima de um ano sem possibilidade de resgate antecipado, independentemente da contraparte; e as captações sem vencimento ou com vencimento inferior a um ano, oriundas de clientes de varejo.

- ii. Recursos estáveis requeridos – Montante de recursos estáveis necessário para financiar as atividades de longo prazo das IFs, estimado, portanto, em função das características de liquidez e do prazo dos ativos. Os principais ativos de longo prazo são a carteira de crédito com vencimento acima de um ano, os ativos em *default*, os TVMs de baixa liquidez ou depositados em garantia em câmaras, o ativo permanente e os itens deduzidos do capital regulatório

9. Empréstimos sobre captações ou *Loan-to-deposit ratio* (LTD) – O indicador LTD mensura a razão entre os empréstimos concedidos pelas IFs e o volume de depósitos de seus clientes, constituindo uma métrica complementar de avaliação de liquidez. Um LTD elevado significa que o volume de concessão de empréstimos corresponde a parcela relevante da base de depósitos da instituição, o que pode acarretar o aumento de seu risco de liquidez. Por sua vez, um LTD baixo pode ser um indício de que a instituição não esteja rentabilizando adequadamente seus ativos, na medida em que proporção significativa de seus depósitos pode estar alocada em ativos menos rentáveis que os de crédito. O escopo para o cálculo do LTD é o do conglomerado prudencial. As operações

compromissadas não compõem a base de captações, que está limitada a depósitos tradicionais, letras e alguns títulos subordinados.

10. Porte de PJs – Definido por meio de um algoritmo interno, que leva em conta três fontes de informação: i) a marcação de micro e pequenas empresas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Receita Federal do Brasil; ii) a moda do porte informado pelas IFs ao SCR (em caso de empate, considera-se o porte informado pela IF na qual o tomador tem a maior dívida); iii) os cortes de crédito amplo (crédito bancário, debêntures, notas comerciais e dívida externa internalizada) para delimitar a fronteira dos portes. Os critérios (i) e (ii) levam em consideração os critérios de receita bruta anual das Leis Complementares 123, de 2006, e 11.638, de 2007. O critério (iii) também serve para classificar empresas que não têm porte marcado pelo critério (i) e que não têm informação de porte pelo critério (ii).

11. Renda mensal – Como as informações podem divergir quando provenientes de diferentes ESs, adotou-se o seguinte procedimento: i) havendo mais de um porte de PF para cada tomador de crédito, utiliza-se a moda para definir o porte único do cliente e, como critério de desempate, o porte que apresentar no agregado o maior valor de carteira ativa; ii) entre as ESs que informem o porte único do cliente, considera-se o maior valor de renda, respeitados os limites inferior e superior do porte em questão; e iii) desconta-se do valor obtido uma estimativa da contribuição previdenciária e do imposto de renda.

12. Serviço da dívida mensal – Valores informados ao SCR da carteira ativa a vencer em até trinta dias, exceto para: a) financiamento habitacional, cujo valor a vencer em até trinta dias é estimado pelo SAC; b) cheque especial, cujo serviço da dívida corresponde ao valor dos juros mensal; e c) demais modalidades com caráter rotativo, cujos valores a vencer em até trinta dias são estimados pelo sistema de amortização Price. Considera todas as modalidades de crédito à PF, exceto crédito rural e aquelas cujas características tenham natureza de financiamento empresarial, apesar de contratadas com PFs. Embora também seja calculado, o serviço da dívida com as modalidades de cartão de crédito à vista ou parcelado loja não compõe a medida básica do CR, sendo incorporado ao serviço da dívida mensal em medidas alternativas do indicador em questão.

13. Testes de estresse de solvência – Compostos por um teste de estresse macroeconômico e por análises de sensibilidade a fatores de risco julgados relevantes, os testes de estresse são simulações utilizadas para estimar as perdas resultantes da materialização de eventos extremos, porém plausíveis, e avaliar a resiliência de uma instituição ou do sistema financeiro. Dessa forma, é possível determinar o impacto sobre o capital das instituições tendo em vista situações de perdas não esperadas e, portanto, não provisionadas, causadas por grandes oscilações em variáveis macroeconômicas.

Para cada cenário de estresse, são calculados os novos índices de exigência de capital: IB, IPR1 e ICP. Uma



Sumário



Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

instituição é considerada desenquadrada se não atender a qualquer um dos três índices de exigência de capital e considerada insolvente no caso de perda total do capital principal. É avaliada a relevância das instituições que ficariam desenquadradas e/ou tecnicamente insolventes, e o capital adicional necessário para que nenhum banco viesse a desenquadrar-se é calculado. A relevância é apurada com base na representatividade do ativo total ajustado (ATA) da instituição em relação ao universo analisado.

Além disso, os efeitos positivos dos possíveis acionamentos dos gatilhos de nível II e de capital complementar, em que os valores são convertidos em capital principal, são considerados como receita. No cálculo da necessidade de capital, foi considerada a exigência do ACP, segundo os limites estabelecidos pelo CMN na Resolução 4.958, de 21 de outubro de 2021. Finalmente, são consideradas as potenciais alterações de constituição e de uso de crédito tributário e suas implicações na apuração do PR, de acordo com a Resolução CMN 4.955, de 21 de outubro de 2021, e alterações posteriores.

- i. Teste de estresse macroeconômico – O teste de estresse macroeconômico é um exercício que tem por base a aplicação de cenários macroeconômicos adversos e a simulação do comportamento patrimonial de cada instituição individualmente. A partir desses resultados, a necessidade de capital do sistema financeiro é estimada.
- ii. Construção de cenários – Os três cenários macroeconômicos para os doze trimestres seguintes à data de referência são construídos com base em informações do mercado e em projeções para as seguintes variáveis macroeconômicas: 1) atividade econômica (PIB); 2) taxa de câmbio do dólar americano (média trimestral da paridade real vs. dólar); 3) taxa de juros (média trimestral da Selic); 4) inflação (IPCA acumulado em doze meses); e 5) taxa de desemprego (calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

O cenário-base é construído com as medianas das expectativas do mercado (Focus). Os cenários de estresse 1 e 2 utilizados nas simulações são descritos no *Boxe 1 – Descrição dos cenários utilizados no teste de estresse macroeconômico*.
- iii. Simulação de estresse – A simulação de estresse é realizada por meio da projeção de sete linhas de resultado, que buscam representar o desempenho operacional, apresentado na demonstração de resultados do exercício (o resultado não operacional foi considerado nulo no teste): 1) Resultados de Juros – receitas de crédito e de TVMs e despesas de provisão e captação; 2) Resultados de não Juros – feitos de marcação a mercado, *hedges* e variação cambial; 3) Receitas de Serviços; 4) Resultados de Participações Societárias; 5) Despesas Administrativas; 6) Despesas de Provisão; e 7) Outros Resultados.

No grupo Resultado de Juros, as receitas de crédito e de TVMs e as despesas de captação foram modeladas com base no comportamento da taxa Selic. O volume de captações é ajustado em função do volume observado na carteira de crédito, variando na proporção 1:1. Despesas de provisão são estimadas com base na evolução dos APs, resultante da aplicação de cenários.

O grupo Não Juros é modelado sob a forma de um choque de risco de mercado, aplicado sobre as posições observadas na data-base de início do teste somado a um valor médio histórico de resultado Não Juros. Do cenário de estresse, são obtidos os fatores de risco estressados, e as posições são, então, recalculadas. O resultado é a diferença entre a marcação baseada no cenário de estresse e a posição inicial observada. Esse resultado é aplicado no primeiro trimestre de projeção e incorporado no resultado.

As linhas Receitas de Serviços, Resultados de Participações Societárias e Despesas Administrativas são modeladas por meio de painéis obtidos com base nas mesmas variáveis macroeconômicas utilizadas na elaboração de cenários.

O grupo Outros Resultados é modelado pela média de todos os demais resultados não incluídos nos demais grupos, como resultados não operacionais, outros resultados operacionais e resultados de tesouraria.

Além da simulação da performance por meio das linhas de resultado, o BC incorporou o contágio interfinanceiro ao teste de estresse macroeconômico. Em cada um dos trimestres que compõem o horizonte temporal do teste, verifica-se se alguma instituição atingiu o limite de 4% ou menos em seu Capital Principal. Em caso positivo, o contágio interfinanceiro é estimado. O teste de estresse segue, então, com os novos níveis de capital afetados, e o processo é repetido em todos os trimestres, até o final do horizonte temporal.

- iv. Análises de sensibilidade – Seu objetivo é complementar o teste de estresse macroeconômico. As análises de sensibilidade avaliam o efeito individual de fatores de risco, de natureza creditícia ou de mercado, que possam afetar o PR das instituições provocando eventual necessidade de capital. Análises desse tipo são conduzidas por meio de variações incrementais em fatores de risco individuais, mantendo-se os demais inalterados.
 - a. Análise de sensibilidade: variação nos fatores de risco de mercado – As exposições sujeitas à variação de taxas de juros (taxas de juros prefixadas e taxas dos cupons de moedas estrangeiras, índices de preços e taxa de juros) classificadas na carteira de negociação são estressadas. As posições por vértices (de 21 dias úteis a 2.520 dias úteis) são recalculadas após

a aplicação de choques, e o impacto financeiro sobre o PR é avaliado. Além disso, essas posições estressadas originam novas parcelas de requerimento de capital para risco de taxas de juros (RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} , RWA_{JUR4}). No caso das taxas prefixadas (RWA_{JUR1}), a cada curva de juros gerada por meio de um choque, novos parâmetros regulamentares de exigência de capital são calculados.

As exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial são também estressadas. Em seguida, o impacto sobre o PR e o requerimento de capital (RWA_{CAM}), provocados pelas oscilações das taxas de câmbio, são recalculados. Assume-se que todas as exposições sujeitas à variação cambial seguem as oscilações percentuais ocorridas para o cenário de estresse do dólar americano.

Os choques alteram, individualmente, as taxas de juros e de câmbio em parcelas de 10%, variando-as para baixo até 10% e para cima até 100% da taxa original. Após os impactos, são calculados novos índices de capital e avaliada a situação de desenquadramento e de solvência das instituições.

- b. Análise de sensibilidade: aumentos em APs – Essa análise busca medir o efeito do aumento

em APs sobre o PR das instituições. Em incrementos percentuais, APs são elevados em até 150% do seu valor original. Em cada incremento, a despesa de provisão é estimada, e PR e RWA_{CPAD} sofrerão impactos decorrentes do aumento da provisão. Após esses impactos, são calculados os novos índices de capital, e é avaliada a situação de desenquadramento e solvência das instituições.

- c. Análise de sensibilidade: redução de preços de imóveis residenciais – O objetivo dessa análise é estimar os impactos de quedas nos preços de imóveis residenciais sobre o PR das IFs que possuem carteiras de financiamento habitacional às PFs. Para isso, considera-se que os preços dos imóveis são atualizados, antes das simulações, pelo IVG-R, incorporando as variações medidas pelo índice desde a data de contratação do financiamento até a data da simulação.

Aplicam-se choques adversos nos preços, simulando uma sequência de quedas em degraus de 5 p.p. Para cada queda, consideram-se como inadimplentes os financiamentos em que o valor do imóvel dado em garantia seja inferior a 90% do saldo devedor.



Sumário



Sumário Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

Estima-se que a perda em cada financiamento inadimplente é igual à diferença entre o saldo devedor e o valor presente do montante recuperado com a venda do imóvel em leilão. Para apurar-se o montante recuperado, tomam-se os preços dos imóveis residenciais após a aplicação dos choques, descontando-se uma estimativa de impostos e das despesas de manutenção e relacionadas ao leilão. Adicionalmente, considera-se que a venda em leilão somente ocorrerá mediante aplicação de deságio proporcional à queda de preço provocada pelo choque aplicado. O valor presente desse montante é obtido descontando-o pela taxa de juro futuro de um ano. Os novos índices de capital regulatório de cada instituição são calculados considerando as perdas estimadas associadas a cada degrau de queda de preços dos imóveis.

verifica se alguma instituição atinge o limite de 4% ou menos em seu Capital Principal. Em caso positivo, o contágio interfinanceiro é estimado. As exposições sem garantia da instituição atingida são assumidas como perda por parte das instituições credoras, e o capital resultante é recalculado. Caso alguma instituição atinja o limite de capital antes citado em razão das perdas por contágio, o processo é repetido, até que não haja mais instituições nessa situação. Todas as instituições financeiras, e não apenas as instituições bancárias, participam da simulação.

- v. Contágio direto interfinanceiro – A simulação de contágio avalia o impacto causado pela saída de cada uma das IFs individualmente. O contágio ocorre quando o impacto da quebra de uma instituição é transmitido a outras IFs por meio de exposições diretas, tais como empréstimos e depósitos interfinanceiros. Além das exposições diretas, são consideradas as exposições indiretas entre instituições financeiras que ocorrem por meio de cotas de fundos de investimentos. Mais especificamente, a simulação



Sumário

Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos

Trabalhos para Discussão sobre Estabilidade Financeira

- 592** *Renewable Energy Shocks and Business Cycle Dynamics with Application to Brazil*
Alexandre Kornelius e Jose Angelo Divino
- 591** *Mitigating Policies for Pollutant Emissions in a DSGE for the Brazilian Economy*
Marcos Valli Jorge, Angelo M Fasolo e Silvio Michael de Azevedo Costa
- 590** *Pre-Publication Revisions of Bank Financial Statements: a novel way to monitor banks?*
Andre Guettler, Mahvish Nae/em, Lars Norden e Bernardus Van Doornik



Sumário



Sumário
Executivo

I

Capítulo

II

Capítulo



Apêndice



Anexos



BANCO CENTRAL DO BRASIL

